

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Paula Raymundo Prux

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PPA PARTICIPATIVO 2012-2015
NO RIO GRANDE DO SUL

Porto Alegre

2012

Paula Raymundo Prux

**O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PPA PARTICIPATIVO 2012-2015
NO RIO GRANDE DO SUL**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal – modalidade à distância da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de especialista.

Orientador: Prof. Ivan Antônio Pinheiro

Porto Alegre

2012

Paula Raymundo Prux

**O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PPA PARTICIPATIVO 2012-2015
NO RIO GRANDE DO SUL**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal – modalidade à distância da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de especialista.

Aprovado em 12 de maio de 2012.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Ivan Antonio Pinheiro

Prof. Dr. Fábio Bittencourt Meira

AGRADECIMENTOS

A Deus pela indicação dos caminhos certos a trilhar.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pública, gratuita e de muita qualidade, à qual devo minha formação pessoal e intelectual desde a Graduação em Comunicação Social. Foi meu sonho, tornou-se uma grata realidade é meu orgulho sempre.

Ao professor Ivan, por toda a disponibilidade e exigência. Por abrir as portas de sua sala na UFRGS e de sua casa para que os alunos pudessem tentar ser melhores.

Ao tutor Marcolino por todo incentivo, motivação e disposição em ajudar para que este não fosse só mais um trabalho a ir para a Banca, mas se tornasse um bom trabalho. Agradecimento especial também às tutoras Alba, Alice e Patrícia.

Aos colegas da SEPLAG, que tanto me ajudaram nesse trabalho, tanto na disponibilização dos dados e entrevistas, como também nas reflexões e debates. Agradeço em especial às minhas colegas e amigas Roberta, pela revisão criteriosa e rápida, e Rose, pelas conversas decisivas que mudaram o rumo desta pesquisa.

À minha maravilhosa família.

Ao Paulo, meu pai e colega nessa Pós, pela parceria, incentivo e luta durante o curso, sobretudo, por seus resumos valiosos que me ajudaram muito durante as provas e por ser um exemplo de garra e dedicação. À Elisabete, minha mãe, que abdicou da minha companhia por muitos momentos, mas que soube me dar força continuamente. À Dadá, minha tia mais querida, por todo amor de sempre.

A TODOS VOCÊS AGRADEÇO MUITO E DEDICO MEU TRABALHO!

*"Antes de começar,
é preciso um plano,
e depois de planejar,
é preciso execução
imediata" (Sêneca).*

RESUMO

Pesquisa realizada com o objetivo de relatar como foram inseridas as manifestações populares no contexto do processo de construção do PPA Participativo 2012-2015 no estado do Rio Grande do Sul. Inclui uma pesquisa bibliográfica em torno dos conceitos de planejamento participativo, democracia representativa, participação qualitativa e quantitativa, Ciclo Shewhart, sistema orçamentário e Plano Plurianual. Fundamenta-se na técnica de análise de conteúdo para realizar a pesquisa em uma abordagem qualitativa. Realiza entrevistas não estruturadas com três Diretores da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã do estado do Rio Grande do Sul. Classifica 1.626 manifestações populares inseridas no Portal da Participação em 52 temáticas, baseadas no Plano Plurianual federal e na análise prévia feita por técnicos do Departamento de Planejamento Governamental da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã do Rio Grande do Sul. Analisa a inserção das manifestações classificadas nos programas e ações do Plano Plurianual 2012-2015 do estado do Rio Grande do Sul. Discute as relações que se formam entre os conceitos abordados e os resultados obtidos. Conclui que o Plano Plurianual pode ser comparado ao Ciclo Shewhart, porém algumas etapas do ciclo não são cumpridas historicamente. Verifica que dentre as 52 temáticas, apenas três não apresentaram manifestações a serem classificadas e oito não têm manifestações populares atendidas em sua integralidade no PPA Participativo, totalizando 84,6% de aderência. Comparativamente à totalidade dos 86 programas do PPA Participativo 2012-2015, constata que as manifestações populares estão relacionadas a 61 programas, o que gera um grau de aderência de 71% à peça de planejamento. Verifica que, de forma geral, as solicitações dos cidadãos estão atendidas no Plano Plurianual Participativo 2012-2015.

Palavras-chave: Plano Plurianual, Participação popular, Ciclo Shewhart, PDCA, Planejamento público, PPA Participativo, Democracia representativa.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Diagrama 1 - Processo Integrado de Planejamento e Orçamento	16
Figura 1 - Etapas de elaboração dos PPA's no Rio Grande do Sul	18
Figura 2 - Ciclo PDCA	22
Figura 3 - Gerenciamento dos Programas Estruturantes do Rio Grande do Sul	23
Figura 4 - Mapa Estratégico do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.....	26
Quadro 1 - Lista de Categorias para Classificação das Manifestações Populares	40
Diagrama 2 - Principais etapas para realizar um relatório preliminar sobre o PPA Participativo 2012-2015 do Rio Grande do Sul	41
Figura 5 - Participação Cidadã no PPA	47
Figura 6 - Ciclo de atividades para a construção do PPA Participativo 2012-2015.....	49
Figura 7 - Ciclo do PPA Participativo 2012-2015.....	50
Quadro 2 - Manifestações Populares ao PPA Participativo 2012-2015 fora da competência estadual.....	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PPA	Plano Plurianual
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
OP	Orçamento Participativo
SEPLAG	Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã do Estado do Rio Grande do Sul
DEPARCI	Departamento de Participação Cidadã da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã do Estado do Rio Grande do Sul
DEPLAN	Departamento de Planejamento Governamental da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã do Estado do Rio Grande do Sul
ASTECC	Assessoria Técnica e de Planejamento da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã do Estado do Rio Grande do Sul
FEE	Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
CONSEPLAN	Conselho Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento
CDES	Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento
MDD	Mecanismo de Democracia Direta
SUS	Sistema Único de Saúde
INSS	Instituto Nacional do Serviço Social
Idese	Índice de Desenvolvimento Sócio-Econômico

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 SISTEMA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	13
2.1 SISTEMA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL.....	14
2.2 O PLANO PLURIANUAL NO SISTEMA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO... 18	
3 MÉTODOS E FERRAMENTAS DE GESTÃO UTILIZADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	20
4 O PAPEL DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA GESTÃO PÚBLICA	27
5 PPA, PARTICIPAÇÃO POPULAR E CICLO SHEWHART.....	35
6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	38
7 RESULTADOS DA PESQUISA	43
7.1 O SISTEMA ESTADUAL DE PARTICIPAÇÃO POPULAR E CIDADÃ NO RIO GRANDE DO SUL	43
7.2 PPA PARTICIPATIVO 2012-2015	44
7.3 ANÁLISE DAS MANIFESTAÇÕES POPULARES AO PPA PARTICIPATIVO 2012-2015	51
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS	60
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA NÃO ESTRUTURADA	65
APÊNDICE B – COMPARATIVO ENTRE OS PROGRAMAS DO PPA PARTICIPATIVO 2012-2015 RELACIONADOS ÀS MANIFESTAÇÕES POPULARES.....	66
ANEXO A – ENTREVISTA NÃO ESTRUTURADA COM O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL DA SEPLAG, ÁLVARO PONTES DE MAGALHÃES JÚNIOR	69
ANEXO B - ENTREVISTA NÃO ESTRUTURADA COM O DIRETOR DA ASSESSORIA TÉCNICA DA SEPLAG, ROGÉRIO CORREA FIALHO	72
ANEXO C - ENTREVISTA NÃO ESTRUTURADA COM O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ DA SEPLAG, DAVI SCHMIDT	75
ANEXO D – ANÁLISE DAS MANIFESTAÇÕES POPULARES A PARTIR DAS CATEGORIAS	79

1 INTRODUÇÃO

A gestão pública brasileira continuamente agrega aprimoramentos e melhorias, sobretudo, com foco em resultados, ênfase na transparência dos seus atos e gastos, estímulo ao controle e à participação popular. Desde 1998, o estado do Rio Grande do Sul presencia processos de participação popular nas decisões que envolvem uma das peças de planejamento utilizada para a definição dos gastos do setor público, como o Orçamento Participativo (OP). O estímulo para o planejamento democrático, no qual a população participa de alguma forma nas decisões governamentais, se insere gradualmente no Estado, por meio da oferta de oportunidades e espaços para que a população aproxime-se do poder público. Tal realidade ganha reforço com a elaboração do Plano Plurianual (PPA) Participativo, até então inédito no Brasil.

Com seu pioneirismo e iniciativa, o Rio Grande do Sul demonstra avanços ao estimular a participação e o envolvimento da sociedade na construção das peças orçamentárias e de planejamento. O conceito do orçamento público está internalizado na sociedade e, aos poucos, o cidadão gaúcho passa também a conhecer o Plano Plurianual, instrumento de planejamento de médio prazo, no qual são estimadas as diretrizes, as metas e os objetivos da administração pública para a execução das estratégias de governo, dimensionando todas as despesas (correntes e de capital). A participação na construção dessa peça orçamentária contribui para que o cidadão exercite a reflexão sobre o planejamento de médio prazo, o desenvolvimento regional e a relevância desse instrumento para a realização das ações de governo. Por outro lado, essa nova prática participativa exige também conhecimento, visão de longo prazo e foco na regionalização, sobretudo, porque o PPA apresenta diferenças de planejamento em relação ao orçamento público. Enquanto que o primeiro é elaborado para quatro anos e com visão macro, o segundo é anual e possui demandas mais específicas – as quais precisam ser correspondentes aos programas e ações contidos no PPA.

Além de a participação popular ser uma marca no PPA Participativo 2012-2015, há ainda a integração com o processo de elaboração do PPA da União. Capacitados em seminários e oficinas em Brasília e Florianópolis, os técnicos estaduais estão familiarizados com a nova metodologia.

Sendo assim e, percebendo que o PPA Participativo 2012-2015 é elaborado com o subsídio fornecido pelas contribuições da sociedade civil, torna-se importante relatar como se

constrói esse processo, como são aproveitadas tecnicamente as manifestações populares cadastradas no Portal da Participação RS e de que forma tais contribuições são trabalhadas para sua integração na peça orçamentária. Sendo assim, a pergunta de pesquisa que norteia esse trabalho é: a partir das manifestações populares, como é construído o processo de elaboração do PPA Participativo 2012-2015 no estado do Rio Grande do Sul?

Para responder a essa pergunta, é elaborado o objetivo principal: relatar como são inseridas as manifestações populares no contexto do processo de construção do PPA Participativo 2012-2015 no estado do Rio Grande do Sul. E ainda, secundariamente, os seguintes objetivos:

- a) Analisar as principais temáticas das manifestações populares ao PPA Participativo 2012-2015 no Rio Grande do Sul;
- b) Verificar como as contribuições dos cidadãos foram trabalhadas tecnicamente para a construção do PPA Participativo 2012-2015;
- c) Apresentar um relato preliminar do processo de planejamento que norteou a construção do PPA Participativo 2012-2015 no estado do Rio Grande do Sul.

É importante relatar as mudanças trazidas pelo PPA Participativo 2012-2015 e como elas podem contribuir para o processo de participação popular dessa peça orçamentária. É oportuno realizar esse estudo por ser possível indicar pontos para melhoria do processo de monitoramento, avaliação e revisão do Plano Plurianual. Além disso, esta pesquisa pode contribuir como subsídio para o próximo PPA estadual.

Este trabalho é relevante porque trata de um assunto recente, o qual necessita de uma avaliação inicial, ainda que em caráter preliminar. Sabe-se que é uma das primeiras experiências envolvendo as contribuições populares em uma peça de planejamento de médio prazo a nível estadual e, sendo assim, é importante que se conheça e relate o processo de elaboração do PPA Participativo 2012-2015 para que pontos de melhoria possam ser elencados e internalizados nas experiências futuras.

O relato sobre a experiência do PPA Participativo 2012-2015 contribui para o Ciclo Shewhart (*Plan, Do, Check, Act*), inspirado nas reflexões sobre qualidade de Shewhart e Deming, para a busca da melhoria contínua. Ao comparar o PPA com o Ciclo, analisa-se a peça de planejamento como objeto. Já ao ponderar sobre as etapas do Ciclo contidas no PPA a partir de sua realização prática, foca-se na perspectiva das ferramentas de gestão.

Sabe-se que é essencial monitorar e analisar resultados, a fim de contribuir para a realização de novos planos de ação, aprimorando processos, buscando a eficiência, a eficácia

e a efetividade do planejamento estadual. Com este trabalho, espera-se contribuir para a constante evolução do processo de transparência e participação popular, estimular o incentivo à interação entre o Estado e o cidadão, sobretudo, nas peças de planejamento público.

Este trabalho é exequível por haver fácil acesso às informações – públicas e disponíveis na internet. Tanto as manifestações populares quanto a legislação e o detalhamento do PPA são facilmente obtidos nos sites oficiais do estado, podendo ser acessados por qualquer pessoa.

Já em relação à análise da aderência do PPA ao Ciclo Shewhart, há facilidade de execução pela proximidade com o objeto de pesquisa, cuja coordenação situa-se no mesmo órgão de trabalho da autora desta pesquisa. Tal fato auxilia na busca por informações detalhadas, acesso aos entrevistados, conhecimento da dinâmica de trabalho da instituição e detalhamento técnico do processo de realização do PPA estadual. Ao mesmo tempo, a autora mantém certa distância do objeto de pesquisa por atuar no Departamento de Orçamento e Finanças, o qual contribui para a construção do PPA durante as discussões quantitativas e utiliza-o como ferramenta norteadora ao elaborar o orçamento de cada órgão estadual.

A pesquisa é exploratória, envolve análise documental, por meio dos dados coletados a partir das contribuições populares resultantes dos Seminários Regionais e publicadas no Portal da Participação RS. Tais dados são analisados e classificados. Considerados dados primários por ainda não terem recebido tratamento analítico, são compostos também pela descrição da Lei do PPA Participativo 2012-2015 e análise quanto à aderência das manifestações populares.

Igualmente é feita pesquisa de levantamento, por meio de entrevistas não estruturadas com três Diretores da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã (SEPLAG), sendo um deles do Departamento de Planejamento Governamental (DEPLAN), o outro do Departamento de Participação Cidadã (DEPARCI) e, por fim, o último compondo a Assessoria Técnica e de Planejamento (ASTECH). Essa amostra é composta considerando a experiência em Plano Plurianual, o envolvimento no planejamento e na elaboração do PPA Participativo 2012-2015 e o poder de decisão dentro da instituição – nível diretivo e estratégico – de cada entrevistado.

As entrevistas e as manifestações populares classificadas são analisadas com base na técnica de análise de conteúdo como base metodológica, segundo o padrão proposto por Moraes (1999) e Bardin (2010). A pesquisa é qualitativa, com o uso das técnicas de análise documental e análise de conteúdo.

Os capítulos seguintes apresentam os efeitos de tais reflexões, bem como os resultados obtidos. No primeiro deles, é abordado o Sistema de Planejamento e Orçamento, com foco no seu histórico, no Brasil e no Rio Grande do Sul. Na sequência, o próximo capítulo apresenta os métodos e as ferramentas de gestão utilizados na administração pública. Na sequência, comenta-se sobre o papel da participação social na gestão pública e também congrega uma síntese sobre PPA, participação popular e Ciclo Shewhart. O capítulo subsequente detalha a metodologia utilizada na pesquisa. Em seguida, são demonstrados os resultados da pesquisa. Por fim, no último capítulo são feitas considerações finais em torno do objeto de pesquisa e são agregadas sugestões consideradas úteis para qualificar a elaboração dos próximos PPA's Participativos.

2 SISTEMA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Nesse capítulo é abordada a importância do Sistema de Planejamento e Orçamento na administração pública.

Além de serem exigências legais à administração pública, planejamento e orçamento são essenciais para viabilizar a prestação de serviços públicos com a aplicação dos recursos em prol da coletividade. O Sistema de Planejamento e Orçamento envolve a execução dos programas e ações previstos, com foco nas políticas públicas. Por meio dele há o comprometimento para atender às demandas da sociedade.

As ações de planejar e orçar conectam-se com o objetivo de tornar a gestão pública mais eficaz, eficiente e efetiva, a fim de cumprir as diretrizes de governo, agregar qualidade ao gasto público e alocar os recursos a fim de fornecer bem estar ao cidadão. Afinal, “o orçamento deve refletir um planejamento de boa qualidade e deve conter as ações e os atributos necessários para a obtenção de um resultado satisfatório para a sociedade” (SANTOS, 2010, p. 19).

O planejamento é determinante para que os governantes delimitem suas estratégias e o uso dos recursos humanos, financeiros e materiais para ofertar bons serviços públicos e atender às necessidades essenciais da sociedade.

Planejar não é só declarar o que queremos que aconteça amanhã. Planejar é definir, com os meios que se têm os caminhos a serem seguidos de acordo com a direção traçada para atingir a ação. No serviço público, estas ações são os programas que o governo desenvolve (FRANCISCO; FARIA; COSTA, 2006, p. 1).

Assim, esses programas norteiam as ações a serem implementadas para o alcance dos objetivos e precisam adequar os recursos públicos exíguos, elencando prioridades.

Devido aos recursos escassos e à transparência dos atos públicos, todas as ações precisam ser previstas e registradas em um planejamento oficial, como os planos e programas governamentais. Tal planejamento necessita concretude e, assim, a previsão dos recursos públicos, expressa orçamentariamente, cumpre essa função.

O Sistema de Planejamento e Orçamento é composto por leis orçamentárias, as quais remontam ao início do Estado Moderno, a partir do capitalismo mercantil de países como Inglaterra, França, Estados Unidos. Historicamente, a instituição orçamentária surge após a

adoção de impostos com anuência da sociedade civil para prover recursos à administração a fim de gerar serviços públicos, de acordo com Giacomoni (2010).

2.1 SISTEMA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL

Nesta seção apresenta-se, em linhas gerais, o histórico do Sistema de Planejamento e Orçamento no Brasil, bem como sua realidade atual embasada legalmente. Dentre as leis orçamentárias que compõem o referido Sistema, enfatiza-se o Plano Plurianual.

Na década de 50, o governo federal brasileiro inicia as primeiras experiências de planejamento, de acordo com Dagnino (2009). Iniciativas como o Plano de Metas, de Juscelino Kubitschek, passam a fazer parte do contexto da administração pública do País. A partir de 1964, durante o governo militar, há aprofundamento no planejamento público, porém com planos autoritários e centralizadores. Na década de 70 há a elaboração de um Sistema de Planejamento Federal e são realizadas três edições do Plano Nacional de Desenvolvimento. Já no início dos anos 80, pondera Dagnino (2009), há retrocesso nas ações de planejamento, devido ao enfoque setorial e à redução no número de planos elaborados.

A descontinuidade dessa sistemática de planejamento e orçamento altera-se com a Constituição de 1988, a qual inova ao proporcionar maior planejamento para a gestão dos recursos públicos e institucionalizar a obrigatoriedade da elaboração do PPA. Após períodos marcados por crises econômicas, problemas sociais e inconstâncias políticas, a Lei Fundamental fornece “importante passo na restauração das práticas de planejamento governamental no País ao integrar planejamento e orçamento no mesmo processo decisório de alocação dos recursos públicos” (SANTOS, 2010, p. 10). Assim, conforme reforça a autora, são lançadas as bases para que o planejamento seja retomado amplamente no País.

Normatiza-se, constitucionalmente, a adoção de um sistema de planejamento e orçamento composto por planos e programas federais, regionais e setoriais – ou seja, municipais –, consolidando o Plano Plurianual como ferramenta oficial de planejamento, afirma Santos (2010). A importância do mesmo refere-se, inclusive, ao seu caráter mediador, pois “o PPA surgia, assim, como um instrumento que poderia mediar o projeto de governo e os orçamentos anuais” (FIALHO, 2003, p. 17).

Dentre as leis que envolvem o Sistema de Planejamento e Orçamento estão o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). O PPA orienta a elaboração das demais leis orçamentárias e também dos planos setoriais. Já a LDO baliza legalmente a elaboração da LOA, enquanto que essa determina a alocação de recursos públicos para um exercício. Com essa sistemática, constata-se a integração do Sistema, no qual planejar e orçar recursos públicos estão em uma espiral constante.

Tendo como referência ser a lei que define, regionalmente, as prioridades de governo, bem como as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para todas as despesas, o Plano Plurianual é de médio prazo, tendo a duração de quatro anos. Buscando o ordenamento das políticas públicas e das ações de Estado na perspectiva dos planos e orçamentos, o PPA é considerado como um instrumento de planejamento estratégico governamental, não obstante “abranger um horizonte de médio prazo (quatro anos) e ser implementado apenas durante os três últimos anos do mandato do chefe do Poder Executivo” (LUNKES, 2007, p. 16).

A Lei de Diretrizes Orçamentárias norteia a cada ano como as políticas e programas contidos no Plano Plurianual devem ser realizados, cabendo à Lei Orçamentária Anual alocar os recursos necessários para a concretização das metas estabelecidas. Pellini (2009) considera que a Lei de Diretrizes Orçamentárias precisa ser o elo entre o PPA e as leis orçamentárias anuais. Dessa forma, nota-se que “o orçamento não é apenas um instrumento contábil de gestão e controle, mas fundamentalmente um instrumento político de alocação de recursos econômicos e sociais entre segmentos da sociedade” (SANTOS, 2010, p. 18-19).

Para o bem planejar é necessário conhecer a realidade financeira do setor público, sobretudo, para administrar com eficiência, eficácia e efetividade os recursos escassos. O Plano Plurianual é peça chave no planejamento e acompanhamento das ações de Estado, ao traduzir tecnicamente as diretrizes da nova administração. De fato, em relação às políticas públicas e programas de governo, é possível afirmar que o PPA tem a função de planejar, a LDO de orientar e a LOA de alocar recursos (BRASIL, 2009).

Por essa obrigatoriedade de adaptar as peças de planejamento ao plano de médio prazo, que “a execução de iniciativas, traduzidas em ações, por qualquer um dos poderes somente poderá ser realizada se estiver incluída no PPA” (BRASIL, 2009, p. 19). Em outras palavras, todas as ações da administração pública precisam estar contidas no Plano Plurianual e, sendo assim, nada pode estar fora dele. Isso se deve ao fato de que o PPA traça uma estratégia política para quatro anos, a partir da qual as leis orçamentárias anualmente deverão sofrer adequações ao cenário político e econômico do estado.

O Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, juntamente com a LOA, contribuem para o planejamento das atividades públicas, pondera Santos (2010). Devido às suas peculiaridades, esses instrumentos complementam-se: “a relação entre planejamento e orçamento se dá na interação desses instrumentos” (SANTOS, 2010, p. 20). Essa influência mútua pode ser ilustrada pelo Diagrama 1 a seguir.

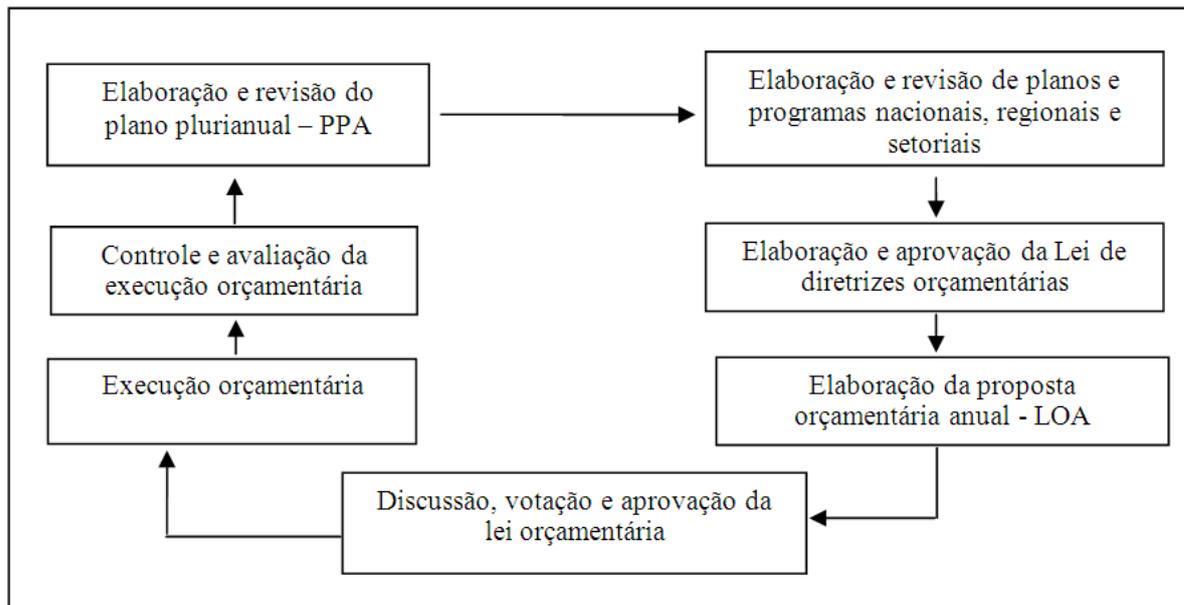


Diagrama 1 – Processo Integrado de Planejamento e Orçamento

Fonte: Adaptado de GIACOMONI (2010, p. 213)

O processo é cíclico, inicia-se pela elaboração do Plano Plurianual no primeiro ano de gestão, seguido pela elaboração de planos nacionais, regionais e setoriais. Na sequência, parte-se para a preparação e aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, elaboração da proposta da Lei Orçamentária Anual, com posterior envio ao Legislativo para discussão, votação e aprovação. No ano subsequente inicia-se a execução orçamentária, que passa por controle e avaliação tanto por parte dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, como pela população por meio do controle social. O ciclo ainda é alimentado pelas revisões do PPA e dos demais planos.

Na representação estática, Giacomoni (2010) demonstra resumidamente a dinâmica do Sistema de Planejamento e Orçamento, abrangendo todas as peças orçamentárias e a execução do orçamento. Apesar de PPA, LDO e LOA serem elaborados pelo Poder Executivo e enviados ao Legislativo para debates e votação, isso não fica claro no diagrama, o qual não especifica que o PPA e os demais planos nacionais, regionais e setoriais também devem passar pela aprovação legislativa.

Legalmente, não há muitas diferenças entre os Planos Plurianuais da União e do Rio Grande do Sul. Para conceituar o PPA, a Constituição do estado do Rio Grande do Sul é muito similar à Constituição de 1988:

A lei que aprovar o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas, quantificados física e financeiramente, dos programas da administração direta e indireta, de suas fundações, das empresas públicas e das empresas em que o Estado detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto (RIO GRANDE DO SUL, 1989, Art. 149, § 1º).

A mudança recente mais significativa para essa peça de planejamento ocorre na alteração do prazo para finalização do Projeto de Lei e posterior envio do mesmo ao Poder Legislativo, fornecido pelo Poder Executivo.

O prazo para envio do projeto de lei do plano plurianual pelo Governador ao Poder Legislativo era até 15 de maio do primeiro ano do mandato do Governador e foi alterado para 1º de agosto do primeiro ano do mandato do Governador pela Emenda Constitucional nº 59, de 22 de fevereiro de 2011.

Essa Emenda Constitucional alterou também o prazo para que o projeto de lei do plano plurianual seja encaminhado para sanção, fixando esse limite até 1º outubro do primeiro ano do mandato do Governador (RIO GRANDE DO SUL, 2011, Emenda Constitucional nº 59). Assim, o Poder Executivo elabora o PPA e o envia ao Poder Legislativo até dia 1º de agosto do primeiro ano de mandato do Governador. Já o Legislativo aprecia-o, bem como provoca reuniões e audiências públicas, para então aprovar o PPA até dia 1º de outubro do mesmo ano.

De acordo com Fialho (2003), os Planos Plurianuais gaúchos de 1992-1995, 1996-1999, 2000-2003 constituem-se como planos burocráticos, não expressam as estratégias de governo, sem vínculos com os orçamentos anuais, sem reflexos no gerenciamento das ações de governo. O PPA 2004-2007 ao aderir ao novo modelo de planejamento, orçamento e gestão introduzido pelo governo federal, insere o conceito de planejamento e gestão por resultados, apresenta novo conceito de programa, congrega avaliação e revisão, integra PPA e LOA.

O “plano plurianual será elaborado em consonância com o plano global de desenvolvimento econômico e social do Estado, podendo ser revisto quando necessário” (RIO GRANDE DO SUL, 1989, Art. 149, § 2º). No âmbito estadual, determina-se que as receitas e despesas públicas obedeçam às leis de iniciativa do Poder Executivo.

2.2 O PLANO PLURIANUAL NO SISTEMA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Nesta seção é comentado sobre o Plano Plurianual (PPA), demonstrando suas peculiaridades, importância e papel dentro do Sistema de Planejamento e Orçamento.

De forma regionalizada, o PPA indica as formas para alcançar os objetivos de um programa, que podem ser por meio de projetos, atividades ou operações especiais (ações). Os projetos são mais específicos, possuem prazo (início, meio e fim) e geram um produto. As atividades são operações fruto de um trabalho continuado, com a finalidade de manter as ações já desenvolvidas. As operações especiais são ações que, teoricamente, não contribuem para a manutenção das ações do governo, como, por exemplo, o pagamento de servidores inativos (BRASIL, 2010).

Como parte integrante da gestão estratégica da administração pública, o PPA congrega os critérios de ação e decisão que devem orientar os gestores públicos na captação e no gasto público para alcançar os objetivos propostos (diretrizes); estipula os resultados que se busca obter na gestão a partir da execução das ações governamentais (objetivos), quantificando-os física e financeiramente (metas) e delinea o conjunto de ações a serem implementadas (programas) (BRASIL, 2010). A figura 1, a seguir, exemplifica a construção do PPA gaúcho, tomando por base as diretrizes, os objetivos e as metas.

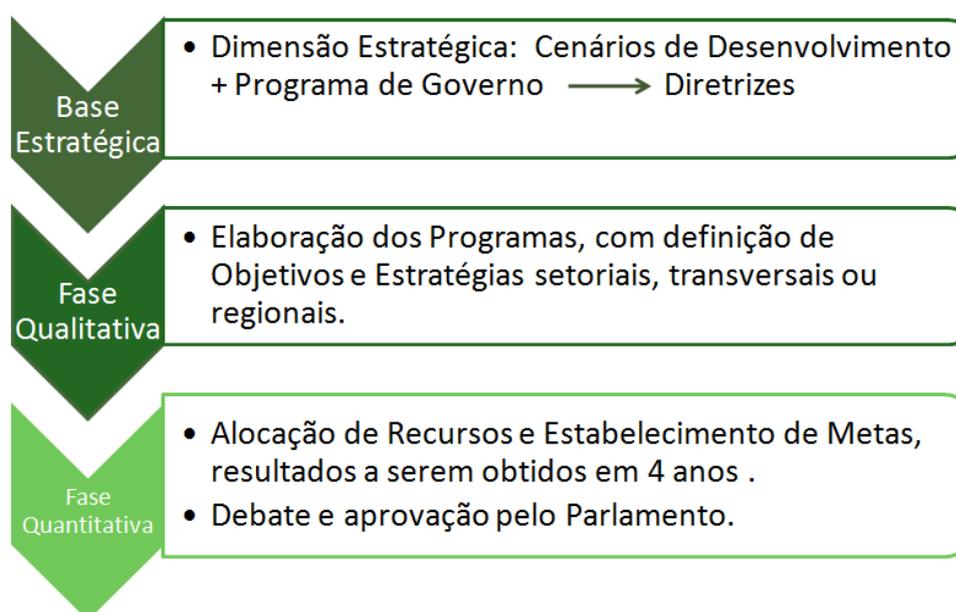


Figura 1 – Etapas de elaboração dos PPA's no Rio Grande do Sul
Fonte: DEPLAN / SEPLAG - 2011.

O Plano Plurianual é elaborado no primeiro ano de uma gestão. Por ter duração de quatro anos, coincide com o primeiro ano de mandato do novo governo – fato que determina a continuidade de ações e programas. “A Constituição criou esse instrumento de planejamento com a intenção de evitar descontinuidade pela substituição de governantes” (BRASIL, 2009, p. 19). Além de ter um intervalo para elaborar o próximo PPA, o governo sucessor ganha em aprendizado ao executar políticas públicas determinadas anteriormente.

Para alcançar os resultados pretendidos, o conteúdo do Plano Plurianual começa a ser construído antes mesmo da posse do novo governante, visto que “o PPA deve nascer na campanha do candidato a Presidente, Governador ou a Prefeito, quando estes apresentam, aos eleitores, seu Programa de Governo” (BRASIL, 2009, p. 19). No Programa de Governo são inseridas as diretrizes e intenções do novo governante e esses pontos precisam fazer parte do PPA, principalmente porque o mesmo deve “conter o projeto de ação governamental, que se baseia, em tese, nas promessas de campanha” (PELLINI, 2009, p. 13).

Demonstrando os programas de trabalho a serem executados pelos gestores públicos, o PPA institui um conjunto de ações com metas quantificadas, diretrizes e indicadores, traduzindo o plano de governo de forma técnica e abarcando toda a administração pública.

A realização do Plano Plurianual obedece ao sistema misto, visto que o Poder Executivo elabora-o e o envia ao Poder Legislativo, que o aprecia e o aprova. Legalmente, não basta que o governo simplesmente elabore suas diretrizes e estratégias para os próximos quatro anos. Deve submeter essa peça de planejamento ao Poder Legislativo, para apreciação. Como se pode constatar:

O governo passou a ter como obrigação submeter ao parlamento seus planos de médio e de curto prazo, de modo concatenado, sendo no PPA apresentados os programas a serem executados no quadriênio seguinte, com a LDO e a LOA responsáveis pela publicização das prioridades e programas a serem executados no exercício seguinte (FIALHO, 2003, p. 16-17).

Essa obrigatoriedade, além de oportunizar aos parlamentares o conhecimento e a deliberação do Plano Plurianual, contribui para a transparência, a publicidade das ações públicas e a aproximação entre poder público e cidadão.

A inclusão regionalizada das diretrizes, objetivos e metas da administração pública para todas as despesas públicas, a obrigatoriedade de elaborar planos e programas nacionais, regionais e setoriais de acordo com o PPA e o cuidado para que nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro seja realizado sem estar previsto no Plano Plurianual, contribuem para demonstrar a importância dessa peça de médio prazo.

3 MÉTODOS E FERRAMENTAS DE GESTÃO UTILIZADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Este capítulo apresenta alguns dos métodos e ferramentas de gestão utilizados na administração pública, tais como Ciclo Shewhart ou Ciclo PDCA, Duplo Planejamento e Mapas Estratégicos.

Método de qualidade dentro das organizações públicas e privadas, o Ciclo Shewhart, também chamado de Ciclo PDCA ou Ciclo de Deming, facilita a tomada de decisão, bem como a gestão de projetos e programas. Na década de 20, Walter Andrew Shewhart desenvolveu um ciclo com quatro passos, o PDSA – *plan, do, study, act*. Tomando por base essa orientação para a qualidade total, William Edward Deming populariza o ciclo a partir dos anos 50. Ao focar na checagem das ações realizadas, Deming inspira-se na concepção de Shewhart e desenvolve o PDCA – *plan, do, check, act*. Chamando-o de Ciclo Shewhart, Deming agrega-o às suas teorias sobre qualidade e administração.

Esse “método de tomada de decisões para a resolução de problemas organizacionais” (Fonseca e Miyake, 2006, p. 5) envolve ações contínuas que visam ao atendimento das metas projetadas para o sucesso da instituição. Sua sigla PDCA é composta pelos seguintes elementos:

P (*Plan*): significa planejar os objetivos e metas a serem atingidos, bem como determinar os passos a serem tomados, de acordo com as diretrizes da instituição.

D (*Do*): refere-se ao verbo de ação fazer, no qual são implantadas na prática as ações necessárias ao alcance dos objetivos e metas, já planejados na etapa anterior.

C (*Check*): expressa o ato de verificar os resultados das ações realizadas, com monitoramento das atividades e produtos. Seu propósito é constatar se objetivos e metas estão sendo alcançados.

A (*Act*): constitui o momento de agir para corrigir ou aperfeiçoar as demais etapas. Visa à melhoria contínua dos processos, com propostas concretas em relação à avaliação das ações planejadas, no intuito de propor beneficiamentos e ajustar rumos necessários. Dessa forma, o agir pode evitar que erros ocorram novamente, agregando uma evolução para a instituição.

Devido à sua abrangência, considera-se que o Ciclo Shewhart permite o controle de todo o processo, pois perpassa seu planejamento, sua execução, seu monitoramento e a busca

por melhorias, retroalimentando o ciclo, além de demonstrar “o caminho a ser seguido para que as metas estipuladas possam ser alcançadas” (FONSECA e MIYAKE, 2006, p. 5).

Para Deming (1990), as quatro etapas continuadas do ciclo são importantes para gerar melhora constante no processo e na satisfação do usuário, inclusive contribuindo para a redução de custos. Enfatiza Brasil (2009) que a eliminação de qualquer um dos passos desse método causa prejuízo à dinâmica institucional. É recomendado manter a sequência de planejar antes de executar, definir os métodos para atingir as metas planejadas, capacitar os recursos humanos para atingir os objetivos, monitorar após realizar as ações, agir de forma corretiva quando necessário, de acordo com Brasil (2009).

Considerado relevante para o planejamento público, esse Ciclo é utilizado em muitas instituições públicas, tanto por seu caráter global ao abarcar o acompanhamento do processo como um todo, quanto por possibilitar a melhoria de pontos específicos, visto que “o ciclo Shewhart poderá ser de grande ajuda como procedimento a ser seguido para se obter qualquer melhora em qualquer estágio evolutivo” (DEMING, 1990, p. 66).

O governo brasileiro começa a internalizar e aplicar as diretrizes desse ciclo a partir dos anos 90, principalmente com as inovações geradas pela Reforma de Estado, coordenada pelo Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira. Com a finalidade de adotar a melhoria contínua da gestão pública, as etapas do Ciclo Shewhart são propostas para a avaliação da gestão, elaboração de plano de melhoramento da mesma, acompanhamento e avaliação do que foi planejado e, por fim, reavaliação da gestão (BRASIL, 1997, p. 34). A figura 2, a seguir, demonstra esquematicamente essa dinâmica.

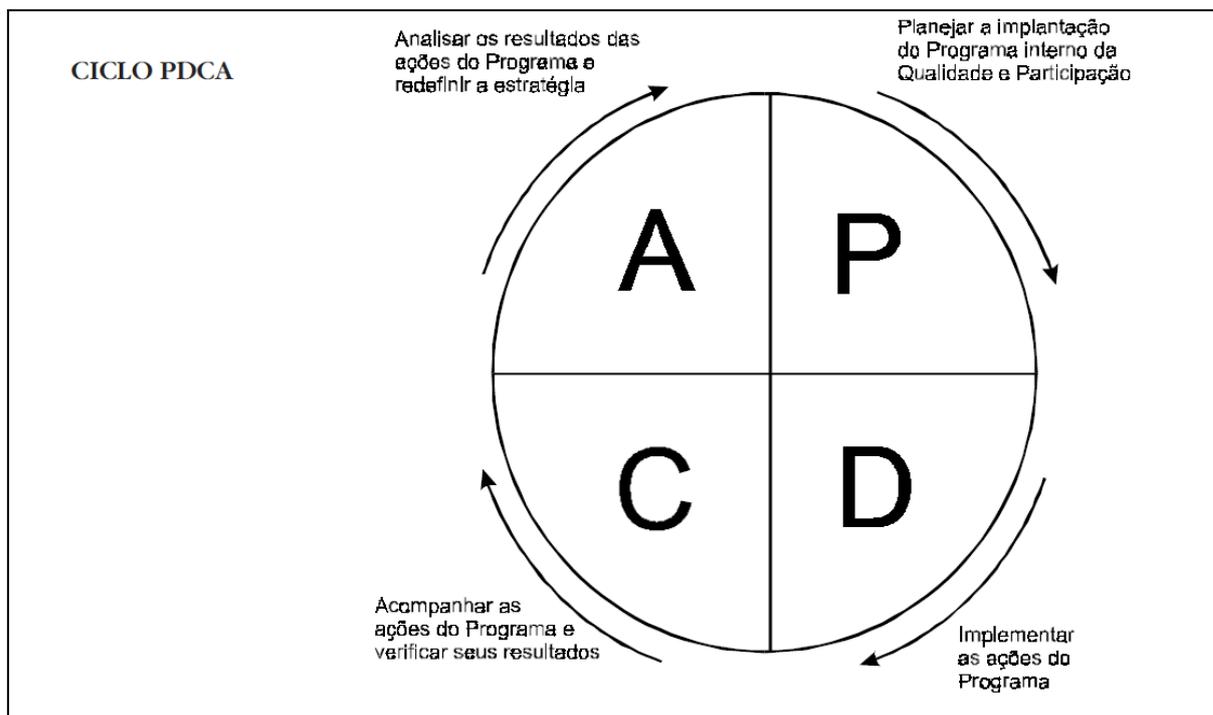


Figura 2 – Ciclo PDCA

Fonte: Programa da Qualidade e Participação na administração pública – Cadernos MARE da Reforma do Estado – BRASIL (1997, p. 34)

Há a preocupação com a execução do ciclo, para que ele possa se retroalimentar com as informações obtidas na etapa de verificação dos resultados e acompanhamento das ações dos Programas de governo. Destaca-se a seguinte recomendação: “Rodar o PDCA sempre que os resultados aferidos na fase de verificação (*Check*) indicarem a necessidade de realinhar as ações do Programa da Qualidade e Participação” (BRASIL, 1997, p. 38). A movimentação cíclica contínua é importante para o desenvolvimento das atividades de acordo com o planejamento e para o melhoramento permanente:

O PDCA é um ciclo e, portanto, deve “rodar” continuamente. Para que “rode” de maneira eficaz, todas as fases devem acontecer, sob pena do processo como um todo sofrer prejuízos. Quando implementado corretamente, um verdadeiro processo de melhoria contínua se instala nos estabelecimentos (BRASIL, 2009, p. 4).

Dessa forma, percebe-se que esse método precisa efetivamente movimentar todas as etapas, para que os resultados e as melhorias sejam ampliados ao máximo. Deming (1990) comenta, ainda, que o conhecimento sobre os resultados contribui para gerar aprendizado à instituição e amplia o grau de confiança na previsão, estimulando o envolvimento dos gestores no futuro planejamento. Essa visão global contraria a orientação destacada anteriormente no documento elaborado pelo governo. Ao enfatizar o movimento do ciclo quando os resultados da fase de monitoramento demonstram problemas, constata-se que os

gestores públicos, na época, observam apenas a correção de falhas da execução das ações. Sabe-se que o giro completo do ciclo tende a enriquecer o processo como um todo, gerando melhorias em todas as etapas e inclusive na instituição em que é aplicado.

No Rio Grande do Sul, pode-se afirmar que o Ciclo Shewhart aplica-se nos Programas Estruturantes, de 2007 a 2010. Primeiramente há o planejamento, com os debates iniciais e a previsão das atividades realizadas ao longo do tempo para alcançar os objetivos almejados. Na sequência, são realizadas as ações, cujos dados são coletados e processados, contribuindo para a atualização de indicadores, cronograma e planos. Em seguida, por meio de reuniões presenciais mensais de acompanhamento, passa-se para a etapa de monitoramento. Nessa fase são checados entraves, anomalias e riscos, bem como há comparação entre realizado e planejado. Por fim, são realizadas ações corretivas ao processo, como se pode observar na Figura 3, a seguir.

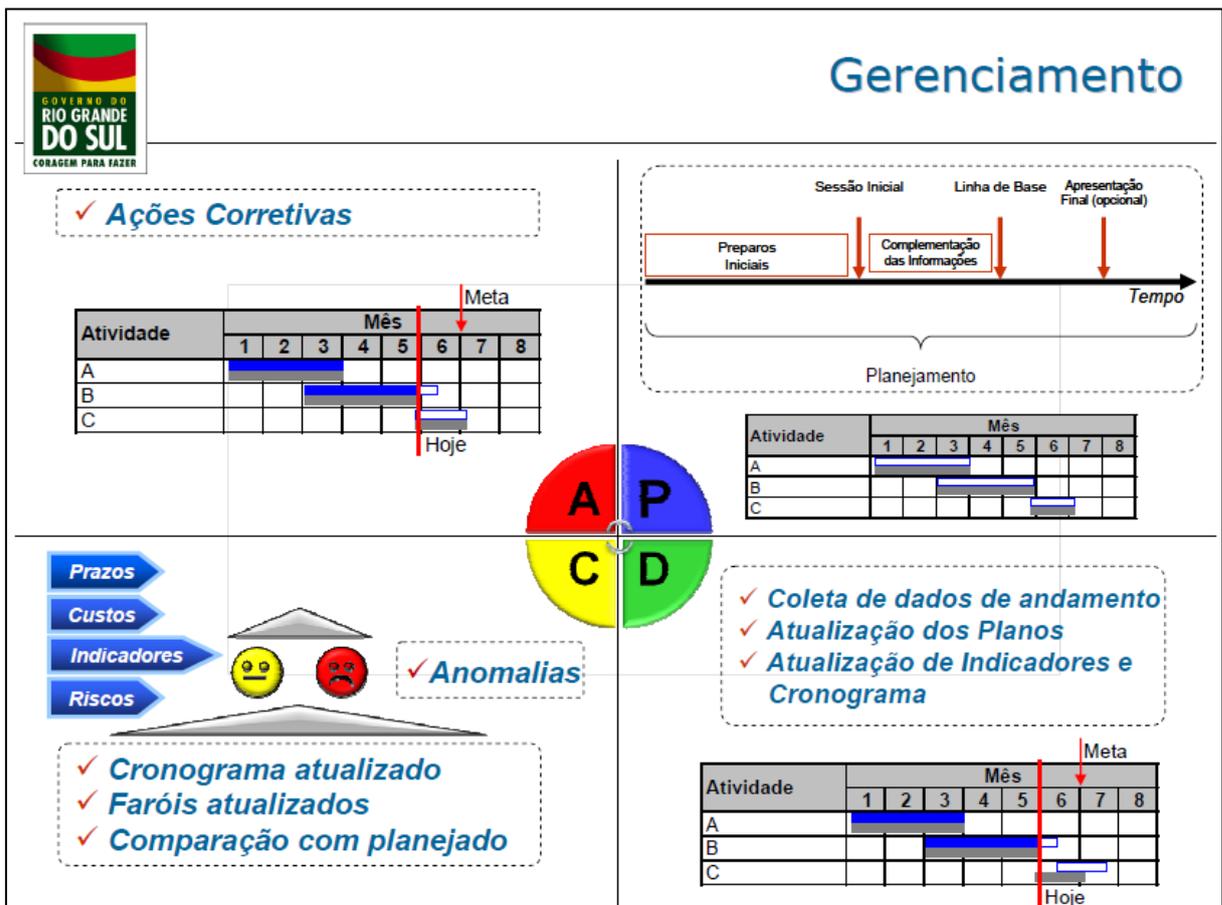


Figura 3 – Gerenciamento dos Programas Estruturantes do Rio Grande do Sul

Fonte: RIO GRANDE DO SUL, slide 25 (setembro de 2008).

Em geral, todas essas etapas do ciclo são acompanhadas anualmente nos Programas Estruturantes. As alterações de melhoria propostas são internalizadas e aplicadas no exercício

seguinte. Pode-se considerar que o ciclo não faz o movimento de rotação em sua totalidade, pois, apesar do aprendizado gerado a cada exercício, nem todas as etapas são melhoradas e apenas ocorrem ajustes mais significativos nos indicadores e cronograma.

Utilizando a metodologia de gerenciamento intensivo de projetos, desenvolvida por consultoria externa e já aplicada em outros estados e na iniciativa privada, os Programas Estruturantes destacam-se dentro da sistemática de alguns governos, como o gaúcho e o mineiro. Os Programas Estruturantes inserem-se no contexto do Duplo Planejamento, advindo da teoria de Derek Abell, afirma Ladeira (2009). Têm caráter estratégico, tempo determinado (início, meio e fim) e atingem mais de uma área.

Mesclando futuro e presente, com foco no longo prazo concomitante à realização de ações de curto prazo, pensadas no presente, o Duplo Planejamento é utilizado no projeto “Choque de Gestão: Pessoas, Qualidade e Inovação na administração pública”, executado pelo governo de Minas Gerais a partir de 2007, segundo Ladeira (2009). O autor afirma que o governo mineiro constrói o Duplo Planejamento a partir da elaboração de um planejamento de longo prazo (com visão de futuro e embasamento técnico) e de um modelo de gestão de resultados com foco no curto prazo (carteira dos chamados Projetos Estruturadores).

Inspirado em experiências ocorridas em empresas privadas, o Duplo Planejamento envolve processos concomitantes, nos quais há foco na gestão das tarefas atuais e também no gerenciamento das transformações necessárias para o futuro. Ladeira (2009) relembra a teoria do autor ao refletir que planejar para o presente determina que se tenha uma visão de como a instituição deve atuar no momento atual, enquanto que a visão de futuro permeia o planejar para o futuro, desenvolvendo uma estratégia para aos objetivos almejados.

Igualmente, Deming demonstra preocupação com a visão de futuro do planejador, visto que, para ele, “planejamento requer previsão” (DEMING, 1990, p. 66). É essencial ter visão de futuro ao planejar objetivos, estimar metas e projetar as atividades que possibilitarão aplicar as diretrizes almejadas. Constata-se que “no ciclo Shewhart, o motivo para estudar os resultados de cada mudança é o de procurar verificar como melhorar o produto do amanhã” (DEMING, 1990, p. 66). Pode-se perceber que os objetivos são similares, porém, no Ciclo pode-se constatar que a visão de futuro mescla-se com as realizações do presente. Ao contrário da proposta de Duplo Planejamento, que determina procedimentos separados e concomitantes para realizar os pontos planejados.

Por vezes, constata-se que há certa disputa entre Programas do Plano Plurianual e Programas Estruturantes no Rio Grande do Sul, podendo fazer com que certas ferramentas de gestão pública sofram com uma concorrência não planejada. Há ainda o agravante de ser

fornecido maior destaque para alguns programas em detrimento de outros. Essa prática pode prejudicar o desempenho institucional dentro da administração pública, desvalorizar instrumentos de planejamento tradicionais e gerar re-trabalho no repasse de informações para monitoramentos de diferentes Departamentos. Esses entraves permitem o movimento completo do Ciclo Shewhart, deixando de aplicar ações em prol da melhoria contínua dos processos.

Outra ferramenta utilizada dentro da máquina pública são os mapas estratégicos. Representando visualmente os objetivos estratégicos da instituição pública, permitem sintetizar informações, esquematizar múltiplos fatores ou traçar objetivos, entre outras facilidades. São instrumentos de comunicação e organização úteis para ilustrar as intenções e interligações da administração pública. Podem ser utilizados interna e externamente, envolvendo várias perspectivas e contribuindo para a geração de valor da instituição, afirmam Kaplan e Norton (2004).

Além de possibilitar facilidade visual para comunicar a realidade da instituição ou os objetivos almejados, proporciona auto-conhecimento aos que o utilizam. Ao visualizar o presente e o futuro em um mapeamento desse tipo, é possível perceber novas oportunidades ou melhorias a serem implantadas. “O recurso visual do mapa estratégico ao permitir uma melhor compreensão da estratégia, incentiva a criação da consciência estratégica na organização” (CORRÊA; COELHO; SELIG, 2005, p. 3352).

A seguir, a figura 4 ilustra o Mapa Estratégico do estado do Rio Grande do Sul, contido no PPA Participativo 2012-2015



Figura 4 – Mapa Estratégico do Governo do Estado do Rio Grande do Sul
 Fonte: RIO GRANDE DO SUL (2011, p. 75)

Outro ponto favorável é a transparência gerada com os Mapas Estratégicos. Além de facilitarem a consulta do cidadão, ainda permitem que a sociedade conheça suas estratégias para alcançar o resultado e possa realizar o controle social, cobrando a utilização eficaz dos recursos públicos.

4 O PAPEL DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA GESTÃO PÚBLICA

Este capítulo aborda a participação social na gestão pública, sobretudo, em iniciativas para a elaboração de políticas públicas e do Plano Plurianual.

Na medida em que os cidadãos passam a refletir sobre seus problemas, buscando conhecer e entender as causas dos mesmos, passam a expressá-los aos demais e também ao poder político que as representa, conscientizando-se de suas potencialidades. Esse debate é enfocado por Silva et al. (2010) após uma ampla revisão literária. Os autores comentam que, com essa tomada de consciência, o homem não apenas sofre, mas sabe por que sofre, podendo expressar-se sobre isso e procurar meios de melhorar sua realidade. Porém o ato de demonstrar tais dificuldades ao poder de representação dos interesses coletivos nem sempre é fácil. Muitas vezes há barreiras, é necessário transpor trâmites burocráticos, ou faltam espaços públicos instituídos para tal.

Percebe-se que no Brasil a participação social é muito mais quantitativa do que qualitativa. Em uma democracia representativa, os cidadãos elegem seus representantes, por maioria de votos. Dessa forma, a sociedade participa de forma quantitativa, demonstrando o interesse da pluralidade dos eleitores. Após a eleição, o governante eleito realiza seu trabalho representando a população, porém, nesse ofício, poucas vezes consulta ou questiona os anseios e necessidades daqueles que o elegeram. Tal realidade acaba por reduzir a participação qualitativa da sociedade, afastando o cidadão da política, do Estado e dos processos de construção e monitoramento de políticas públicas:

No léxico político contemporâneo, *democracia* e *representação* parecem pertencer a um mesmo campo semântico. Com efeito, sem qualquer dificuldade de ordem conceitual, cidadãos de repúblicas realmente existentes podem propugnar por mais democracia por meio da exigência de maior qualidade no exercício da representação (SILVA et al., 2010, p. 57).

Essa reflexão é importante porque a sociedade necessita de oportunidades e espaços para manifestar-se qualitativamente, não apenas a cada quatro anos durante as eleições, apesar de esse processo ser essencial para as decisões governamentais. A democracia centra-se hipoteticamente no fato de que a totalidade dos cidadãos pode decidir sobre tudo, enfatiza Bobbio (2010), contudo, apesar disso, considera a necessidade de regras e procedimentos para legitimar a tomada de decisões coletivas por meio de representantes.

No caso específico do Plano Plurianual, com especial atenção ao PPA estadual gaúcho, é relevante refletir sobre os espaços de participação social em seu ciclo de elaboração e avaliação. Após a elaboração do Projeto de Lei do Plano Plurianual, o Poder Executivo encaminha-o para o Poder Legislativo, no qual o PL é direcionado à Comissão de Finanças, Planejamento, Fiscalização e Controle, que realiza reuniões abertas à sociedade durante a elaboração e discussão dos instrumentos de planejamento e, posteriormente, oportuniza o acompanhamento e avaliação das metas fiscais de cada quadrimestre, como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

De acordo com Prux (2011), o projeto de lei do PPA é debatido em audiência pública, da qual podem participar Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e toda a sociedade civil. As audiências públicas fazem parte do processo legislativo, pois após sua realização abre-se um período de pauta para a apresentação de emendas ao projeto de lei. As emendas podem ser propostas por Deputados, entidades representativas e sociedade civil, obedecendo aos preceitos legais como número mínimo de entidades ou assinaturas. Findo o prazo de pauta, é realizada uma reunião ordinária com a votação das emendas propostas. As emendas aprovadas seguem para a votação em Plenário junto com o projeto de lei do PPA, para votação total e final.

Considerando as audiências públicas como espaços legalmente instituídos ao estímulo da interação entre sociedade civil e seus representantes políticos, Prux (2011) procura verificar se há efetiva participação popular e transparência nessas reuniões. Ao averiguar a baixa presença da população e o escasso incentivo à fala do cidadão por parte dos deputados, a autora verifica que, apesar de haver transparência nas audiências públicas, a participação popular não é um ponto relevante. Assim, constata-se que, apesar de haver espaços para a participação qualitativa dos cidadãos, esses não são aproveitados plenamente.

Além do debate sobre o papel quantitativo e qualitativo dos representados, é essencial refletir sobre os modos de representação que vislumbramos. Senadores, deputados e vereadores são os representantes da população junto ao Poder Público e exercem essa atribuição de forma legitimada pelo processo eleitoral, porém é essencial ter uma visão crítica dessa representatividade, visto que o processo político é complexo, corresponde a diversas variáveis dentro do contexto da governabilidade. Assim como Bobbio (2000), Silva et al. (2010) reconhecem a atuação dos representantes. Ao relembrar as reflexões de Hobbes e diferenciar o povo político de uma mera multidão dispersa, Silva et al. (2010) afirmam a necessidade de distinguir também a representação como condição para a instituição na sociedade da representação política (governo representativo). De acordo com os autores, a

representação constitui-se a partir de uma experiência compartilhada do social, juntamente com o governo representativo.

O governo representativo, continuam Silva et al. (2010), é estabelecido por duas relações nas quais os atores precisam ser facilmente distintos: uma entre representantes e representados e outra entre os representantes e o governo. No Brasil, afirmam, desde 1985 há proximidade e indistinção entre os representantes e o governo, devido à relação entre Poder Executivo e Congresso Nacional, na medida em que:

Aspectos centrais da ordem constitucional da República de 1988 permitiram que o Executivo tivesse forte ingerência na dinâmica do Legislativo. Com efeito, o presidente da República detém um conjunto de prerrogativas que o definem como o principal ator no processo legislativo (SILVA et al., 2010, p. 82).

Como se sabe, a Constituição federal brasileira autoriza a iniciativa de leis complementares, ordinárias e delegadas ao presidente da Nação, além da adoção de medidas provisórias, com força de lei, em caso de urgência e relevância. Outras atribuições presidenciais, como iniciar o processo legislativo, sancionar, promulgar e determinar a publicação de leis, emitir decretos e regulamentos para garantir a execução legal, vetar projetos de lei, igualmente estão previstas constitucionalmente.

Além disso, importa considerar nas relações de representação o fato de que o chefe do Executivo convoca representantes da sociedade – eleitos e ocupantes de representação legislativa – a atuarem sob sua subordinação em Ministérios ou Secretarias, em cargos comissionados, de livre nomeação e exoneração. Pode-se afirmar que a representação social é reduzida, visto que se os eleitos passam a atender as ações do governo e, assim, deixam de trabalhar exclusivamente em prol dos interesses do cidadão, sua representatividade entra em declínio. Passa a não existir mais diferenciação entre representação e governo, impactando diretamente na relação entre representantes e representados, pois esses não podem mais levar suas reivindicações àqueles, mas sim ao seu suplente. Interessante refletir se a suplência tem o mesmo valor que um representante legitimamente eleito, no qual o cidadão confiou no momento de fornecer seu voto. Dessa forma, é factível notar que “o vínculo da representação – isto é, o nexa entre representantes e representados – aparece como remoto, litúrgico e restrito a temporadas regulares de captura de sufrágio” (SILVA et al., 2010, p. 82).

O cidadão que presencia uma sessão legislativa pode acompanhar a influência dos partidos políticos nas decisões dos representantes da sociedade. Assim, o cidadão

continuamente deve refletir de forma crítica se os seus representantes estão correspondendo aos interesses do governo, de seu partido ou da sociedade.

De acordo com Silva et al. (2010), apesar de a participação social já estar garantida pela Constituição Federal de 1988, sobretudo, em políticas públicas de saúde, assistência social, políticas urbanas e políticas para o meio ambiente, essa ação amplia-se significativamente a partir de 1990 com as legislações locais que instituem os conselhos e também em 2001, com o Estatuto da Cidade, o qual permite a “gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano” (BRASIL, 2001). Além disso, as conferências nacionais, previstas desde o governo de Getúlio Vargas, a partir de 1941, ganham destaque também na década de 90. “As conferências nacionais iniciaram o projeto de consolidação de uma agenda nacional da sociedade civil em áreas como, meio ambiente, saúde, segurança pública, entre outras.” (SILVA, et al., 2010, p. 176). Apesar de essa agenda ter evoluído ao longo dessa trajetória, não há clareza na negociação entre governo e sociedade sobre a implantação da mesma, comenta os autores.

Por meio de reflexões de autores clássicos, Silva et al., constatam que os mecanismos de democracia direta (MDDs) são meios que possibilitam a influência da população em decisões estratégicas e importantes dentro do governo. Silva et al. lembram as discussões que ocorreram na Assembleia Constituinte de 1987-1988. A partir da consulta aos anais desse debate, os autores revelam a existência de duas correntes. Uma favorável aos mecanismos de democracia direta, na busca por unir a democracia representativa às ferramentas de democracia participativa, cuja justificativa era a inclusão das minorias no processo legislativo. Ademais, afirmavam que o voto não poderia ser o único meio de participação social diante de uma realidade tão complexa e com problemas multifacetados. Já a outra, contrária aos mecanismos de democracia direta, utilizava argumentos de que o povo já possuía seus anseios ouvidos e representados por meio do sistema democrático representativo; além de reforçar que a criação desses mecanismos poderia diminuir tal representação ao enfraquecer o poder dos representantes eleitos pela sociedade.

Tais discussões têm como resultado a inserção dos mecanismos de democracia direta – plebiscito, referendo e iniciativa popular – na Carta Magna. Esses instrumentos legitimam a soberania popular e conferem oportunidades para o exercício democrático da população, além do sufrágio universal e do voto direto e secreto, porém, são pouco explorados e exercidos na prática. Ao apresentar e refletir sobre pesquisas com foco na aplicação desses mecanismos de

democracia direta, Silva et al. (2010) constatam que há maior ocorrência da convocação do poder público à participação da população do que a iniciativa dos cidadãos em propor algum desses instrumentos. Esse fato deve-se às exigências legais e às dificuldades práticas em aplicá-los, sobretudo, em relação ao cumprimento de normatizações, tanto por parte da sociedade civil como da administração pública, que muitas vezes não possui recursos suficientes para, por exemplo, realizar a conferência das milhares de assinaturas exigidas para a proposição de projetos de lei de iniciativa popular. Por haver maior ocorrência de convocações à participação do cidadão por parte do Poder Legislativo ou Executivo, os autores consideram que os mecanismos de democracia direta são instrumentos de participação passiva no Brasil.

Criada como forma de colaboração aos mecanismos de democracia direta, a Comissão Permanente de Legislação Participativa torna mais fácil a concretização das proposições dos cidadãos à criação de políticas públicas ou à solução de problemas, segundo Silva et al. (2010). Entre seus objetivos estão apreciar sugestões fornecidas pela sociedade civil organizada sobre temas ligados à área legislativa, colaborar na melhoria da gestão pública, promover maior integração entre a população e o Poder Legislativo, discutir e estimular a participação popular na administração pública. Para esses autores:

Diante da regulamentação e do aparato institucional voltado ao MDD de proposição, é mais simples apresentar uma sugestão de projeto de lei e buscar o apoio de um parlamentar para aprovar a legislação ou tentar aprovar esse projeto pela Comissão de Participação Popular do que exercer o direito de participação direta previsto na Constituição Federal (SILVA et al., 2010, p. 239).

Apesar de o Brasil ser considerado uma democracia em desenvolvimento, apresenta desvalorização das instituições representativas da sociedade. Um dos motivos pode ser a falta de retorno da administração pública ao cidadão, visto que:

Historicamente, percebe-se que essa falta de participação ocorre porque os órgãos públicos ouvem as reivindicações da comunidade e não fornecem encaminhamento a elas, não havendo retorno ao cidadão e nem alterações na realidade, o que gera esvaziamento da participação popular e da noção de cidadania (PRUX, 2011, p. 59).

Para Bobbio (2000), a participação da sociedade está muito focada nos grupos, deixando de lado os indivíduos, ou seja:

Os grupos e não os indivíduos são os protagonistas da vida política numa sociedade democrática, na qual não existe mais um soberano, o povo ou a nação, composto por indivíduos que adquiriram o direito de participar direta ou indiretamente do governo,

na qual não existe mais o povo como unidade ideal (ou mística), mas o povo dividido de fato em grupos contrapostos e concorrentes, com a sua relativa autonomia diante do governo central (BOBBIO, 2000, p. 35).

Essa visão é corroborada por Silva et al. (2010), ao apontarem que, nos tempos modernos, os cidadãos almejam ser governados por representantes eleitos, mas também os grupos e causas políticas desejam ter representação, assim o governo igualmente quer ser representativo. Os autores criticam a falta de universalização da representação, que tende a se fixar em efeitos imediatos, de modo que, a representatividade torna-se muito restrita e específica. “Quer isto dizer que tal modo de representação do espaço público, não fundado nos termos da forma representação, possui caráter local, restrito aos envolvidos na ocasião participativa” (SILVA et al., 2010, p. 66). Essa característica local a participação está ligada à busca pelo atendimento dos direitos básicos, que se mostra ineficaz. “Em resumo, a luta e a reivindicação por saúde, educação, moradia, transporte, emprego, entre outros, é a luta e a reivindicação por direitos básicos de uma vida digna, e não pelo consumo de bens e serviços por parte daqueles que vivem sob condições de vulnerabilidade social” (SILVA, et al., 2010, p. 501).

Por outro lado, tornar a representação universal, indo além da representatividade por meio das eleições, pode gerar problemas para a administração pública, conforme refletem os autores: “A pretensão à universalização traz consigo a sensibilidade para o tema da variabilidade da opinião” (SILVA et al., 2010, p. 66). Essas diversas opiniões, crêem os autores, precisam ser geradas por toda a sociedade, inclusive as minorias. Na mesma linha, Bobbio (2000) defende o equilíbrio, pois, para ele, o excesso de democracia pode matar esse regime:

O excesso de participação, produto do fenômeno que Dahrendorf chamou depreciativamente de cidadão total, pode ter como efeito a saciedade de política e o aumento da apatia eleitoral. O preço que se deve pagar pelo empenho de poucos é freqüentemente a indiferença de muitos (BOBBIO, 2000, p. 39).

Por outro lado, autores como Salles (2010), defendem que quanto maior for o exercício democrático, melhor para o poder público e para a sociedade. Para ela, a reunião da sociedade civil e de representantes do poder público em um espaço legítimo de deliberação coletiva pode trazer mais transparência à gestão, promover um aprendizado democrático entre as partes, no qual todos se beneficiam, afinal “não se constrói um Estado Democrático de Direito sem a participação ativa e crítica de todos os cidadãos” (BRASIL, 2009, p. 44).

Nesse sentido, a participação e a interação Estado-cidadão podem gerar ganhos de eficiência e ampliação da democracia, na medida em que “a participação social, quando efetiva, é capaz de elevar a governabilidade, pois tende a impactar a máquina administrativa promovendo maior transparência, agilidade e flexibilidade, garantindo a adaptabilidade de longo prazo das políticas públicas” (SALLES, 2010, p. 81).

Bobbio (2000) reporta-se a John Stuart Mill para comentar o fato de que quanto mais o cidadão participa, reflete e se envolve na discussão política, mais ele torna-se apto a entender seus anseios pessoais, os interesses de seus companheiros e, assim, faz parte de uma comunidade de forma consciente. Além disso, ele pode compreender melhor o funcionamento da administração pública e a conexão entre sua realidade e as ações do setor público. Na mesma esteira, Salles (2010) considera muito importante essa participação para a formação crítica do cidadão e para ampliar seu sentimento de pertencimento em relação ao local em que está inserido, ou seja, “quando a população participa da discussão, do planejamento, quando opina e é ouvida, ela se responsabiliza e se envolve com o cumprimento das normas”, afirma Salles (2010, p. 81), além de promover mais acessos do cidadão aos espaços institucionalizados de decisão, reforça.

Ainda para Salles (2010), tal participação é positiva por si só, independente dos resultados que promover, visto que a proximidade gerada entre cidadão e poder público é de grande valia e pode levar a melhores resultados na gestão dos recursos públicos. Assim sendo, “quando a população participa dos processos de decisão, de planejamento, forma-se uma massa crítica a respeito dos temas, acumulam-se conhecimento e reflexão que geram interesse” (SALLES, 2010, p. 81).

Favorável à democracia participativa, Bonavides (2007) afirma que a inserção da sociedade nas decisões de Estado está contida nos princípios constitucionais, faz parte do conceito de cidadania e pondera que “breve, o povo, diretamente, em plebiscitos instantâneos, por via da rede eletrônica, decidirá as grandes questões de interesse nacional e de soberania” (BONAVIDES, 2007, p. 351).

Vislumbrando um futuro com uma sociedade participativa, o autor comenta:

O porvir será do povo. Haverá assim mais pureza nas instituições, mais legitimidade, mais democracia, mais poder representativo; portanto, menos corrupção, menos injustiça social, menos falsidade governativa, menos alienação de cidadania (BONAVIDES, 2007, p. 351).

Por meio da participação, a sociedade pode determinar as áreas mais carentes em investimento, sugerir a alocação de recursos onde julga haver mais necessidade, priorizar demandas sociais específicas – que muitas vezes não são percebidas pelo gestor público –, fiscalizar a aplicação do dinheiro público, sugerir correções e contribuir para a melhoria do Estado. “A participação dos cidadãos na definição das prioridades para o gasto público possibilitará converter as demandas da sociedade em ações previstas nos programas de trabalho da administração pública, constantes do Orçamento” (BRASIL, 2009, p. 59).

5 PPA, PARTICIPAÇÃO POPULAR E CICLO SHEWHART

Neste capítulo é realizada uma síntese dos principais pontos que envolvem os temas centrais desse trabalho: PPA, PDCA e Participação Popular.

Projetado para traçar as diretrizes e metas da administração pública em um universo de quatro anos, o Plano Plurianual desempenha papel essencial para a gestão dos recursos públicos, visto que todos os gastos e investimentos precisam estar contidos nele. É o instrumento norteador de duas outras importantes leis orçamentárias: Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.

Traduzindo tecnicamente o plano de governo, o PPA é elaborado pelo Poder Executivo no primeiro ano de mandato do novo governante. Com o intuito de garantir a continuidade de programas, ações e atividades, sempre se inicia uma gestão política trabalhando na execução do PPA anterior. Após a elaboração, a peça de planejamento é enviada ao Poder Legislativo para deliberação e votação pelos representantes da sociedade.

O Plano Plurianual constitui uma das mais importantes entre as modernas ferramentas de gestão pública, à medida que permite ao governo construir, de forma coordenada, suas políticas públicas, organizar a ação governamental e comunicar-se com a sociedade (CONSEPLAN, nov. 2011, p. 16).

A população pode acompanhar a votação do plano, bem como participar das audiências públicas sobre o tema para conhecer a proposta, tirar dúvidas, deliberar e propor emendas populares. A Lei Complementar número 101, Lei de Responsabilidade Fiscal, reforça o aspecto da participação popular e da transparência nas peças orçamentárias. Vale destacar que entre os planos mencionados está o Plano Plurianual:

São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos (BRASIL, 2000, Art. 48).

De acordo com a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, o PPA federal 2004-2007 inicia o processo de participação social, porém, não atende a todas as

expectativas da sociedade devido a lacunas no monitoramento e avaliação do plano e do orçamento. Já no PPA federal 2008-2011, sua programação é discutida junto aos 34 Conselhos Setoriais. Apesar de a discussão envolver os programas referentes a cada setor, o processo de participação não é uniforme entre os Conselhos. Com isso, o PPA não é discutido integralmente e não há reuniões estaduais.

No PPA federal 2012-2015, o processo de participação é composto pela apresentação do novo modelo do PPA, bem como pela exposição e discussão da Dimensão Estratégica proposta (Visão de Futuro, Valores e Macrodesafios), captação de propostas sobre modelo de monitoramento do PPA e do orçamento pela sociedade civil, formada principalmente por conselhos setoriais e entidades representativas.

Já no Rio Grande do Sul, a participação da população no PPA está ocorrendo pela primeira vez com o PPA Participativo 2012-2015. Por meio do Portal da Participação, os cidadãos gaúchos têm a oportunidade de solicitar melhorias, sugerir políticas públicas ou programas de Estado, para a análise e inclusão na peça de planejamento.

Oportunamente, durante os Seminários realizados nas nove Regiões Funcionais, representantes do governo apresentam as diretrizes para o estado, os Mapas Estratégicos e ainda um panorama regional, com as potencialidades e deficiências locais.

Orçamentariamente há uma cultura de participação no Rio Grande do Sul, porém o Plano Plurianual é uma novidade para a população. Configuradas de formas diferentes, mas interligadas dentro do Sistema de Planejamento e Orçamento, essas leis orçamentárias precisam ser abordadas de forma simples e didática para o bom entendimento do cidadão.

Devido ao histórico do OP, sabe-se que as manifestações populares sobre o PPA podem ter um caráter mais específico ou orçamentário. Além disso, há a mobilização de entidades, classes e organizações, portanto, é possível acreditar que grupos com interesses específicos podem ganhar destaque durante as manifestações populares.

Com força de lei, as alterações no PPA precisam passar por processo legislativo. Esse fato acaba por trancar muitas iniciativas de revisão e mudança, sendo necessário modificar essa cultura e tornar mais factível os processos de avaliação e revisão do plano. Sabendo que em quatro anos a realidade pode ser alterada e que entraves e/ou oportunidades sempre surgem e alteram o cenário planejado, o PPA precisa de processos concretos de avaliação e revisão, para internalizar as mudanças e agregar melhorias. Em outras palavras, o PPA precisa fazer o ciclo rodar.

Composto em sua essência pelas quatro etapas do Ciclo Shewhart, o processo do PPA congrega planejamento, realização, monitoramento e avaliação. Na prática é difícil obter um

movimento cíclico completo, com o ciclo girando e realimentando todas as etapas a partir dos resultados avaliativos. Geralmente o ciclo percorre a maioria das etapas, contudo não realiza o movimento completo, que poderia gerar aprendizado e melhoria do processo, com sugestões de melhoramentos para cada etapa.

Essa lacuna na gestão do PPA gera perdas de conhecimento e oportunidades de melhoria. Ao visualizar as deficiências do processo como um todo e também de cada etapa, procurando melhorá-las, pode-se crescer muito e construir um plano mais maduro e preparado para as mudanças.

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo é detalhado o modo como são desenvolvidos a metodologia de pesquisa, o tipo de estudo, o método de análise e a seleção do universo de pesquisa.

A pesquisa é exploratória, envolve análise documental, cujos dados primários são compostos por manifestações populares ao Plano Plurianual Participativo 2012-2015 do estado do Rio Grande do Sul. Tais dados resultam de Seminários Regionais e estão publicados no Portal da Participação RS. Além desses, também se utiliza como objeto de análise a Lei do PPA Participativo 2012-2015.

É feita pesquisa de levantamento, por meio de entrevistas não estruturadas com os Diretores do DEPLAN, do DEPARCI e da ASTEC, todos da SEPLAG. A seleção da amostra justifica-se porque esses gestores coordenam equipes que se envolveram ativamente no planejamento dos Seminários Regionais, nos contatos para a mobilização popular nas Regiões Funcionais, no tratamento analítico das propostas populares e na elaboração do Plano Plurianual Participativo 2012-2015. Além disso, o Diretor da ASTEC tem boa experiência com o PPA gaúcho, participou do planejamento do PPA Participativo e já atuou como Secretário-Adjunto da SEPLAG.

As entrevistas são realizadas pessoalmente e baseadas em um roteiro de dez questões (Apêndice A), dentre as quais há duas perguntas relacionadas ao Ciclo Shewhart, a fim de verificar se o ciclo do Plano Plurianual pode ser comparado a esse método de gestão. Inclusive é importante analisar como o PPA gaúcho comporta-se histórica e atualmente na dinâmica do mesmo.

Além disso, os entrevistados comentam como as manifestações populares inseridas no Portal da Participação RS foram aproveitadas no processo de construção do PPA Participativo e se as mais específicas foram utilizadas de alguma forma e dirigidas ao Departamento de Orçamento para análise e possível aproveitamento.

Outros questionamentos buscam saber se a participação popular no PPA Participativo ocorreu conforme o esperado e se foi fornecido retorno particular ao cidadão. Além dessas, também é feita uma avaliação do PPA 2012-2015, com a determinação dos pontos fortes e fracos dessa peça de planejamento. Por fim, indaga-se sobre quais os próximos passos do PPA 2012-2015 e quais as sugestões de melhoria para os próximos Planos Plurianuais.

Quanto às 1.626 manifestações populares ao PPA Participativo, organizadas contendo data da inserção no Portal, título, detalhamento, nome do cidadão, município, abrangência

regional e objetivos estratégicos, primeiramente procede-se à coleta das mesmas, após é feita a leitura de todas. Essas etapas justificam-se porque, de acordo com Moraes (1999), é primordial observar o global e depois partir para a análise específica do seu conteúdo.

Em seguida, tomando por base o município, é realizada a classificação de cada uma das manifestações por Região Funcional de Planejamento e Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDE's), para se ter uma regionalização das manifestações.

A partir do Estudo de Desenvolvimento Regional e Logística do RS (Rumos 2015), baseado em critérios de homogeneidade econômica, ambiental e social, são criadas as nove Regiões Funcionais de Planejamento, as quais, de acordo com o Atlas Socioeconômico Rio Grande do Sul, se constituem na regionalização do PPA 2008-2011 e congregam os 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento. Os COREDE's constituem fóruns de discussão envolvendo políticas e ações que visam ao desenvolvimento regional. Sua finalidade concentra-se na promoção do desenvolvimento regional harmônico e sustentável, na integração dos recursos e das ações governamentais na região em que atuam na melhoria da qualidade de vida da população, na distribuição justa da riqueza produzida, no estímulo à permanência do homem na sua região, na preservação e recuperação do meio ambiente (RIO GRANDE DO SUL, 1994).

De acordo com esse normativo legal, uma das principais atribuições dos COREDE's é promover a participação de todos os segmentos da sociedade regional no diagnóstico de suas necessidades e potencialidades para a formulação e execução de políticas públicas de desenvolvimento integrado da região. A classificação dos COREDE's é utilizada nas peças orçamentárias, sendo instância de regionalização do orçamento estadual, obedecendo ao preceito constitucional (RIO GRANDE DO SUL, Constituição (1989), Parágrafo 8º, Art. 149).

Após a classificação por Região Funcional e COREDE, parte-se para a organização da análise de conteúdo das manifestações populares. A técnica de análise de conteúdo, segundo Bardin (2010), é composta pela análise categorial, a qual é importante para que se possa classificar o objeto de estudo por meio da diferenciação e, na sequência, reagrupá-lo por similaridade, a partir das características equivalentes. Para o autor, as categorias são classes que reúnem unidades de registro congregadas de acordo com sua similitude. Dessa forma, são reunidas 52 temáticas (Quadro 1) a fim de categorizar as manifestações populares. Essas temáticas são captadas a partir da classificação proposta pelo DEPLAN, a qual foi embasada de acordo com as Orientações para Elaboração do PPA da União para o período de 2012-2015 (BRASIL, 2011, Anexo A – Proposta do Conjunto de Programas Temáticos). Devido à

similaridade, as temáticas Promoção dos Direitos Humanos e Reparação e Proteção dos Direitos Humanos são unidas e analisadas de forma conjunta, totalizando assim 52 temáticas.

Para categorizar as manifestações dos cidadãos, parte-se da lista de temáticas e utiliza-se como subsídio a análise prévia feita pelos técnicos do DEPLAN com 330 manifestações. Além disso, utiliza-se como suporte consultas a sites oficiais do governo do estado para dirimir dúvidas sobre atribuições, programas e projetos, bem como devido à especificação de alguns assuntos.

CATEGORIAS	
1. Agricultura de médio e grande porte; 2. Agricultura familiar; 3. Agricultura irrigada; 4. Saúde; 5. Aquicultura e pesca; 6. Assistência social; 7. Biodiversidade; 8. Ciência, tecnologia e inovação; 9. Comércio exterior; 10. Conservação e gestão de recursos hídricos; 11. Controle do desmatamento; 12. Defesa agropecuária; 13. Desenvolvimento territorial rural sustentável; 14. Educação básica; 15. Educação superior; 16. Educação profissional e tecnológica; 17. Energia elétrica; 18. Enfrentamento ao crack e a outras drogas; 19. Esportes e grandes eventos esportivos; 20. Gestão de riscos e resposta a desastres; 21. Habitação; 22. Igualdade de gênero; 23. Igualdade racial; 24. Inclusão digital; 25. Infraestrutura de comunicações; 26. Integração regional sul-americana; 27. Justiça;	28. Juventude; 29. Licenciamento socioambiental; 30. Mercado de trabalho; 31. Minerais energéticos; 32. Mobilidade urbana; 33. Mudanças climáticas; 34. Oferta de água; 35. Petróleo e gás; 36. Planejamento urbano; 37. Política de desenvolvimento produtivo; 38. Previdência social; 39. Promoção dos direitos de crianças e adolescentes; 40. Promoção dos direitos humanos / Reparação e proteção dos direitos humanos (temáticas unificadas); 41. Promoção e acesso à cultura; 42. Promoção e proteção dos direitos dos povos indígenas; 43. Reforma agrária; 44. Resíduos sólidos; 45. Saneamento; 46. Segurança alimentar e nutricional; 47. Segurança pública; 48. Transporte ferroviário; 49. Transporte rodoviário; 50. Transporte aéreo; 51. Transporte hidroviário; 52. Turismo

Quadro 1 – Lista de Categorias para Classificação das Manifestações Populares

Fonte: Adaptado de DEPLAN/SEPLAG – 2011.

As Orientações para Elaboração do PPA da União para o período de 2012-2015 (BRASIL, 2011, Anexo A – Proposta do Conjunto de Programas Temáticos) fornecem embasamento para a criação dessas 52 temáticas pelo DEPLAN. No documento federal

preparatório ao PPA da União há 60 propostas do conjunto de programas temáticos.

De acordo com o Diretor do DEPLAN, Álvaro Pontes de Magalhães Júnior, são selecionadas as temáticas que mais têm afinidade com as competências estaduais. Nesse caso, na lista de temáticas do DEPLAN não são inseridas as propostas federais de Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS), Bolsa Família, Combustíveis, Defesa Nacional, Política Espacial, Política Externa e Política Nuclear.

Recentemente, o PPA federal passa a utilizar Programas Temáticos, Objetivos e Iniciativas ao invés de Programa-Ação, conceito que orienta os antigos Planos Plurianuais. A Proposta do Conjunto de Programas Temáticos é o ponto de partida para a discussão com os Ministérios sobre a programação final do Plano e, no Rio Grande do Sul, é um dos critérios para a análise das manifestações populares.

Assim, pode-se resumir as principais etapas da análise desse trabalho a partir do Diagrama 2:



Diagrama 2 – Principais etapas para realizar um relatório preliminar sobre o PPA Participativo 2012-2015 do Rio Grande do Sul

Por basear-se em uma classificação federal, é relevante analisar se a competência estadual está plenamente inserida em cada temática, visto que certos temas podem gerar dúvidas, como Previdência Social. No momento em que a solicitação do cidadão refere-se à Previdência Social realizada pelo Instituto Nacional do Serviço Social (INSS) não pode ser analisada do ponto de vista estadual, visto que não é de sua competência.

As entrevistas e as manifestações populares classificadas são analisadas com base na técnica de análise de conteúdo como base metodológica, segundo o padrão proposto por

Moraes (1999) e Bardin (2010).

Sendo assim, a pesquisa é qualitativa, com o uso das técnicas de análise documental e análise de conteúdo.

7 RESULTADOS DA PESQUISA

Neste capítulo é realizada breve contextualização sobre o Sistema de Participação Popular e Cidadã no Rio Grande do Sul, Seminários de Participação do PPA Participativo 2012-2015, bem como são relatados os resultados da pesquisa.

7.1 O SISTEMA ESTADUAL DE PARTICIPAÇÃO POPULAR E CIDADÃ NO RIO GRANDE DO SUL

Nesta seção, é feito breve relato sobre o Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã, bem como é inserido trecho de uma das entrevistas.

O Sistema de Participação Popular e Cidadã no Rio Grande do Sul tem início a partir do I Seminário do Sistema de Participação Popular e Cidadã em fevereiro de 2011. Nesse evento são discutidos diversos conceitos sobre o tema, relatados casos de sucesso, elaboradas recomendações, bem como é apresentado o Mapa Estratégico de Governo. É demonstrado que o Sistema pode ser construído com a participação da sociedade civil de forma coletiva e participativa, com o intuito de agregar valor ao processo.

Na prática, de acordo com o Portal da Participação, o Sistema é construído com as seguintes ferramentas: PPA Participativo 2012-2015, Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), Participação Popular e Cidadã (antiga Consulta Popular), Gabinete Digital. Interiorizações e encontros para o desenvolvimento, lançamento e desenvolvimento do Programa de Combate às Desigualdades Regionais, Gabinete dos Prefeitos e Relações Federativas, Conferências Setoriais e de Direitos igualmente são inseridas nesse processo.

Segundo Rio Grande do Sul (2012), o PPA Participativo 2012-2015 recebe contribuições da sociedade na etapa qualitativa do seu processo. A Participação Popular e Cidadã no Orçamento 2012 permite que uma parcela de recursos orçamentários seja votada pelos eleitores. O CDES possibilita a interação entre governo e diversos setores da sociedade para deliberação e elaboração de diretrizes para o desenvolvimento estadual. A participação virtual é estimulada pelo Gabinete Digital e facilitada pelas ferramentas Governador Responde, Governador Pergunta, Governo Escuta e Agenda Colaborativa.

Já as interiorizações e encontros para o desenvolvimento, de acordo com Rio Grande do Sul (2012), são responsáveis por promover a instalação do governo em municípios do interior do estado, contribuindo para a participação presencial e aproximação do governo com a sociedade. As nove regiões com baixo Índice de Desenvolvimento Sócio-Econômico (Idese) e menor potencial de desenvolvimento são escolhidas de forma técnica no Programa de Combate às Desigualdades Regionais. Acompanhar os seminários regionais do PPA Participativo e debater questões públicas junto aos municípios é o papel do Gabinete dos Prefeitos e Relações Federativas. Por fim, são realizadas Conferências Setoriais e de Direitos para estimular o debate. Durante o II Seminário do Sistema de Participação Popular e Cidadã, em novembro de 2011, são apresentados esses instrumentos.

Apesar do seu caráter plural e diversificado, que procura envolver ações de planejamento, orçamento e controle, o Sistema é criticado por uma lacuna na formulação das políticas pública pela população, como se pode constatar na entrevista com Fialho:

Na minha visão, a inovação e o sucesso do Sistema de Participação Cidadã ocorrerão quando o processo de planejamento do Estado for alimentado pela participação nas políticas públicas, formuladas pela participação cidadã. O processo atual não garante isso (FIALHO, 2011).

De fato, os instrumentos têm caráter mais consultivo e não permitem a formulação de políticas públicas por parte da sociedade. Certamente há muitos pontos a serem melhorados nesse Sistema, considerado pelo governo do Rio Grande do Sul como um meio para alcançar um “estágio superior” para aprofundar a participação cidadã (CONSEPLAN, nov. 2011, p.39).

7.2 PPA PARTICIPATIVO 2012-2015

A construção do Plano Plurianual Participativo 2012-2015 no Rio Grande do Sul é descrita nesta seção.

No Rio Grande do Sul, a Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã coordena a elaboração do Plano Plurianual estadual, desenvolvendo-o a partir do plano de governo, de diagnósticos, estudos setoriais técnicos e bases metodológicas atualizadas.

Tais pressupostos e referenciais continuam a ser utilizados em 2011, além de agregar ao processo um diálogo mais amplo com a sociedade, diferenciando o processo e gerando o PPA Participativo. A sociedade gaúcha é convidada a participar e conhecer mais sobre a realidade estadual na perspectiva do plano durante os Seminários realizados nas nove Regiões Funcionais de Planejamento e no Portal de Participação RS.

Essa interação propicia oportunidades para que a população expresse problemas, necessidades, anseios, sugestões de melhoria, contribuindo para a construção desse instrumento de médio prazo, reflete Fialho (2011). Essa peça orçamentária “historicamente não havia sido submetida a instâncias participativas, ficando com a exclusiva responsabilidade do governo” (CONSEPLAN, 2011, p. 39).

Com um processo que procura envolver a sociedade nas decisões de Estado iniciado cerca de seis meses antes da entrega do Projeto de Lei ao Poder Legislativo, o PPA Participativo 2012-2015 mobiliza diversos segmentos da sociedade em várias regiões e municípios em prol da discussão e do planejamento dos programas, ações e metas para os próximos quatro anos. O PPA norteia as atividades do setor público estadual, as quais são materializadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

O início da elaboração do Plano Plurianual 2012-2015 dá-se pela construção da Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa, entregue no dia 1º de fevereiro de 2011. A partir de estudos e metodologias desenvolvidos pelo Departamento de Planejamento Governamental da SEPLAG e pela Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), além de documentos do novo governo (Programa de Governo, Carta aos Gaúchos e Gaúchas), são elaborados cenários sobre a situação do estado do Rio Grande do Sul e a síntese da visão estratégica, resultando em um Mapa de Objetivos Estratégicos.

A Mensagem do PPA apresenta um panorama sobre a trajetória atual da economia gaúcha, regionalização, painel social, tendo como referência a conjuntura dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio no estado, e questão fiscal do Rio Grande do Sul. Além disso, a Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa apresenta a visão e a missão do novo governo e os principais programas a serem desenvolvidos nos quatro anos. Tal síntese da dimensão estratégica é desenvolvida no PPA.

A Base Estratégica constitui a primeira parte da elaboração do PPA Participativo 2012-2015, de acordo com Rio Grande do Sul (2011). Para orientação, são consultados os documentos utilizados para elaborar a Mensagem do Governador, além dos Planos Estratégicos dos COREDE's e das diretrizes do PPA da União. A preparação do PPA 2012-2015 é orientada por quatro princípios: regionalização; transversalidade na ação; integração

programática com o governo federal; incentivo à participação popular e cidadã. A Base Estratégica do PPA foi sintetizada em Objetivos Estratégicos.

Segundo a Mensagem do PPA Participativo 2012-2015, essa peça de planejamento é elaborada observando o escopo de “ampliar a participação popular e a integração federativa” e se fundamenta nos Objetivos Estratégicos do Governo, baseados em quatro alicerces (Econômico: alcançar o crescimento do investimento, do emprego e da renda; Regional: promover o desenvolvimento regional; Social: elevar a qualidade de vida e erradicar a pobreza extrema; Democrático: aprimorar a cidadania e os valores republicanos). De acordo com o documento legal, o anseio é “adequar a ação governamental às necessidades e prioridades apontadas pelos cidadãos”.

A partir da Base Estratégica formulada e apresentada na Mensagem do Governador e nos Objetivos Estratégicos, passa-se ao processo de participação cidadã e à elaboração dos programas do PPA, elevando-o a “outro patamar, menos secundário” (CONSEPLAN, nov. 2011, p.39). Para a participação da sociedade são organizados Seminários Regionais nas nove Regiões Funcionais de Planejamento, os quais contam com a presença de 4,5 mil pessoas, que se manifestam com sugestões, de forma aberta.

Partindo da apresentação da Base Estratégica e de perfis sócio-econômicos de cada Região Funcional elaborados pelo DEPLAN, os representantes do governo demonstram um balanço da situação econômico-financeira do estado durante os Seminários. Além disso, disponibiliza-se o canal para interação online chamado de Portal da Participação, o qual propicia a apresentação de propostas e manifestações pela comunidade. De acordo com a Mensagem do Plano Plurianual 2012-2015 (Rio Grande do Sul, 2011), são publicadas 1.626 manifestações nesse Portal da Participação, grande parte delas com mais de uma proposta. Tais inserções sociais servem de insumo para a elaboração dos Programas e ações do PPA.

Observando o termo “publicadas”, com referência à inserção das manifestações no Portal da Participação, pode-se perceber que nem todas as solicitações escritas no Portal e enviadas eram automaticamente disponibilizadas online. Durante conversa com um colega¹, esse comenta que inserções com xingamentos aos gestores e servidores ou vocabulário de baixo nível, bem como sugestões inconstitucionais foram retiradas da lista de manifestações populares. A Figura 5 demonstra como é agregada a participação cidadã no PPA 2012-2015.

¹ Opta-se por não divulgar a identidade do colega, de acordo com o previsto no art. 5º, XIV da Constituição Federal de 1988.

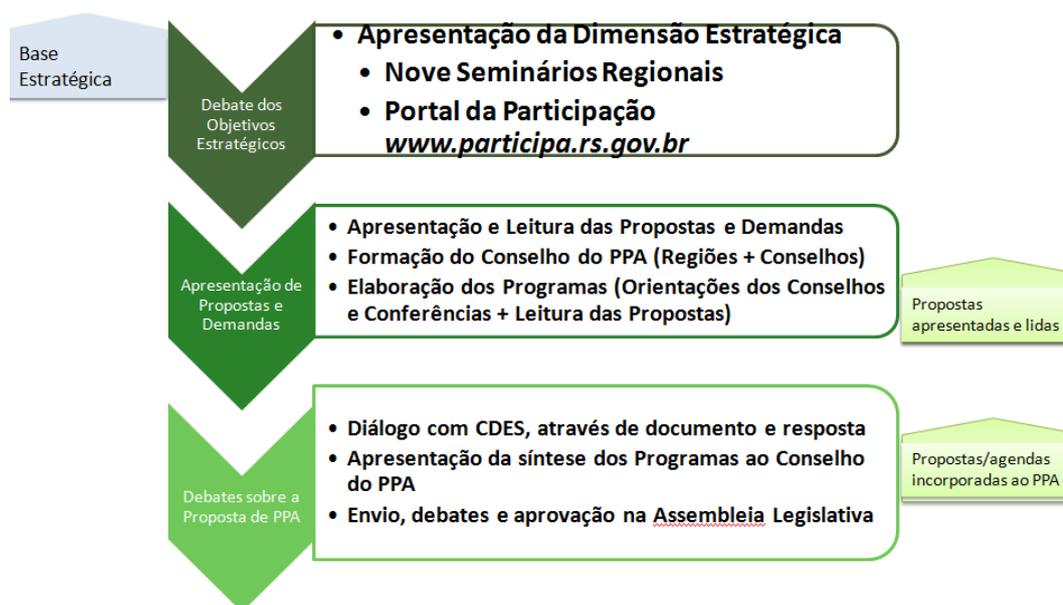


Figura 5 - Participação Cidadã no PPA

Fonte: DEPLAN / SEPLAG - 2011.

Segundo Magalhães Jr. (2011), a equipe do DEPLAN procede à leitura de todas as manifestações populares e classifica-as preliminarmente, à medida que chegavam, tendo sido repassadas pelo DEPARCI. Devido à descontinuidade dos envios e ao tempo escasso, nem todas as manifestações passam por essa análise prévia. O Diretor comenta sobre a próxima etapa: “as manifestações foram separadas por áreas e encaminhadas para os órgãos estaduais com o intuito de questionar se estavam incluídas no PPA da área e em qual nível. Os órgãos forneceram esse retorno aos setorialistas do DEPLAN na etapa qualitativa” (MAGALHÃES JR., 2011).

Assim são dados os passos iniciais para a elaboração dos Programas e Ações, de forma que pudessem traduzir as manifestações populares: “em geral, as manifestações populares cadastradas no Portal da Participação RS tinham uma ação do PPA que as abrigava. De alguma maneira, conseguimos atacar as agendas de quem compareceu aos Seminários, como agricultores, professores, policiais militares...” (MAGALHÃES JR., 2011).

O Diretor do DEPLAN comenta sobre algumas manifestações controversas:

Houve manifestações populares polêmicas, como o fundo para desenvolvimento regional, o qual não entrou no PPA por falta de recursos, agora se quer rediscutir o tema. Outro ponto polêmico foi o crédito educacional para Universidades, que a Secretaria da Educação não queria, mas que só se resolveu em emenda ao Projeto de Lei do PPA. Constatamos que de alguma forma, as manifestações entraram no PPA, deixando-o completo. Comparando com o PPA 2008-2011 constata-se que houve ampliação da agenda, principalmente com as demandas transversais (MAGALHÃES JR., 2011).

Para a elaboração dos programas, objetivos, ações do PPA são constituídas equipes técnicas, envolvendo os órgãos da administração pública estadual, sob orientação dos técnicos da SEPLAG. Como referencial utilizam-se os documentos orientadores da base estratégica, as orientações dos Conselhos e Conferências setoriais. A chamada etapa qualitativa do PPA gerou um conjunto de Programas com 65 Objetivos, 309 indicadores, 599 ações com produtos descritos no Projeto de Lei enviado à Assembleia Legislativa.

Uma síntese dos programas elaborados é apresentada ao Conselho do PPA (formado durante os Seminários, com representantes também dos Conselhos Setoriais) e ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Essas apresentações demonstram que o PPA absorveu os conteúdos apresentados, mesmo que em alguns casos não incorporasse propostas no grau de detalhamento apresentado. “Assim, procurou-se demonstrar que este PPA Participativo dialoga com as diversas agendas de desenvolvimento econômico e social em debate e construção na sociedade gaúcha” (MAGALHÃES JR, 2011). Paralelamente, os cenários apresentados na Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa são complementados e detalhados.

Após a etapa qualitativa da elaboração dos programas do PPA, inicia-se a etapa quantitativa. Com base na estimativa das receitas para o período, são distribuídos os limites orçamentários a partir de orientação do Núcleo de Gestão do Governo. Assim, as equipes técnicas detalham as metas para as ações e procedem às adequações necessárias à consistência do PPA. As principais referências são os compromissos com as áreas da educação e saúde, além do padrão de investimentos apontados nas diretrizes estratégicas de governo.

Após o envio do Projeto de Lei do PPA ao Poder Legislativo, são realizadas ações envolvendo exame, emendas e final aprovação do PPA Participativo 2012-2015. A partir da publicação do PPA da União, desenha-se um processo de monitoramento participativo das políticas públicas no Rio Grande do Sul, no qual serão acompanhados os 65 temas de políticas públicas propostas no PPA da União, de acordo com Rio Grande do Sul (2011). A figura 6 resume todo esse processo de elaboração do PPA 2012-2015.

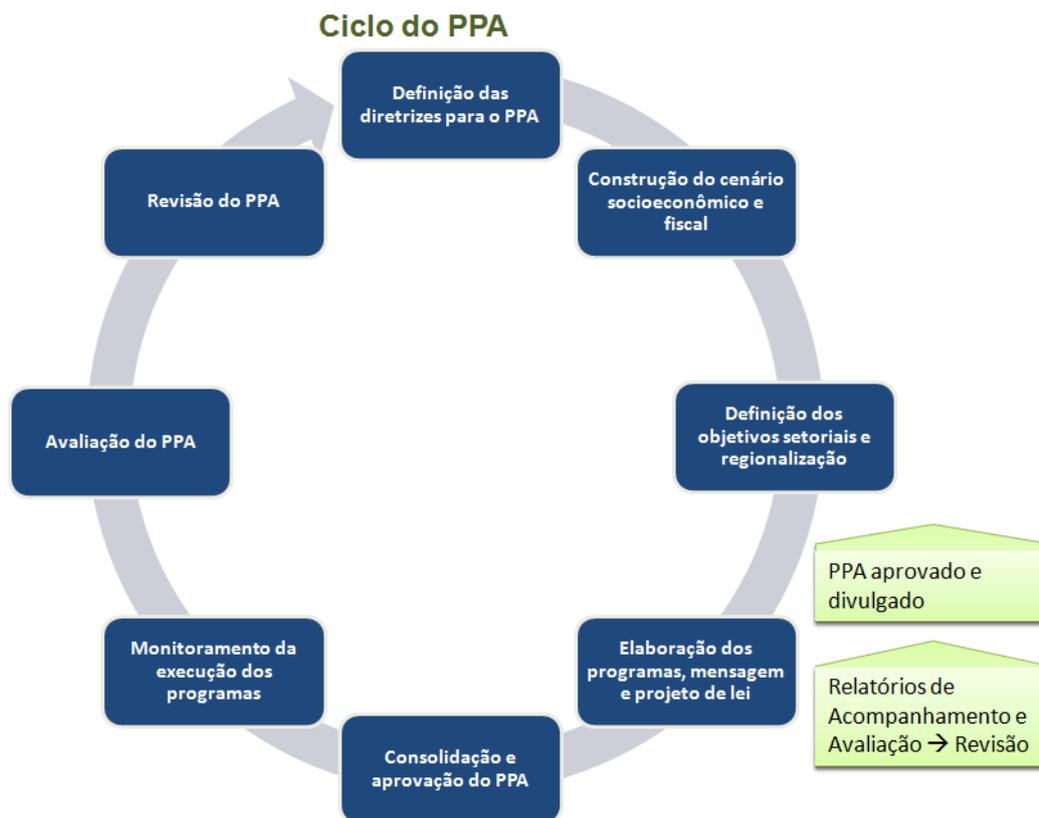


Figura 6 – Ciclo de atividades para a construção do PPA Participativo 2012-2015

Fonte: DEPLAN / SEPLAG - 2011.

Nessa figura, pode-se observar um ciclo muito similar ao de Shewhart. Apesar da semelhança, algumas etapas são maiores. Percebe-se ênfase na etapa do planejamento, visto que o P (*plan*) é mais amplo, envolve definição das diretrizes, construção do cenário socioeconômico e fiscal, definição dos objetivos setoriais e regionalização.

Quanto à letra D (*do*), pode-se considerar as atividades elaboração dos programas, mensagem e projeto de lei, bem como consolidação e aprovação do PPA como integrantes dessa etapa. Na primeira, coloca-se em prática o que foi planejado e na segunda há o esforço para que o plano seja institucionalizado e aprovado pelo Poder Legislativo. Vale ressaltar que a execução dos programas também poderia fazer parte dessa atividade, porém, como o papel da SEPLAG é planejar, elaborar, monitorar, avaliar e revisar o Plano Plurianual, essa etapa não está explícita no ciclo.

O monitoramento da execução dos programas encaixa-se na etapa C (*control*), devido ao acompanhamento periódico que os analistas da SEPLAG realizam junto aos órgãos estaduais para verificar como estão sendo executados os programas e ações do PPA.

Interessante constatar que a etapa A (*act*) está prevista na avaliação e revisão do Plano Plurianual. Originalmente no ciclo proposto por Shewhart, avaliação e revisão estão em uma

mesma atividade, porém, o ciclo do PPA Participativo, ao delimitar as duas atividades, especifica melhor e institucionaliza a necessidade de realimentar o ciclo. Sabe-se que a avaliação alimenta a revisão do plano, contribuindo para a melhoria do processo como um todo, caso o ciclo rode.

De acordo com o Diretor do DEPLAN, está sendo elaborado o monitoramento participativo do PPA 2012-2015, a partir da montagem de agenda estratégica, agendas regionais, agendas setoriais e agendas transversais, visando o envolvimento da comunidade gaúcha no acompanhamento e avaliação das políticas públicas no estado. Tais agendas estão ilustradas na figura 7, a seguir.



Figura 7 – Ciclo do PPA Participativo 2012-2015
Fonte: DEPLAN / SEPLAG - 2011.

Como se pode perceber nessa figura, novamente o Ciclo Shewhart inspira a configuração das etapas do PPA Participativo 2012-2015. O plano de médio prazo tem representados os quatro passos inspirados na teoria de Deming.

No Ciclo do PPA Participativo 2012-2015, P (*Plan*) conecta-se à formulação da base estratégica com o Programa de Governo, a Carta aos Gaúchos e Gaúchas, Diretrizes do PPA da União, Planos Estratégicos dos COREDE's, Estudo e metodologia desenvolvidos pelo DEPLAN, Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e outros estudos da Fundação de

Economia e Estatística do Rio Grande do Sul, Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa e Mapa de Objetivos Estratégicos.

Já a atividade D (*Do*) traz a elaboração dos Programas, com definição de objetivos e estratégias de enfrentamento de problemas transversais ou regionais. Além disso, envolve a alocação de recursos e o estabelecimento de metas e resultados a serem obtidos em quatro anos. C (*Check*) é desdobrado em Monitoramento porque a ação de monitorar fornece suporte aos processos avaliativos. Por fim, A (*Act*) reflete-se na avaliação e revisão do PPA, abarcando análise sobre a efetividade de programas, ações e metas de cada órgão estadual.

Assim como o Ciclo Shewhart, o ciclo do PPA Participativo 2012-2015 possui passos sequenciais que mantém o movimento, congregam planejamento, monitoramento, revisão e ação para a melhoria constante do processo. Para 2012, o compromisso do DEPLAN e da SEPLAG está em implantar os processos de monitoramento e avaliação do PPA Participativo 2012-2015.

7.3 ANÁLISE DAS MANIFESTAÇÕES POPULARES AO PPA PARTICIPATIVO 2012-2015

Nesta seção são analisadas as manifestações populares em sua totalidade, com o objetivo de traçar um panorama geral ao relacioná-las ao Plano Plurianual 2012-2015. A análise específica das manifestações populares, separada nas 52 temáticas, está consolidada no Anexo D – Análise das manifestações populares a partir das categorias.

Após a leitura de todas as manifestações populares, sua organização por COREDE e Região Funcional, sua classificação e análise, constata-se a complexidade em classificar certas manifestações, sobretudo, ao envolverem mais de uma temática, como proteção dos direitos dos quilombolas, indígenas e demais grupos, visto que esses se inserem na temática de promoção dos direitos humanos, bem como reparação e proteção dos direitos humanos, igualdade racial, promoção e proteção dos direitos dos povos indígenas.

Algumas temáticas geram conflito e duplicidade no processo de classificação, visto que congregam assuntos similares e concorrentes. Exemplificando, as temáticas Mercado de Trabalho e Igualdade de gênero confundem-se durante a classificação de solicitações envolvendo políticas públicas de geração de emprego e renda às mulheres para minimizar a desigualdade. O que ocorre nesse exemplo é que as duas temáticas conseguem agregar essa

manifestação popular. Dessa forma, em algumas situações optou-se por inserir as duas temáticas, principalmente devido à transversalidade da solicitação, a qual abarca esforços de mais de um órgão estadual.

Dentre as 52 temáticas, apenas três não apresentam manifestações a serem classificadas. Já oito delas não têm manifestações populares atendidas em sua integralidade no PPA Participativo 2012-2015, totalizando 84,6% de aderência. Comparativamente à totalidade dos 86 Programas da peça de planejamento, constata-se que 61 deles estão relacionados às manifestações populares analisadas. Essa compatibilidade com o PPA gera 71% de aderência entre manifestações populares e os Programas da peça de planejamento.

O comparativo entre os Programas do PPA Participativo 2012-2015 relacionados às manifestações populares (Apêndice B) apresenta as conexões entre esses dois pontos, verificando o grau de aderência das manifestações aos programas da peça de planejamento. Quando não há programas relacionados, preenche-se com um traço e no momento em que há conexão com algum programa, insere-se novamente seu nome e, comparativamente ao total de ocorrência em cada órgão, totaliza-se percentualmente o grau de aderência. Ao final são realizadas as totalizações e é gerado o chamado grau de aderência total, catalogando o número de programas relacionados às manifestações e ao total de programas do PPA Participativo.

Constata-se a presença de manifestações populares específicas, solicitando ações de manutenção e conservação dos bens públicos, além da aquisição de equipamentos. Dentre os 1.626 registros de manifestações populares publicados no Portal da Participação, 151 deles (7,2%) apresentam mais de uma temática, cujo conteúdo refere-se a dois ou mais assuntos. São solicitações de melhoria e apontamento de problemas a serem resolvidos, os quais atingem mais de uma área.

Lembrando que o Plano Plurianual é uma ferramenta de planejamento de médio prazo, na qual são estabelecidas, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública, solicitações desse tipo são apenas uma pequena parcela de toda a sua potencialidade. Tais manifestações têm espaço no PPA, como por exemplo, em ações de Conservação e Manutenção de Rodovias.

Esse caráter múltiplo pode ser explicado primeiramente devido à participação livre, com um campo aberto para a inserção de texto pelo cidadão. Não há filtro ou restrição, por isso fornece liberdade para que as pessoas manifestem-se da maneira como julgarem melhor, seja enviando solicitação de uma área específica ou fazendo pedidos diversos de melhorias, atingindo diversas áreas. Outro ponto a ser considerado é o fato de que os cidadãos, por meio dessa oportunidade de interação com o governo, procuram demonstrar todos os seus anseios e

necessidades.

Para todos os entrevistados, essa participação pontual já era esperada, sobretudo, devido ao histórico de envolvimento da população com o Orçamento Participativo e foi vista de forma positiva:

Essa participação mais pontual já era esperada devido à sociedade estar mais acostumada com o processo do Orçamento Participativo. Já se sabia antes que a participação seria pontual. [...] Essa participação é legítima, não desqualifica o processo, até porque essas manifestações serão contempladas de alguma forma no PPA e no Orçamento Anual (MAGALHÃES JR., 2011).

É essencial recorrer a Silva et al. (2010), ao afirmarem que se os cidadãos solicitam algo muito específico há carência no atendimento das necessidades básicas. A mesma visão é externalizada pelos demais entrevistados ao comentar que “as pessoas dificilmente distinguem PPA e LOA, elas querem se manifestar e demonstrar suas necessidades” (SCHMIDT, 2011), visto que “manifestações pontuais e orçamentárias resolvem problemas que estão mais perto do cidadão” (FIALHO, 2011).

Além da especificação, observam-se muitas manifestações repetidas, com as mesmas solicitações. A similaridade das manifestações chama a atenção, visto que muitas delas repetem-se dentro de uma mesma temática. Há um número muito grande de manifestações solicitando melhoria na infraestrutura escolar, porém tais inserções são muito particulares e têm perfil para agregarem o orçamento anual, tal o seu grau de especificidade. O Diretor do DEPARCI explica por que essas repetições ocorrem:

Algumas pessoas pensaram que para conseguir inserir seus anseios, seria necessário grande número de solicitações, como foi o caso de escolas. Pensaram que quanto mais manifestações, melhor, então reuniram pais, alunos, comunidade escolar e inseriram grande número de registros no Portal sobre o mesmo tema, porém não era esse o espírito. Assim, oito ou nove mil manifestações foram repetidas, gerando números díspares. Essas solicitações ligavam-se à manutenção escolar e isso foi traduzido no PPA em programas com foco em boas condições para a escola, e dessa forma foi feito com as demais manifestações, em uma leitura que levou à construção de 86 Programas do PPA (SCHMIDT, 2011).

A partir dessa contextualização, há indícios de que a lógica da reunião de grupos de interesse, como escolas, que, possivelmente, solicitam a alunos, professores, pais e servidores o envio das mesmas manifestações para atingir um grande número de ocorrências advém do conceito de participação quantitativa, na qual o anseio da maioria vence. O intuito desses grupos pode ser unir a participação qualitativa e a quantitativa, na qual além do conteúdo, o contingente maior de reivindicações venceria e seria incluso no Plano. Porém, como afirma o

Diretor do DEPARCI, “(...) não era esse o espírito” (SCHMIDT, 2011).

Apesar do volume de solicitações específicas, entre o rol de manifestações há sugestões para programas de governo, sugestões de melhoria para aproveitamento das potencialidades de regiões e do estado como um todo.

Percebemos solicitações bem pontuais, como troca de telhado em determinada escola ou mais computadores e viaturas para a Polícia Civil, mas também verdadeiras teses, com demandas elaboradas por grupos que defendem direitos das mulheres, da juventude, entre outros. Assim, manifestações bem pontuais conviviam com verdadeiras teses (SCHMIDT, 2011).

Assim como Bobbio (2000) considera a força dos grupos representativos dentro da sociedade, verificam-se junções de cidadãos em prol de objetivos comuns nas manifestações ao PPA. Escolas são as mais presentes, seguidas por COREDE's, Prefeituras, movimentos de mulheres, Associações de Pais e Professores, Conselhos Municipais de Desenvolvimento, Consórcios Intermunicipais de Saúde, núcleos populares, entre outros. As peculiaridades da inserção de manifestações por cidadãos e por grupos são assim sintetizadas:

As pessoas não têm obrigação de saber o que é PPA, que é uma peça de planejamento com diretrizes para quatro anos, elas simplesmente fizeram reivindicações. Já os grupos organizados autoinstruem-se, discutem, refletem e constatarem que precisam manifestar-se com foco de médio prazo do PPA. Nossa obrigação, nossa responsabilidade é dizer o que é o PPA para a sociedade, deixando-a bem informada e discutir com ela sobre os aspectos que envolvem essa peça de planejamento (SCHMIDT, 2011).

Certamente o debate e a troca de ideias geram maior qualidade na participação dos grupos, além do seu foco em temas específicos, lembrando que os grupos unem-se para representar interesses coletivos (Bobbio, 2000). Percebe-se maior organização e conhecimento sobre planejamento governamental nas propostas de grupos. Alguns COREDE's incluem sugestão de nome de programas e produtos, de forma lógica e organizada, como já foi demonstrado na análise de algumas temáticas.

Mesmo nas manifestações pontuais e nas mais complexas, observa-se a combinação de temas e a inserção de solicitações sobre assuntos variados e muitas vezes distintos entre si. Geralmente abrangem ao mesmo tempo educação, saúde, segurança, mercado de trabalho, transporte, agricultura, energia, rodovias, ou melhor, todas as temáticas possíveis. Desse modo, o participante reflete o anseio por demonstrar as necessidades básicas, os problemas locais enfrentados cotidianamente. Também é uma forma de aproveitar ao máximo esse espaço livre e qualitativo de participação, visto que não é necessário votar ou escolher entre

uma lista já elaborada pelo governo, mas sim expressar-se livremente.

Devido ao desconhecimento ou despreparo do cidadão, há nove manifestações fora da competência estadual, como se pode observar no Quadro 2. O número de ocorrências é pequeno, porém demonstra que é necessário realizar capacitações focadas nas competências do estado, diferenciando-as do âmbito federal e municipal.

Manifestações Populares ao PPA 2012-2015	Competência
Programa de coleta do lixo reciclável produzido nos assentamentos.	Municipal
Caixa d'água	Municipal
Novo Código Florestal Brasileiro.	Federal
Rodovias federais, como BR 471.	Federal
Transporte coletivo.	Municipal
Lutar para que Decreto federal que determina que os investimentos do PMCMV avulso, só possa seja aplicado em áreas com infraestrutura (pavimentação e esgoto), seja revertido.	Federal
Sinal de celular no campo.	Telefonia celular e sua infraestrutura recebem fiscalização federal, pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL
Delegacia de Polícia Federal.	Federal
Universidade Federal é de competência da União.	Federal

Quadro 2 – Manifestações populares ao PPA Participativo 2012-2015 fora da competência estadual
 Fonte: Adaptado do Portal da Participação. Disponível em <<http://www.participa.rs.gov.br/>>. Acesso em 27 de jan. de 2012.

Além disso, há a necessidade de fornecer retorno ao cidadão que participa do processo participativo, para que ele saiba como foi recebida contribuição. Sugere-se que no próximo PPA Participativo o retorno à sociedade seja mais efetivo e, em casos como esse, seja específico para quem participou, visando gerar *feedback* positivo, proporcionar debate e reflexão, bem como agregar conhecimento ao cidadão

De forma geral, as solicitações dos cidadãos estão atendidas na peça de planejamento estadual.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho demonstra a importância do planejamento público a partir do entendimento do processo de elaboração do Plano Plurianual Participativo 2012-2015 no estado do Rio Grande do Sul. A pesquisa inicia-se a partir da busca pelo entendimento do Sistema de Planejamento e Orçamento, dos métodos e ferramentas de gestão pública, com ênfase ao Ciclo Shewhart. Bem como busca compreender a participação popular nas políticas públicas e nas peças orçamentárias, sobretudo, ao Plano Plurianual.

Além disso, como seu objetivo é fazer um relato preliminar sobre como foi construído o processo de elaboração do PPA Participativo 2012-2015 do Rio Grande do Sul, parte da concepção do Ciclo Shewhart e de suas etapas, a fim de analisar se há similaridade entre o processo do Plano e o conceito do Ciclo, bem como constatar se sua dinâmica ocorre. Tais conceitos são confrontados com a realidade a partir das entrevistas não estruturadas e da análise das 1.626 manifestações populares ao PPA Participativo 2012-2015, inseridas por cidadãos de todo o estado no Portal de Participação como subsídio à peça de planejamento de médio prazo.

Constata-se, a partir das entrevistas não estruturadas realizadas com gestores públicos da SEPLAG, que os Planos Plurianuais gaúchos são similares ao Ciclo Shewhart, pois possuem todas as etapas do PDCA. Porém, a dinâmica cíclica não ocorre na prática, apesar de algumas iniciativas nesse sentido. Os PPA's no Rio Grande do Sul apresentam planejamento, realização dos programas e ações, porém pecam no monitoramento e na avaliação. Dessa forma, não conseguem acompanhar os resultados e impactos de cada programa, avaliar a atuação e melhorar o Plano.

É necessário superar polêmicas e contrapor culturas de acomodação, procurando fazer o Ciclo rodar, tanto para a evolução do PPA como instrumento de gestão e de planejamento, quanto para servir de subsídio aos órgãos estaduais e acompanhar as mudanças de cenário, atualizando seu planejamento continuamente e contribuindo para a eficiência da administração pública.

Percebe-se que o processo de elaboração do Plano Plurianual gaúcho passa por critérios técnicos, baseados em estudos socioeconômicos, diretrizes de governo, planejamento conjunto entre SEPLAG e demais Secretarias e órgãos. O PPA 2012-2015 é construído com base nas contribuições da sociedade, por meio das manifestações populares.

Dentre as 52 temáticas analisadas, apenas três não apresentam manifestações a serem

classificadas e oito não possuem manifestações populares atendidas em sua integralidade no PPA Participativo, totalizando 84,6% de aderência. Comparativamente à totalidade dos 86 programas do PPA Participativo 2012-2015, constata-se que as manifestações populares estão relacionadas a 61 programas, o que gera um grau de aderência de 71% à peça de planejamento.

Verifica-se que as manifestações populares refletem, ao mesmo tempo, especificação e complexidade. Grande parte delas é pontual, específica, à beira do processo orçamentário anual, refletindo a teoria de que as pessoas solicitam algo específico para garantir o atendimento de suas necessidades básicas.

Por outro lado, a complexidade de muitas manifestações explica-se pela reunião de grupos de interesse, que congregam membros da sociedade civil em exercícios de reflexão e debate, nos quais ocorre troca de conhecimento e processa-se o amadurecimento dos indivíduos, que, dessa forma, participam de forma mais qualificada, focada e organizada, com noção clara do escopo de um plano de médio prazo.

O alto grau de especificação das manifestações populares igualmente gera a busca pela participação quanti-qualitativa, unindo esse dois processos participativos. Ao inserir as solicitações de forma livre e com conteúdo aberto, certos grupos retomam o conceito eleitoral, acreditando que a maioria venceria e poderia eleger a manifestação com maior frequência de solicitações para ingressar no PPA Participativo. Porém, tais repetições são desconsideradas, visto que esse processo essencialmente trata-se de participação qualitativa.

Pode-se dizer que a atividade participativa passa por um controle do poder político estadual, primeiramente porque há convite à participação feito pelo Poder Executivo e em seguida por proceder-se à filtragem de algumas solicitações da sociedade – é o caso, por exemplo, das manifestações repetidas. O fato de serem desconsideradas do processo demonstra que as mesmas são alvo de filtro por parte do gestor público.

Não se pode dizer que o processo de elaboração do PPA Participativo ocorre com participação genuína e não mediada, visto que os cidadãos interessados participaram livremente, de forma totalmente aberta, porém, precisaram acessar um site específico do governo para cadastrar sua manifestação. Essas inserções não eram visualizadas imediatamente pelo cidadão, mas passavam pela análise técnica dentro da SEPLAG, na qual eram avaliados critérios de legalidade (manifestações inconstitucionais são excluídas) e de linguagem (xingamentos aos servidores ou conteúdo de baixo nível também são descartados), entre outros.

Além disso, nem todas as solicitações dos cidadãos estão inseridas no Plano

Plurianual, o que configura a participação como um subsídio ao governo, uma espécie de termômetro para verificar as solicitações da sociedade. Certamente manifestações muito pontuais e específicas, solicitando reformas de certas escolas, construção de quadras esportivas em municípios delimitados, compra de viaturas policiais para certas regiões, recuperação de determinadas rodovias, entre outras, não têm espaço em um plano de médio prazo, devido à urgência, ao caráter de programação anual e, inclusive, à ligação com a manutenção dos órgãos, aspectos visíveis em tais demandas.

Conservação dos órgãos estatais, aliás, é algo que além de estar previsto no orçamento público, precisa estar no cotidiano das administrações. É necessário que o planejamento público seja exercitado diariamente, para que sejam previstos os gastos necessários, para que seja analisado como buscar mais recursos se for necessário, para a elaboração de projetos na busca de incentivos da União.

Apesar de haver embasamento nas áreas temáticas do PPA federal e na análise prévia do DEPLAN para a construção das 52 temáticas utilizadas nesse trabalho para a classificação das manifestações populares, constata-se certa deficiência. Há a necessidade de inserção de mais temáticas a fim de melhor classificar as manifestações da sociedade. Meio Ambiente é uma temática relevante a integrar a lista, agregando tema mais amplo às já existentes – Biodiversidade, Conservação e gestão de recursos hídricos, Controle do desmatamento, Licenciamento socioambiental, Mudanças climáticas. Outras temáticas são sugeridas a integrarem futuros trabalhos de análise de PPA's Participativos:

- a) Políticas públicas para idosos;
- b) Promoção dos direitos das pessoas com deficiência;
- c) Promoção e financiamento da política industrial;
- d) Desenvolvimento da economia gaúcha;
- e) Gestão pública estadual;
- f) Políticas públicas para quilombolas.

A sugestão de novas temáticas deve-se tanto à organização quanto ao número de ocorrência de manifestações que necessitam de temáticas mais focadas.

Outro ponto a ser considerado refere-se ao Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã. O número de ferramentas que o compõe demonstra a iniciativa de diversificar as possibilidades de estímulo à participação da sociedade e integração com governo e Estado, porém necessita melhoramentos. Apesar da pluralidade, constata-se falta de integração entre os instrumentos inseridos nessa sistemática, além de deficiência na identidade do Sistema, que é formado por instâncias de votação, deliberação, participação virtual ou presencial.

Constata-se que nesse Sistema há contribuição do cidadão em diversos momentos importantes da administração pública, tais como planejamento, orçamento e controle das políticas públicas. A sociedade contribui para o planejamento ao participar do PPA, para o orçamento ao discutir e votar nas prioridades de sua região e para o controle durante os debates do CDES, prestação de contas das interiorizações e conferências setoriais e de direitos.

Aproveitando a experiência com o Gabinete Digital, sugere-se a elaboração de um fluxo de processo que abarque todas as contribuições populares advindas de cada ferramenta do Sistema de Participação Popular e Cidadã, além do desenvolvimento de um *software* com acesso público e online para armazenamento das principais informações geradas em cada instrumento. Dessa forma, é possível desenvolver meios de fornecer retorno ao cidadão que contribui para a geração de políticas públicas estaduais. Além da transparência gerada e do estímulo ao controle social.

Além dessa unificação de informações e processos, o Sistema necessita de uma preparação prévia, para que a população tenha conhecimento sobre as diretrizes de governo, as atribuições de estado e a dinâmica da administração pública. Sugere-se a promoção de capacitações gratuitas – presenciais e à distância – à população, sobretudo, em temas como controle social, planejamento, orçamento, organização da administração pública estadual, políticas públicas. Sugere-se igualmente a distribuição de cartilhas com informações didáticas sobre as peças de planejamento, disponibilizando-as, inclusive, virtualmente.

Capacitar o cidadão sobre as competências estaduais e sobre as potencialidades regionais, com foco especial na região de cada um, é uma iniciativa que pode qualificar ainda mais o processo de participação. Linguagem clara, didática, objetiva e com exemplos da realidade do cidadão precisam ser a tônica desse tipo de capacitação. A disseminação de conhecimento, sobretudo, focada nas etapas de planejamento, orçamento e controle social, é importante para que a participação da sociedade seja mais qualificada e consciente.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 4.Ed. Lisboa: Edições 70, 2010.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. 11. ed. Tradução Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (Pensamento crítico, 63)

BONAVIDES, Paulo. **Teoria do Estado**. 7. ed. atual. São Paulo: Malheiros Editores, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional n.20, de 15-12-1998. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. **Estatuto da Cidade**. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. São Paulo: Atlas, 2001.

_____. **Lei Complementar 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal**, de 04 de maio de 2000. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. **Programa da qualidade e participação na administração pública**. Brasília: MARE, 1997. Disponível em <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/seges/PUB_Seges_Mare_caderno04.PDF>. Acesso em 27 de jan. de 2012.

_____. Ministério da Educação. **O Programa**. Portal ProUni - Programa Universidade para Todos. Disponível em <http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=124&Itemid=140>. Acesso em 27 de dez. de 2011.

_____. Ministério da Fazenda; Ministério da Educação. Programa Nacional de Educação Fiscal. **Relação Estado-Sociedade**. 4.ed. atual. Brasília: s.ed., 2009. 80 p. (série educação fiscal. Caderno 2).

_____. Ministério da Fazenda; Ministério da Educação. Programa Nacional de Educação Fiscal. **Gestão democrática dos recursos públicos**. 4.ed. atual. Brasília: s.ed., 2009. 66 p. (série educação fiscal. Caderno 4)

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Orientações para elaboração do Plano Plurianual 2012-2015**. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Brasília: MP, 2011.

_____. Ministério do Turismo. Programa MLT: o Ciclo PDCA. In: **Programa MLT - Formação de multiplicadores para atuação no local de trabalho**. Brasília: SEBRAE / NA, Ministério do Turismo, 02 de setembro de 2009. Disponível em <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/49B285DDC24D11EF83257625007892D4/\\$File/NT00041F72.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/49B285DDC24D11EF83257625007892D4/$File/NT00041F72.pdf)>. Acesso em 28 de jan. de 2012.

_____. Presidência da República. **Olho vivo no dinheiro público: Controle Social: orientações aos cidadãos para participação na gestão pública e exercício do controle social**. Brasília: Controladoria-Geral da União, 2010, 2ª edição.

_____. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. **Caderno Destaques**. Disponível em <<http://www.secom.gov.br/sobre-a-secom/publicacoes/caderno-destaques>> , acesso em Nov. de 2011.

CONSEPLAN – Conselho Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento. PPA: o papel do planejamento no crescimento sustentável do País. In: **Planejar Brasil**, Brasília, Ano III, n. 8, Nov. 2011.

CORRÊA, Angela Cristina; COELHO, Christiane C. de S. R.; SELIG, Paulo Mauricio. Mapas estratégicos do Balanced Scorecard como um SCA: uma abordagem quântica à estratégia. In: XXV ENEGEP – Encontro Nacional de Engenharia da Produção– Porto Alegre, 1º de novembro de 2005. p. 3352-3359. **Anais**. Disponível em <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2005_Enegep0702_1704.pdf>. Acesso em 27 de jan. de 2012.

DAGNINO, Renato Peixoto. **Planejamento Estratégico Governamental**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC. Brasília: CAPES / UAB, 2009.

DEMING, William Edwards. **Qualidade: a revolução da administração**. Tradução de Clave Comunicações e Recursos Humanos. Rio de Janeiro: Marques-Saraiva, 1990.

FIALHO, Rogério Corrêa. **O Planejamento Estratégico versus Orçamento Participativo: conflito ou parceria – uma análise da experiência gaúcha no período de 1999 a 2002**. Monografia de conclusão do curso de Especialização em Gestão Pública Participativa – UERGS. Porto Alegre: 2003.

FIALHO, Rogério Corrêa. **O processo de construção do PPA Participativo 2012-2015**. Entrevistador: Paula Raymundo Prux. Porto Alegre: Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã, 2011.

FONSECA, Augusto V. M. da; MIYAKE, Dario Ikuo. Uma análise sobre o Ciclo PDCA como um método para solução de problemas da qualidade. In: XXVI ENEGEP – Encontro Nacional de Engenharia da Produção – Fortaleza, 9 a 11 de Outubro de 2006. p. 01-09. **Anais**. Disponível em <http://www.producao.ufrgs.br/arquivos/disciplinas/386_enegep2006_pdca.pdf>. Acesso em 27 de jan. de 2012.

FRANCISCO, Jailton Gonçalves; FARIA, Maria Leonor Veiga; COSTA, Helder Gomes. Planejamento e orçamento públicos: uma revisão da literatura. In: III Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Rezende: Associação Educacional Dom Bosco, 2006. **Anais Eletrônicos do III Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**. Disponível em <http://www.aedb.br/seget/artigos06/763_Artigo%20Jailton%20III%20SEGeT%20ago%2006.pdf>. Acesso em 27 de jan. de 2012.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 15. ed. Ampliada, revista e atualizada. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David. **Mapas Estratégicos: convertiendo los activos intangibles en resultados tangibles**. Espanha: Harvard Business School Press, 2004.

LADEIRA, Leonardo Carvalho. O desafio do gerenciamento informacional no setor público: lições aprendidas no GERAES no Governo do Estado de Minas Gerais. In: **II Congresso Consad de Gestão Pública**. Brasília: 6, 7 e 8 de maio de 2009. Disponível em <http://www.seplag.rs.gov.br/upload/Painel_06_Leonardo_Ladeira_formatado.pdf > . Acesso em 28 de jan. de 2012.

LEITE JÚNIOR, Alcides Domingues. **Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro**. Florianópolis: Departamento de Ciências e Administração / UFSC: Brasília: CAPES: UAB, 2009.

LUNKES, Rogério João. **Controle de orçamento e finanças públicas**. 2.ed. Florianópolis: Departamento de Ciências Contábeis / UFSC, 2007.

MAGALHÃES JR., Álvaro Pontes. **O processo de construção do PPA Participativo 2012-2015**. Entrevistador: Paula Raymundo Prux. Porto Alegre: Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã, 2011.

MORAES, Roque. **Análise de Conteúdo**. Educação, Porto Alegre: Faculdade de Educação – PUCRS / Curso de Pós-Graduação, 1999.

PELLINI, Ana Maria. **Os Sistemas de Planejamento, Execução e Controle da Gestão Pública – Uma Nova Proposta**. ConTexto, América do Norte, 3, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/11636/6838>>. Acesso em: 24 out. 2011.

PRUX, Paula Raymundo Prux. **Transparência e Participação Popular nas Audiências Públicas sobre Elaboração e Discussão do PPA, LDO e LOA no Rio Grande do Sul de 2007 a 2010**. Monografia (Curso de Especialização em Gestão Pública). Santa Maria: UFSM, 2011.

RIO GRANDE DO SUL. Constituição (1989). **Constituição do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CORAG, 1989. 133p.

_____. Lei ordinária estadual nº 10.283, de 17 de outubro de 1994. Dispõe sobre a criação, estruturação e funcionamento dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br>>. Acesso em 20 de dez. de 2011.

_____. **Lista de Propostas - PPA Participativo**. Disponível em <<http://www.participa.rs.gov.br/>>. Acesso em 12 de out. de 2011.

_____. **Plano Plurianual Participativo 2012-2015**. Disponível em <http://www.seplag.rs.gov.br/upload/PPA2012_2015_Final.pdf>. Acesso em 13 de out. de 2011.

_____. **PPA Participativo: Entendendo o PPA**. SEPLAG. Disponível em <<http://www.participa.rs.gov.br/>> . Acesso em 12 de set. de 2011.

_____. **Programas Estruturantes**. SEPLAG, Departamento de Monitoramento de Projetos – DEPROJ, setembro de 2008. Disponível em <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/seges/081010_SEGES_Arq_programas.pdf> . Acesso em 28 de jan. de 2012.

_____. **Regiões Funcionais de Planejamento**. Disponível em <<http://www.scp.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=662>>. Acesso em 12 de nov. de 2011.

_____. **Rumos 2015: estudo sobre desenvolvimento regional e logística de transportes no Rio Grande do Sul: documento síntese**. SCP. DEPLAN-DECAPET. Porto Alegre: SCP, 2006. 473p.

_____. **Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã.** Portal da Participação. Disponível em <<http://www.participa.rs.gov.br/>> . Acesso em 27 de jan. de 2012.

SALLES, Helena da Motta. **Gestão Democrática e Participativa.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC: CAPES: UAB, 2010.

SANTOS, Rita de Cássia. **Plano plurianual e orçamento público.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC: CAPES: UAB, 2010.

SCHMIDT, Davi. **O processo de construção do PPA Participativo 2012-2015.** Entrevistador: Paula Raymundo Prux. Porto Alegre: Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã, 2011.

SILVA, Fábio de Sá e; LOPES, Felix Garcia; PIRES, Roberto Rocha C. (org). **Estado, instituições e democracia:** democracia / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ipea, 2010. v.2 (556 p.) : gráfs., mapas, tabs. (Série Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro ; Fortalecimento do Estado, das Instituições e da Democracia ; Livro 9).

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA NÃO ESTRUTURADA

- 1) O ciclo do Plano Plurianual do Rio Grande do Sul pode ser comparado ao Ciclo Shewhart?
- 2) Em caso positivo, como os Planos Plurianuais do Rio Grande do Sul comportam-se histórica e atualmente na dinâmica do Ciclo Shewhart? Em outras palavras: o Ciclo tem rodado dentro do processo de planejamento, construção de programas, atuação prática, monitoramento e avaliação do PPA?
- 3) Como as manifestações populares inseridas no Portal da Participação RS foram aproveitadas no processo de construção do PPA Participativo 2012-2015?
- 4) Muitas manifestações populares eram pontuais e específicas, podendo inclusive integrar a proposta orçamentária. Essas manifestações com foco maior no orçamento anual foram utilizadas de alguma forma e dirigidas ao Departamento de Orçamento para análise e possível aproveitamento?
- 5) A participação popular no PPA Participativo 2012-2015 ocorreu conforme o esperado?
- 6) Foi fornecido retorno particular ao cidadão que registrou cada manifestação?
- 7) Em sua opinião, quais os pontos fortes do PPA 2012-2015 do Rio Grande do Sul?
- 8) Em sua opinião, quais os pontos fracos do PPA 2012-2015 do Rio Grande do Sul?
- 9) Quais os próximos passos do PPA 2012-2015 do Rio Grande do Sul?
- 10) Aponte sugestões de melhoria para os próximos Planos Plurianuais no Rio Grande do Sul.

APÊNDICE B – COMPARATIVO ENTRE OS PROGRAMAS DO PPA PARTICIPATIVO 2012-2015 RELACIONADOS ÀS MANIFESTAÇÕES POPULARES

ÓRGÃO ESTADUAL	PROGRAMAS DO PPA PARTICIPATIVO 2012-2015	PROGRAMAS DO PPA PARTICIPATIVO 2012-2015 RELACIONADOS ÀS MANIFESTAÇÕES POPULARES	GRAU DE ADERÊNCIA
Casa Civil	Fortalecimento Institucional da Governadoria e Gabinete Digital	-	-
Casa Militar	Defesa Civil	Defesa Civil	100%
Gabinete dos Prefeitos e Relações Federativas	Programa de Melhoria da Gestão Municipal	-	-
Gabinete do Vice Governador	Programa de Mobilização pela Segurança no Trânsito	-	-
	Programa Estadual Estratégico de Combate às Desigualdades Regionais	-	-
Procuradoria Geral do Estado	Representação Judicial e Consultoria ao Estado	-	-
Secretaria de Administração e Recursos Humanos	Década de Ação pela Segurança no Trânsito	Década de Ação pela Segurança no Trânsito	25%
	Gestão da Previdência do Servidor Estadual	-	
	Gestão da Saúde do (a) Servidor (a) Público (a)	-	
	Gestão dos Arquivos do Estado	-	
	Modernização da Gestão Pública	-	
	Programa de Gestão Patrimonial	-	
	Rede Escola de Governo: Qualificação e Formação Continuada de Servidores Públicos e Agentes Sociais e Revitalização da FDRH	-	
Secretaria da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico	Valorização do (a) Servidor (a) Público (a)	Valorização do (a) Servidor (a) Público (a)	80%
	Inclusão Social e Promoção Acadêmica	Inclusão Social e Promoção Acadêmica	
	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação	
	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Aplicados à Indústria e Serviços	-	
Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento	Programa Modernização e Desenvolvimento da Educação Superior Pública	Programa Modernização e Desenvolvimento da Educação Superior Pública	100%
	RS Tecnópole	RS Tecnópole	
	Infraestrutura para o Desenvolvimento Econômico	Infraestrutura para o Desenvolvimento Econômico	
Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento	Promoção do Desenvolvimento da Economia Gaúcha	Promoção do Desenvolvimento da Economia Gaúcha	100%
	Promoção e Financiamento da Política Industrial do Rio Grande do Sul	Promoção e Financiamento da Política Industrial do Rio Grande do Sul	
	Desenvolvimento do Cooperativismo Gaúcho	Desenvolvimento do Cooperativismo Gaúcho	
Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo	Fortalecimento das Cadeias Produtivas Locais e Regionais nas Economias de Base Familiar e Cooperativa	Fortalecimento das Cadeias Produtivas Locais e Regionais nas Economias de Base Familiar e Cooperativa	100%
	Qualificação da Infraestrutura Rural	Qualificação da Infraestrutura Rural	
	Reforma Agrária, Ordenamento Fundiário e Apoio às Comunidades Quilombolas e Indígenas	Reforma Agrária, Ordenamento Fundiário e Apoio às Comunidades Quilombolas e Indígenas	
	Soberania e Segurança Alimentar, Abastecimento e Erradicação da Pobreza Extrema no Meio Rural	Soberania e Segurança Alimentar, Abastecimento e Erradicação da Pobreza Extrema no Meio Rural	
Secretaria da Educação	Qualificação da Democratização da Gestão da Escola, CRE e SEDUC	Qualificação da Democratização da Gestão da Escola, CRE e SEDUC	83,3%
	Qualificação da Democratização do Acesso e Permanência com Sucesso na Educação Básica	Qualificação da Democratização do Acesso e Permanência com Sucesso na Educação Básica	
	Qualificação da Valorização dos Profissionais da Educação	Qualificação da Valorização dos Profissionais da Educação	
	Qualificação e Ampliação da Oferta de Educação Profissional e Tecnológica	Qualificação e Ampliação da Oferta de Educação Profissional e Tecnológica	
	Qualificação e Democratização da Gestão Curricular (Democratização do Conhecimento)	-	
	Qualificação, Recuperação e Ampliação da Infraestrutura Física e Pedagógica e Viabilização da Modernização Tecnológica das Escolas Estaduais	Qualificação, Recuperação e Ampliação da Infraestrutura Física e Pedagógica e Viabilização da Modernização Tecnológica das Escolas Estaduais	
Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio	Cadeias Produtivas e Fomento Agropecuário	Cadeias Produtivas e Fomento Agropecuário	100%
	Carne Gaúcha - a Melhor Carne do Mundo	Carne Gaúcha - a Melhor Carne do Mundo	
	Pesquisa e Inovação Tecnológica Agropecuária	Pesquisa e Inovação Tecnológica Agropecuária	
	Promoção da Defesa Agropecuária – Sanidade Animal e Vegetal	Promoção da Defesa Agropecuária – Sanidade Animal e Vegetal	

continua

continuação

ÓRGÃO ESTADUAL	PROGRAMAS DO PPA PARTICIPATIVO 2012-2015	PROGRAMAS DO PPA PARTICIPATIVO 2012-2015 RELACIONADOS ÀS MANIFESTAÇÕES POPULARES	GRAU DE ADERÊNCIA
Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social	Programa de Concertação Econômica e Social	-	-
Secretaria de Comunicação e Inclusão Digital	Plano Gaúcho de Inclusão Digital	Plano Gaúcho de Inclusão Digital	100%
	Programa de Comunicação Social	Programa de Comunicação Social	
Secretaria da Cultura	Reestruturação Tecnológica e Inserção em Novas Mídias Digitais	Reestruturação Tecnológica e Inserção em Novas Mídias Digitais	100%
	Mais Cultura RS	Mais Cultura RS	
Secretaria da Fazenda	Programa BANRISUL de Coligadas	-	25%
	Programa Banrisul de Crédito e Fomento	Programa Banrisul de Crédito e Fomento	
	Soluções de Tecnologia de Informação e Comunicação para o Setor Público do RS		
	Sustentabilidade Fiscal para o Desenvolvimento Econômico e Social		
Secretaria de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano	Mais Saneamento para o Rio Grande do Sul	Mais Saneamento para o Rio Grande do Sul	100%
	Programa Estadual de Produção do Desenvolvimento Urbano e de Regularização Fundiária	Programa Estadual de Produção do Desenvolvimento Urbano e de Regularização Fundiária	
	Programa Estadual de Produção Habitacional	Programa Estadual de Produção Habitacional	
Secretaria de Infra-Estrutura e Logística	Energia para o Rio Grande	Energia para o Rio Grande	100%
	Gestão das Políticas Públicas de Infraestrutura e Logística	Gestão das Políticas Públicas de Infraestrutura e Logística	
	Transportes Multimodais	Transportes Multimodais	
Secretaria de Esporte e Lazer	Desenvolvimento do Esporte e do Lazer	Desenvolvimento do Esporte e do Lazer	100%
	RS Copa 2014	RS Copa 2014	
Secretaria do Meio Ambiente	Tutela e Gestão Ambiental Integrada	Tutela e Gestão Ambiental Integrada	100%
Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã	Pesquisas Socioeconômicas e Informações Estatísticas	-	-
	Planejamento e Gestão com Participação Cidadã	-	
	Regulação dos Serviços Públicos Delegados	-	
Secretaria da Saúde	Educação e Pesquisa em Saúde Coletiva	Educação e Pesquisa em Saúde Coletiva	100%
	Gestão, Financiamento e Infraestrutura do SUS	Gestão, Financiamento e Infraestrutura do SUS	
	Qualificação da Rede de Atenção à Saúde no RS	Qualificação da Rede de Atenção à Saúde no RS	
Secretaria de Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa	Fomento às Micro e Pequenas Empresas	Fomento às Micro e Pequenas Empresas	66,6%
	Modernização da Junta Comercial	-	
	Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Empreendimentos da Economia Solidária	Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Empreendimentos da Economia Solidária	
Secretaria do Turismo	Conheça o Rio Grande	Conheça o Rio Grande	100%
	Programa de Desenvolvimento Integrado do Turismo	Programa de Desenvolvimento Integrado do Turismo	
Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos	Programa de Acesso à Justiça	-	50%
	Programa de Acesso e Garantia à Universalidade dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Pessoas com Altas Habilidades	Programa de Acesso e Garantia à Universalidade dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Pessoas com Altas Habilidades	
	Programa de Combate ao Uso Indevido de Drogas	Programa de Combate ao Uso Indevido de Drogas	
	Programa de Promoção dos Direitos Humanos	Programa de Promoção dos Direitos Humanos	
	Programa de Proteção dos Direitos do Consumidor	-	
	Programa Nova FASE	-	
Secretaria de Obras Públicas, Irrigação e Desenvolvimento Urbano	Gestão de Obras Públicas	Gestão de Obras Públicas	100%
	Programa Estadual de Irrigação e Usos Múltiplos da Água	Programa Estadual de Irrigação e Usos Múltiplos da Água	
	Programa Estadual de Planejamento e Desenvolvimento Metropolitano, Regional e Municipal	Programa Estadual de Planejamento e Desenvolvimento Metropolitano, Regional e Municipal	
Secretaria de Políticas para as Mulheres	Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres	Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres	100%
	Mulheres Construindo Autonomia RS	Mulheres Construindo Autonomia RS	
Secretaria da Segurança Pública	Prevenção e Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres	Prevenção e Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres	100%
	Administração e Modernização do Sistema Prisional	Administração e Modernização do Sistema Prisional	
	Prevenção e Repressão à Criminalidade	Prevenção e Repressão à Criminalidade	
Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social	Programa Estadual de Segurança Pública com Cidadania (PROESCI/RS)	Programa Estadual de Segurança Pública com Cidadania (PROESCI/RS)	75%
	Emprego, Trabalho e Renda	Emprego, Trabalho e Renda	
	Gestão da Política Estadual da Assistência Social	Gestão da Política Estadual da Assistência Social	
	Programa Estadual de Gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável	Programa Estadual de Gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável	
	Responsabilidade e Desenvolvimento Social	-	

conclusão

ÓRGÃO ESTADUAL	PROGRAMAS DO PPA PARTICIPATIVO 2012-2015	PROGRAMAS DO PPA PARTICIPATIVO 2012-2015 RELACIONADOS ÀS MANIFESTAÇÕES POPULARES	GRAU DE ADERÊNCIA
Tribunal de Justiça	Manutenção e Ampliação da Capacidade Operacional do Tribunal de Justiça	Manutenção e Ampliação da Capacidade Operacional do Tribunal de Justiça	100%
TOTAL	86 Programas	61 Programas relacionados	71%

Fonte: Adaptado de Prioridades e Metas da administração pública estadual para o exercício 2012 – PPA Participativo 2012-2015 - SEPLAG/RS.

ANEXO A – ENTREVISTA NÃO ESTRUTURADA COM O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL DA SEPLAG, ÁLVARO PONTES DE MAGALHÃES JÚNIOR

1) O ciclo dos Planos Plurianuais e do PPA 2012-2015 pode ser comparado ao Ciclo Shewhart, sendo composto por todas as etapas do PDCA.

2) Agora vamos passar para a etapa de Monitoramento do PPA, a partir de uma agenda estratégica em cada área. Já estamos fazendo esse exercício, selecionando alguns indicadores e ações, para depois proceder à análise da execução.

3) Todas as manifestações populares foram lidas pela equipe do DEPLAN. Após a leitura, as manifestações que iam chegando foram classificadas, porém nem todas passaram por essa análise porque não houve tempo hábil. As manifestações foram separadas por áreas e encaminhadas para os órgãos estaduais com o intuito de questionar se estavam incluídas no PPA da área e em qual nível. Os órgãos forneceram esse retorno aos setorialistas do DEPLAN na etapa qualitativa. Foi possível elaborar Programas que possibilitassem materializar as manifestações, relacionando-as com os Programas e Ações respectivos. Em geral, as manifestações populares cadastradas no Portal da Participação RS tinham uma ação do PPA que as abrigava. De alguma maneira, conseguimos atacar as agendas de quem compareceu aos Seminários, como agricultores, professores, policiais militares... Houve manifestações populares polêmicas, como o fundo para desenvolvimento regional, o qual não entrou no PPA por falta de recursos, agora se quer rediscutir o tema. Outro ponto polêmico foi o crédito educacional para Universidades, que a Secretaria da Educação não queria, mas que só se resolveu em emenda ao Projeto de Lei do PPA. Constatamos que de alguma forma, as manifestações entraram no PPA, deixando-o completo. Comparando com o PPA 2008-2011 constata-se que houve ampliação da agenda, principalmente com as demandas transversais. Na etapa quantitativa, participaram da definição dos recursos a SEFAZ, a SEPLAG (DEPLAN e DO) e o Governador. O CDES poderia ter participado também.

4) As manifestações inseridas no Portal foram utilizadas apenas no processo do PPA. De alguma forma, essas manifestações foram contempladas no PPA e no Orçamento Anual.

5) Essa participação mais pontual já era esperada devido à sociedade estar mais acostumada com o processo do Orçamento Participativo. Já se sabia antes que a participação seria pontual. As reuniões propiciadas pelos Seminários são educativas e informativas, porém quem tem interesse vai se manifestar e expressar seus anseios, mesmo sabendo que eles são específicos. Essa participação é legítima, não desqualifica o processo, até porque essas manifestações serão contempladas de alguma forma no PPA e no Orçamento Anual. Além disso, é importante mostrar didaticamente nos Seminários como PPA, LDO, LOA funcionam, como se interligam e como se organiza a ação do Estado. Assim, os processos da ação governamental vão sendo popularizados, os termos técnicos vão fazendo parte do contexto social e consegue-se mais realismo.

6) Muitas manifestações populares eram pontuais ou localizadas e não havia como responder a elas no PPA, pois apresentavam um detalhamento que o PPA e seu cronograma não permitem. Essas manifestações mais pontuais tinham maior afinidade orçamentária ou com planejamento setorial.

Não houve retorno individual sobre as manifestações populares; não nos estruturamos para dar resposta e esse não era o objetivo. Foi feita prestação de contas, envolvendo principalmente as manifestações mais pontuais, para Conselhos e CDES. O que não foi absorvido no PPA foi respondido.

7) Pontos fortes do PPA 2012-2015:

- Na etapa de Monitoramento vai se conseguir enxergar o papel do governo em cada política pública, em cada área. A intenção é valorizar tanto o Monitoramento como a Avaliação.
- Novidade: integração programática com o PPA da União. No PPA Federal a cada ação do PPA corresponde uma ação do Orçamento – tal metodologia foi absorvida pelos técnicos do Rio Grande do Sul, mas não houve imposição legal para aplicá-la a nível estadual.
- Integração do PPA com o processo de participação popular, principalmente porque o PPA é um instrumento bom para prestar contas e monitorar as políticas públicas. Importante ampliar para os municípios, a fim de acompanhar e avaliar as políticas públicas.

8) Pontos fracos do PPA 2012-2015:

- PPA é muito extenso, devido à obrigação de ser universalista e precisar abarcar toda a complexidade da administração pública. É importante lembrar que, ao mesmo tempo, o PPA é

um plano, o qual deve ser sucinto e demonstrar que escolhas foram feitas para deixá-lo resumido.

- Por ser extenso, o PPA é ilegível, pois nem todos têm tempo para apropriar-se de todo o seu longo conteúdo, com muitos programas e ações.

- Há dificuldade em ser seletivo e, por conseguinte, de ser visto como estratégico.

Outras problemáticas:

- Dissociação entre áreas que se gostaria de investir mais e a rigidez fiscal. Na Lei Orçamentária Anual percebemos que há despesas com Previdência, Dívida, Isenções, aumento vegetativo de gastos da Educação, Saúde, Segurança Pública e, por outro lado, há a necessidade de investir em áreas novas (Direitos Humanos, grupos específicos, áreas de cultura e esporte... agenda rica qualitativamente). O PPA expressa essa dificuldade – esse é um dos seus pontos fortes, ao mostrar essa realidade. O PPA não vai resolver a questão da rigidez fiscal, esse é um problema a ser enfrentado pelo estado.

- A gestão interna não muda muito, pois o duplo planejamento continua existindo. PPA, LDO e LOA são peças orçamentárias e de planejamento que entram em disputa com os projetos estruturantes, acabam fragilizando-se com essa concorrência. A alta cúpula por vezes dá maior atenção ao planejamento estruturante / estratégico, mas geralmente há agendas mais completas no PPA. Esse é um problema que continua.

9) Próximos passos do PPA:

- Na fase atual, do Monitoramento, é necessário dar as respostas, determinando o que foi incorporado, avaliando andamento de metas, produtos e procurando verificar formas de melhorar.

- Executar o Monitoramento seletivo a partir de agenda estratégica em cada área. Com a seleção de alguns indicadores e ações, analisar a execução e realizar uma prestação de contas estratégica

10) Sugestões de melhoria:

- Para os próximos PPA's pode-se enxugar e deixá-lo com um formato mais aproximado do Plano, apesar disso sabe-se que é difícil enxugar porque a administração pública é muito complexa.

- Determinar processos com troca de informações sobre PPA e LOA para monitorar a execução do Plano e de suas ações.

ANEXO B - ENTREVISTA NÃO ESTRUTURADA COM O DIRETOR DA ASSESSORIA TÉCNICA DA SEPLAG, ROGÉRIO CORREA FIALHO

1) Sim, é possível inserir o PPA no ciclo do PDCA como um processo, com o objetivo de buscar a melhoria contínua. O PPA é um instrumento de planejamento inserido na Constituição Federal de 1988. Foi uma inovação em instituir um plano de longo prazo. Antes tínhamos os Orçamentos Plurianuais de Investimento – OPIs. O PPA vem evoluindo e enfrentando dificuldades para se consolidar juntos aos governos como ferramenta de gestão, no Rio Grande do Sul não é diferente. PPA é um instrumento muito potente, que organiza toda a ação governamental, porém os políticos ainda não perceberam isso e nós não tivemos capacidade de demonstrar. É necessário destacar alguns pontos do PPA, ter um olhar mais atento, assim ele atingirá seu objetivo.

2) No Rio Grande do Sul, o PPA passou por duas etapas: antes de 2003, quando o PPA era feito somente para cumprir tabela, e após 2003, com mudanças relevantes a partir do PPA 2004-2007, com essa peça de planejamento começou-se a pensar em Programas para resolver problemas, seguindo o modelo Federal e os ensinamentos de Carlos Matus. Além disso, o orçamento deveria refletir a execução do PPA, propiciando a integração entre PPA e orçamento. Claro que muito precisa ocorrer ainda para se obter sucesso na gestão do PPA.

O PPA 2004-2007 a nível federal era similar a um orçamento de quatro anos, visto que uma Ação do PPA correspondia a uma ação do orçamento. No Rio Grande do Sul foi diferente, pois não foi feita essa correspondência de um para um devido a uma opção metodológica em que uma Ação desdobra-se em vários Programas.

O PPA 2008-2011 apresentou importantes inovações, como a regionalização das metas, a universalidade financeira, com todas as ações de governo dentro do PPA, tornando-o mais abrangente. Apesar disso, faltou o processo de identificação do que é prioritário, foi uma falha de gestão, gerando os Programas Estruturantes, que são paralelos e concorrentes aos Programas do PPA.

3) Os Programas do PPA contemplam as demandas da sociedade.

4) As manifestações foram trabalhadas pelo DEPARCI e pelo DEPLAN como subsídio ao PPA e contribuíram para a construção dos Programas e Ações. Esse processo desencadeou a

participação no Orçamento Anual, na qual o cidadão escolheu as demandas orçamentárias com base nas áreas e nos Programas do PPA.

5) Era esperada essa participação pontual no PPA 2012-2015, pois a sociedade está habituada ao OP. Manifestações pontuais e orçamentárias resolvem problemas que estão mais perto do cidadão.

A coleta de manifestações foi um processo ousadamente aberto. O cidadão só precisava inserir sua identificação, analisar o Mapa Estratégico e estava livre para colocar sua demanda. A sociedade estava vendo esse processo como um meio para apresentar suas demandas.

6) Não houve capacidade de dar resposta às demandas e nem tempo, pois ou se respondia as demandas ou se elaborava o PPA. Resposta se deu apenas ao Conselho do PPA de que sim, os Programas contemplam as demandas da sociedade. Foi uma deficiência no processo, pois teria que ter tido capacidade de dar resposta, até porque seria um processo educativo, mostrando ao cidadão que sua demanda contraria o Plano de Governo, não se aplica ao PPA, é de competência municipal ou federal, é inconstitucional, assim por diante.

Percebe-se que algumas demandas são corporativas.

7) O PPA 2012-2015 inovou com a participação cidadã. Foi muito importante inserir a ideia da participação no processo de planejamento, bem como o fato de o governo se apresentar para a sociedade como ator que tem opinião, propostas e leitura dos Programas. O Mapa Estratégico e o mapeamento sobre as Regiões apresentados nos Seminários foram sinalizações sobre o que o governo pensava.

Outra inovação foi um avanço maior na regionalização, no tratamento de programas transversais, com objetivos transversais (combate às desigualdades regionais, combate à pobreza, promoção de direitos humanos) e outros recortes das políticas públicas.

8) Pontos fracos do PPA:

O processo do PPA é fraco na gestão e avaliação do plano. Para se consolidar, o PPA precisa fazer rodar o PDCA, medir e retroalimentar o processo de planejamento. É necessário vencer a resistência à revisão, que começou com o PPA 2004-2007, quando o PPA foi orientador do processo orçamentário e se rodou o primeiro processo de revisão, verificando com cada órgão estadual como estavam os problemas, programas, ações, metas... Esse trabalho resultou em um Projeto de Lei de revisão, que mexia muito nos Programas e inclusive uma Secretaria

mudou radicalmente seu planejamento. Esse PL gerou muita resistência e debate na Assembleia Legislativa, pois os deputados participantes da Comissão de Finanças, Planejamento, Fiscalização e Controle não aceitavam mudar o PPA, gerando debates acalorados dentro da Comissão e também no Plenário. Com isso criou-se um mito de que mexer no PPA é politicamente complicado e desde então as revisões são feitas apenas para inserir Programas novos, como o caso do Programa da Copa 2014, que ingressou no PPA 2008-2011 após revisão. É essencial sair dessa lógica de não mexer no PPA e, para tanto, é preciso enfrentar o elemento cultural.

10) Ver o processo de desenvolvimento do estado não é simples. Desafio para aperfeiçoar o processo, para discutir estratégias de desenvolvimento.

Na minha visão, a inovação e o sucesso do Sistema de Participação Cidadã ocorrerão quando o processo de planejamento do Estado foi alimentado pela participação nas políticas públicas, formuladas pela participação cidadã. O processo atual não garante isso.

ANEXO C - ENTREVISTA NÃO ESTRUTURADA COM O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ DA SEPLAG, DAVI SCHMIDT

1) O PPA tem que ser o ciclo do PDCA, mas não é isso na prática, pois do ponto de vista participativo o ciclo do PDCA não acontece. Do ponto de vista técnico, os analistas do DEPLAN aplicam o ciclo, na medida em que fazem um trabalho junto às Secretarias e aos órgãos estaduais, com troca constante de informações.

O ciclo deve acontecer mais ou menos como fizemos no PPA 2012-2015: apresentar para a sociedade como são as peças orçamentárias, como fazer o PPA... O diálogo começou a acontecer, mas precisa mais, precisa ter monitoramento. As pessoas estão pedindo para monitorar. Há um processo de diálogo iniciando, mas precisa ser mais intenso. Atualmente, os COREDE's monitoram as ações e o uso dos recursos públicos, cobram resultados da administração pública. Os COREDE's são os monitores mais presentes, acompanham a execução no dia a dia e reúnem-se continuamente.

2) No Ceará e na Bahia o PPA faz o ciclo do PDCA rodar. No Rio Grande do Sul, esse é o primeiro PPA Participativo, recém vamos iniciar o monitoramento. Teremos o Fórum Estadual de Participação Popular e Cidadã, com 160 pessoas dentre as quais os membros do Conselho do PPA e Delegados do Orçamento – considerados representativos da sociedade civil –, com o objetivo de monitorar o PPA.

3) Ao longo dos Seminários foram registradas 12 mil manifestações, orais ou escritas. O Portal da Participação foi aberto no Seminário do Litoral, com a solicitação de que os cidadãos colocassem suas demandas nesse espaço virtual. Percebemos solicitações bem pontuais, como troca de telhado em determinada escola ou mais computadores e viaturas para a Polícia Civil, mas também verdadeiras teses, com demandas elaboradas por grupos que defendem direitos das mulheres, da juventude, entre outros. Assim, manifestações bem pontuais conviviam com verdadeiras teses. As demandas foram chamadas de manifestações.

Algumas pessoas pensaram que para conseguir inserir seus anseios, seria necessário grande número de solicitações, como foi o caso de escolas. Pensaram que quanto mais manifestações, melhor, então reuniram pais, alunos, comunidade escolar e inseriram grande número de registros no Portal sobre o mesmo tema, porém não era esse o espírito. Assim, oito ou nove mil manifestações foram repetidas, gerando números díspares. Essas solicitações ligavam-se à

manutenção escolar e isso foi traduzido no PPA em programas com foco em boas condições para a escola, e dessa forma foi feito com as demais manifestações, em uma leitura que levou à construção de 86 Programas do PPA.

As pessoas não têm obrigação de saber o que é PPA, que é uma peça de planejamento com diretrizes para quatro anos, elas simplesmente fizeram reivindicações. Já os grupos organizados autoinstruem-se, discutem, refletem e constatarem que precisam manifestar-se com foco de médio prazo do PPA. Nossa obrigação, nossa responsabilidade é dizer o que é o PPA para a sociedade, deixando-a bem informada e discutir com ela sobre os aspectos que envolvem essa peça de planejamento.

4) As manifestações não foram repassadas ao Departamento de Orçamento porque passaram por todo o filtro do PPA e integraram os seus Programas, contribuindo depois para o processo participativo que envolveu as demandas orçamentárias.

5) As manifestações pontuais já eram esperadas, pois durante 12 anos foi assim. As pessoas dificilmente distinguem PPA e LOA, elas querem se manifestar e demonstrar suas necessidades. Os processos participativos do PPA e da LOA interligaram-se, pois com as manifestações populares foram elaborados os Programas do PPA e definidas as áreas, sendo uma primeira versão do Plano Plurianual gaúcho. Essa versão foi apresentada nas 28 Audiências Públicas preparatórias para a Votação de Prioridades, nas quais a sociedade elegeu as áreas a serem priorizadas em suas regiões e depois determinou 10 programas em cada município.

6) Devolver 12 mil respostas em pouco tempo não se faz com qualidade. Uma resposta mais genérica, como “Agradecemos a sua participação. Sua manifestação serviu de subsídio ao PPA e integrou-o”, poderia ter sido feita, mas não ocorreu. Claro que tem que responder, criar condições para responder. Apesar disso, é muito difícil dar resposta individual, teria que ser padronizada.

É uma obrigação e uma necessidade fazer uma síntese do PPA para passar à população. É complicado enviar uma resposta ao cidadão e convidá-lo a acessar o PPA no site da SEPLAG se nem mesmo nós servidores conseguimos acessá-lo, pois é muito pesado e demora para abrir no computador.

7) Pontos fortes:

- O processo foi altamente positivo: começo de diálogo do PPA, trazendo grande aprendizado para o governo.
- Foi um processo educativo, no qual foi possível conhecer as limitações do processo e saber que faremos melhor no próximo. Isso será importante na etapa de Revisão do PPA, na qual poderemos retirar Programas e Ações que não foram utilizados e alterar o que for necessário. Não acertamos em tudo, realizamos o processo que foi possível.
- Aspecto inovador: perceber que o PPA é um instrumento constitucional que serve antes de tudo para organizar o governo nos próximos quatro anos e não se pode construí-lo só de forma técnica, mas precisa de diálogo com a sociedade. Descobre-se melhor como gastar dinheiro público sob o ponto de vista da população quando se dialoga com ela.

8) Pontos fracos:

- Nem todas as Secretarias participaram dos Seminários. Apesar de saber que todas as Secretarias são orientadas pelo PPA, algumas não estiveram presentes na discussão com a sociedade. Isso foi negativo para elas, mas não quer dizer que elas não acreditavam no processo.
- Poucas reivindicações de áreas como a Cultura, por exemplo, demonstram que a população acredita que há outros pontos mais necessários e urgentes, como Saúde, Educação e Segurança.
- Um ponto fraco a ser corrigido é o fato de não termos respondido individualmente e coletivamente ainda. Nossos principais limites foram tempo e conhecimento.

9) Próximos passos para o PPA:

Ações de monitoramento.

O Banco Mundial vai ajudar a SEPLAG a desenhar instrumentos melhores e ajudar o governo a ter condições de processar as manifestações populares. Entre as ferramentas está a construção de uma plataforma multicanal, com apenas uma entrada para o diálogo com a população, visto que hoje temos o Portal da Participação, o CDES, a Votação de Prioridades, o Governador Pergunta.

10) Melhorar o processo sim. Verificar o que não está no PPA, visto que ele contém todas as necessidades do estado e agrega o que as Conferências mostraram.

Para o governo cumprir todo o PPA é difícil, pois os recursos são imensos.

Proponho uma leitura do PPA não só de quatro anos, mas politicamente pode-se ver o PPA contendo diretrizes para oito, 12 ou até 20 anos. Isso determina continuidade nos programas.

Além disso, esse PPA 2012-2015 deve ser uma referência para o próximo PPA.

Para a melhoria do processo, sugiro que antes sejam realizados estudos profundos sobre cada tema setorial e regional e seminários com aprofundamento dos temas de interesse da região, ocorrendo no ano anterior ou no início do primeiro ano de governo, com distribuição de material informativo com antecedência para reflexão sobre as demandas da população e a realidade local. Os diagnósticos (Perfis das Regiões Funcionais de Planejamento) apresentados em 2011 durante os Seminários Regionais poderiam ter sido mais aprofundados.

ANEXO D – ANÁLISE DAS MANIFESTAÇÕES POPULARES A PARTIR DAS CATEGORIAS

A seguir a análise das 1.626 manifestações já classificadas, organizadas por similaridade cada uma das 52 temáticas.

Agricultura de Médio e Grande Porte

Revitalização da pesquisa agropecuária estadual, silvicultura, desenvolvimento da agricultura, fortalecimento da produção de médio e grande porte (bacia leiteira, pecuária, ovinocultura, fruticultura), correção e conservação do solo, fortalecimento da Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária – Fepagro são as principais manifestações nessa temática. As duas solicitações relacionadas à instituição pública são ligadas a investimentos, recursos humanos, integração com outros órgãos estaduais e competências, como se pode observar a seguir:

Revitalização da pesquisa agropecuária do Estado, em especial dos órgãos estaduais - FEPAGRO; - aumento dos investimentos na instituição; - contratação de novos servidores do concurso existente; - realização de novo concurso; - sintonizar a instituição com outros órgãos do Estado (SEAPA, SEMA, EMATER, SCT); - realização de promoções e movimentações verticais dos servidores da FEPAGRO; - conduzir a ação da FEPAGRO para a pesquisa agropecuária, reduzindo outras ações de produção e serviços (Manifestação 243 – município de Maquiné – COREDE Litoral).

A outra manifestação igualmente solicita o fortalecimento da Fepagro e advém da mesma localidade, porém é inserida por cidadãos diferentes. Tal fato demonstra a percepção dessas carências por esses cidadãos do COREDE Litoral, mas não significa que seja consenso entre a comunidade local.

Programas do PPA relacionados:

- Cadeias Produtivas e Fomento Agropecuário – destaque para as ações Apoio à Cadeia Produtiva do Leite (organização e coordenação de esforços da cadeia produtiva do leite), Apoio à ovinocultura (articulação da cadeia produtiva), Fomento à Cadeia de Silvicultura (capacitação de agricultores para produção silvícola com qualidade), Fomento à

Fruticultura (estímulo à fruticultura como alternativa de reconversão da matriz produtiva, visando reduzir as desigualdades regionais), Fomento aos Produtos de Base Agropecuária (apoio a cadeias produtivas), Mais Terra, Mais Alimento (fomentar a aquisição de terras pelos agricultores individual ou coletivamente), Correção do Solo (realizar a correção da acidez dos solos na região Sul do estado e microrregiões). Órgão responsável: Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio.

- Carne Gaúcha - a Melhor Carne do Mundo – destaque para a ação Promoção Comercial da Carne (divulgação dos benefícios nutricionais da carne bovina, destacando as vantagens da produção pecuária gaúcha). Órgão responsável: Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio.

- Pesquisa e Inovação Tecnológica Agropecuária – destaque para as ações Resgate da Missão da Fepagro e Incentivo à Produtividade Científica (incentivo à produção científica dentro da Fepagro, além de contribuir para o fortalecimento da instituição) e Inovação tecnológica (definir e implantar tecnologias nos sistemas de produção agropecuária). Órgão responsável: Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio.

Os programas e ações relacionados indicam que as manifestações populares estão atendidas no PPA 2012-2015 do Rio Grande do Sul, exceto às que se referem à contratação de novos servidores e realização de novo concurso para a Fepagro, bem como à realização de promoções e movimentações verticais dos servidores da instituição.

Agricultura Familiar

Entre as manifestações classificadas na temática de agricultura familiar estão apoio à agricultura familiar, às agroindústrias, à organização de redes de produção agrícola, à diversidade econômica e produtiva, à comercialização de produtos pela sociedade e em parceria com órgãos públicos (produção de alimentos para a merenda escolar). Há sugestão de programas de geração de renda e capacitação para os agricultores familiares, além de solicitações de incentivos para garantir sua permanência no campo. Sustentabilidade, agroecologia e produção de produtos orgânicos também constam nas manifestações.

Destaque para uma das manifestações que expressa conhecimento sobre a dinâmica do PPA ao sugerir programa e produto, conforme segue: “Prog: Viabilização econômica dos assentados. Demanda: curso de capacitação para agricultores. Prod: Cursos ministrados”

(Manifestação 142 – município de Santana do Livramento – COREDE Fronteira Oeste).

Programas do PPA relacionados:

- Soberania e Segurança Alimentar, Abastecimento e Erradicação da Pobreza Extrema no Meio Rural – destaque para as ações Apoio à Aquisição de Alimentos (PAA) da Agricultura Familiar (apoio à viabilização da compra da produção de produtos da agricultura familiar), Apoio à Comercialização Direta das Economias de Base Familiar e Cooperativa (apoio a feiras e constituição de pontos de comercialização de produtos da agricultura familiar), Apoio às Compras Institucionais de Produtos da Agricultura Familiar (aquisição de produtos da agricultura familiar para abastecimento dos órgãos do Poder Executivo estadual), Regionalização do Abastecimento (constitui espaços regionalizados de abastecimento e comercialização de produtos da agricultura familiar). Órgão responsável: Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo.

- Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Empreendimentos da Economia Solidária – destaque para a ação Implantação do Programa de Finanças Solidárias aos Empreendimentos da Economia Solidária (estabelecer programa de crédito, para os Empreendimentos Econômicos Solidários - EES urbanos, nos moldes do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Órgão responsável: Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa.

- Fortalecimento das Cadeias Produtivas Locais e Regionais nas Economias de Base Familiar e Cooperativa – destaque para a ação Apoio ao Desenvolvimento de Sistemas Agroecológicos (apoiar a produção de produtos orgânicos, o manejo sustentável da biodiversidade, extrativismo sustentável, produção de plantas medicinais e fitoterápicos, estimulando a adequação ambiental por meio da qualificação de técnicos e produtores, realização de seminários e palestras e cadastramento de associação de produtores orgânicos). Órgão responsável: Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo.

- Programa Estadual de Gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – destaque para a ação Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana (capacitar agricultores, pessoas em situação de vulnerabilidade social e gestores para a implementação de políticas públicas que levem ao desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e renda e inclusão social. Projeto ligado ao Programa RS Mais Igual). Órgão responsável: Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social.

- Qualificação da Democratização da Gestão da Escola, CRE e SEDUC – destaque para a ação Democratização das Relações nas Diferentes Instâncias – SEDUC, CREs e

Escolas –, com a Construção de Políticas de Gestão Educacional (estimular ações de implementação do cardápio escolar regionalizado com vistas à prática de hábitos saudáveis, com compra de alimentos através de chamada pública, por CRE, utilizando a agricultura familiar como forma de desenvolvimento econômico e social do campo). Órgão responsável: Secretaria da Educação.

Os programas e ações relacionados indicam que as manifestações populares estão atendidas no PPA 2012-2015 do Rio Grande do Sul, exceto ações específicas com incentivo para garantir a permanência no campo.

Agricultura Irrigada

Sistemas de irrigação alternativos, programas de irrigação e captação de água para agricultura familiar e também para bacia leiteira, açudes, poços artesianos, equipamentos para coleta, armazenagem e distribuição de água são as manifestações mais relevantes. Destaque para a seguinte: “Prog: Irrigação Demanda:armazenamento de água através de açudes Prod: Açudes construídos” (Manifestação 144 – município de Santana do Livramento – COREDE Fronteira Oeste).

Programas do PPA relacionados:

- Programa Estadual de Irrigação e Usos Múltiplos da Água – destaque para as ações Elaboração de projetos, construção de barragens e sistemas associados, gestão de usos múltiplos da água e compensações ambientais (ampliar a área irrigada), Implantação de sistema de distribuição e abastecimento de água em zonas rurais (implantar obras de recuperação e revitalização de sistemas de captação e distribuição de água). Órgão responsável: Secretaria de Obras Públicas, Irrigação e Desenvolvimento Urbano.

- Qualificação da Infraestrutura Rural – destaque para a ação Irrigando a Agricultura familiar (elaborar e implementar projetos para armazenamento e/ou irrigação; perfurar e instalar poços artesianos, instalar redes de distribuição para poços já existentes). Órgão responsável: Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo.

Os programas e ações relacionados indicam que as manifestações populares estão atendidas no PPA 2012-2015 do Rio Grande do Sul.

Saúde

Aprimoramento de serviços de saúde, atenção básica, fortalecimento do Programa SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – e das Coordenadorias Regionais de Saúde, aquisição de ambulâncias, melhoria de Unidades de Tratamento Intensivo, Unidades de Pronto Atendimento, pronto socorro, inclusão de fitoterapia no SUS, criação de hospital regional, contratação de médicos e servidores, capacitação para agentes de saúde estão entre as diversas manifestações sobre Saúde.

Há solicitações de aporte de recursos do SUS, reforço para exames do SUS e serviços de média e alta complexidade nos hospitais para regiões ou Coordenadorias Regionais de Saúde específicas. Percebe-se que há demandas com foco regional, porém muitas são pontuais e específicas, citando municípios ou hospitais e não considerando a região ou o estado em sua totalidade.

Muitas manifestações estão ligadas à manutenção e infraestrutura da Saúde, solicitando aquisição de ambulâncias, construção de hospitais, compra de equipamentos de saúde, entre outras. Destaque para a saúde da mulher, que apresenta, exemplificativamente, solicitações de criação de centros de referência para o cuidado desse público específico, capacitação dos agentes de saúde para o atendimento às mulheres, maior qualidade no tratamento do câncer de mama e útero.

Os profissionais de saúde também são foco nessa temática. Além de solicitar mais médicos e profissionais de saúde, os cidadãos requerem a criação de mais cursos de Medicina nas universidades. Na mesma esteira, citam a valorização profissional, com melhores condições de trabalho e salário compatível aos servidores da Saúde. Importante lembrar que programas ou ações de recomposição salarial não integram o PPA por estarem em desacordo com seus objetivos. Igualmente, pedidos de construção de postos de saúde, cuja competência é municipal, são desconsiderados no PPA.

Programas do PPA relacionados:

- Qualificação da Rede de Atenção à Saúde no RS – destaque para as ações Ampliação e Qualificação da Assistência Farmacêutica (ampliar e qualificar a Política de Assistência Farmacêutica do estado, mapear experiências municipais no uso de plantas medicinais e fitoterápicos), Ampliação e Qualificação da Atenção Secundária e Terciária: Centros de Especialidades/Referências, de Diagnóstico e Tratamento (elaborar diagnóstico para identificação das regiões com carências de serviços de apoio diagnósticos e terapêuticos, por

especialidades), Ampliação e Qualificação da Atenção Secundária e Terciária: Rede de Urgência e Emergência (qualificar os serviços de atenção às urgências e emergências, com implantação de unidades fixas –UPAs; ampliar o número de Bases Municipais do SAMU RS 192; qualificar o atendimento fixo e móvel pré-hospitalar de urgência e emergência; definir o modelo de gestão das UPAs), Ampliação e Qualificação da Atenção Secundária e Terciária: Regulação do Acesso (ampliar as ações de regulação assistencial, através da regulação do acesso às consultas e exames especializados, cirurgias eletivas, leitos de UTI e leitos por especialidade, ampliar a atuação da Central de Transplantes buscando o aumento da captação de órgãos e de transplantes), Fortalecimento da Atenção Básica (ampliar e qualificar a Estratégia de Saúde da Família - ESF), Implantação de Linhas de Cuidado: mãe-bebê; criança; adolescente; mulher; homem; idoso; bucal; mental; DST/AIDS; PAN; PIM; populações vulneráveis (implantar Linhas de Cuidado a partir das unidades básicas de saúde). Órgão responsável: Secretaria da Saúde.

- Gestão, Financiamento e Infraestrutura do SUS – destaque para as ações Cofinanciamento das Ações de Saúde (executar a cooperação financeira com os municípios e instituições para a qualificação da atenção básica, secundária e terciária, incluindo a urgência pré-hospitalar, assistência farmacêutica e vigilância em saúde), Fortalecimento da Infraestrutura do Nível Central e Regional da SES (fortalecer as Coordenadorias Regionais de Saúde), Fortalecimento da Infraestrutura do SUS no RS (apoiar financeiramente a construção, a aquisição de equipamentos e automóveis e a ampliação de Unidades de Saúde da Família, construir Unidades de Pronto Atendimento - UPAs - habilitadas pelo Ministério da Saúde, fornecer equipamentos para as UPAs), Institucionalização do Planejamento, Monitoramento e Avaliação do SUS (estimular a utilização das ferramentas de planejamento, monitoramento e avaliação do SUS, para melhorar a qualidade das políticas públicas de saúde no estado, com ênfase no Pacto pela Saúde, garantindo racionalidade ao processo de tomada de decisão). Órgão responsável: Secretaria da Saúde.

- Educação e Pesquisa em Saúde Coletiva – destaque para a ação Educação Permanente em Saúde (promover cursos de pós-graduação, aperfeiçoamento, graduação tecnológica, educação profissional, educação popular em saúde, bem como ações de matriciamento, capacitação, seminários, projetos de extensão, vivências/estágios na realidade do SUS). Órgão responsável: Secretaria da Saúde.

Os programas e ações relacionados indicam que as manifestações populares estão atendidas no PPA 2012-2015 do Rio Grande do Sul, exceto as muito específicas, citando

nomes de hospitais e municípios.

Aquicultura e Pesca

Incentivo, fortalecimento e desenvolvimento da piscicultura, atenção à atividade pesqueira na Bacia do Rio Uruguai, assentamento de pescadores e fomento à produção pesqueira são as principais manifestações.

Destaque para solicitação de recuperação da piscicultura em rios específicos (Jacuí e Taquari), com a sugestão de “criação de estações para criação de alevinos nas cidades ribeirinhas aos dois rios, em conjunto com as Prefeituras, recuperando peixes em extinção, como traíra e dourado, possibilitando o crescimento da pesca e, conseqüentemente, da renda dessas populações” (Manifestação 65 – município de Rio Pardo – COREDE Vale do Rio Pardo). Apesar de especificar a localização dessa atividade, a manifestação demonstra preocupação mais ampla, envolvendo temas como pesca, sustentabilidade ambiental e geração de renda. Dessa forma pode ser utilizada como diretriz para as políticas públicas dessa área a serem aplicadas no estado.

Programas do PPA relacionados:

- Fortalecimento das cadeias produtivas locais e regionais nas economias de base familiar e cooperativa – destaque para as ações Desenvolvimento da Aquicultura e da Pesca (fortalecer a cadeia produtiva da pesca artesanal, da aquicultura familiar e a organização social e produtiva de pescadores profissionais artesanais e aquicultores familiares por meio de assistência técnica e extensão pesqueira) e Qualificação da Assistência Técnica e Extensão Rural (intensificar a assistência técnica junto aos agricultores familiares, pescadores, assentados, comunidades quilombolas e indígenas). Órgão responsável: Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo.

- Soberania e segurança alimentar, abastecimento e erradicação da pobreza extrema no meio rural – destaque para a ação Inclusão Produtiva de Famílias em Situação de Pobreza Extrema (combater a pobreza extrema no meio rural do RS, através da inclusão produtiva de agricultores familiares, comunidades quilombolas, indígenas, pescadores artesanais e assentados da reforma agrária). Órgão responsável: Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo.

- Programa Estadual de Produção Habitacional – destaque para a ação Produção de

Ações Habitacionais (promover ações habitacionais em lotes urbanos e rurais, em áreas de regularização fundiária, em áreas destinadas ao reassentamento de famílias provenientes de áreas de risco, em áreas de comunidades tradicionais (indígenas, pescadores artesanais e quilombolas) através de parcerias realizadas mediante convênios a serem firmados com municípios, cooperativas e a União Federal). Órgão responsável: Secretaria de Habitação e Saneamento.

Os programas e ações relacionados indicam que as manifestações populares estão atendidas no PPA 2012-2015 do Rio Grande do Sul, exceto especificações de criação de estações para criação de alevinos nas cidades ribeirinhas aos rios Jacuí e Taquari.

Assistência Social

Ampliação de acesso a programas de inclusão social, políticas sociais, criação ou fortalecimento de Centros de Referência em Assistência Social – CRAS, investimento em instituições que abrigam menores vítimas de abandono e violência familiar são as principais manifestações dessa temática.

Sobressaem-se alguns registros, como a solicitação de um “centro de referência para média /alta complexidade na região de Guaporé” (Manifestação 507 – município de Guaporé – COREDE Serra), a qual demonstra um conhecimento prévio sobre a Rede de Proteção Social, Básica e Especial, de média e alta complexidade que faz parte da Política de Assistência Social. Essa manifestação demonstra a importância de, além de procurar atender aos anseios da sociedade, analisar a viabilidade regional e a necessidade de inserção desse serviço pelo estado.

Programas do PPA relacionados:

- Gestão da Política Estadual da Assistência Social – destaque para as ações Ampliação da Rede de Proteção Social a Famílias (ampliar e cofinanciar a Rede de Proteção Social, Básica e Especial, de média e alta complexidade, constituída pelos serviços e benefícios executados nos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS - e nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS), Atendimento de Crianças e Adolescentes em Medidas de Proteção na FPERGS (atender com dignidade a população acolhida, encaminhada pelo Poder Judiciário), Coordenação da Política de

Assistência Social (apoiar tecnicamente, capacitar e assessorar os municípios para implantar e implementar a política de Assistência Social), Estabelecimento de Cooperação Técnica para o Acolhimento Institucional (estabelecer cooperação técnica, junto às associações de municípios do RS, visando ao acolhimento institucional de crianças e adolescentes). Órgão responsável: Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social.

Os programas e ações relacionados indicam que as manifestações populares estão atendidas no PPA 2012-2015 do Rio Grande do Sul.

Biodiversidade

Não houve manifestações que pudessem ser classificadas nessa temática. Apesar disso, consta no PPA.

Programa do PPA:

- Tutela e Gestão Ambiental Integrada – destaque para a ação Implementação de planos, programas e projetos ambientais (promover ou apoiar a recuperação e proteção dos ecossistemas e de sua biodiversidade. Foco principalmente no Produto Projeto Conservação da Biodiversidade como Fator de Contribuição ao Desenvolvimento do estado (RS Biodiversidade) implementado). Órgão responsável: Secretaria do Meio Ambiente

Ciência, Tecnologia e Inovação

Geração, validação e incorporação de novas tecnologias para o desenvolvimento econômico, social e sustentável regional e estadual, fomento à pesquisa, inovação e transferência tecnológica com a estruturação de parques tecnológicos e incubadoras na UERGS, articulação da UERGS com os setores produtivos e o poder público com foco no desenvolvimento regional, dotação orçamentária e recursos financeiros a Secretarias estaduais para ampliação e melhoria da infraestrutura com foco nos polos tecnológicos ligados a universidades. Essas são algumas das manifestações classificadas nessa temática.

É possível constatar que muitos cidadãos conseguem expressar algumas das necessidades regionais e do estado, como se observa na inserção a seguir:

Dotar as secretarias de estado de orçamento e recursos financeiros condizentes com as necessidades de ampliação e melhorias de infraestrutura, a fim de acompanhar o crescimento econômico por que passa o estado e o País na atualidade, a fim de melhor podermos escoar a produção agrícola e das indústrias de nosso estado e evitarmos acidentes nas rodovias. Tal proposta não se restringe somente a estradas, mas também a pólos tecnológicos ligados a universidades e infraestrutura de comunicação (Manifestação 709 – município de Casca – COREDE Produção)

Além disso, essa solicitação demonstra entendimento sobre a realidade orçamentária, financeira e legal da administração pública, na qual é necessário que os gastos sejam previstos no orçamento anual e que existam recursos para colocar as ações planejadas em prática.

Programas do PPA relacionados:

- Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação – destaque para a ação Fomento à Pesquisa, ao Desenvolvimento e à Inovação (induzir e apoiar Pesquisa Desenvolvimento e Inovação em Empresas, IES, Centros de Pesquisa, Incubadoras e Parques e Polos Tecnológicos). Órgão responsável: Secretaria da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico.

- Programa Modernização e Desenvolvimento da Educação Superior Pública – destaque para as ações Estruturação Física, Adequação Patrimonial e Administrativa das Instalações da UERGS (projetar e implantar o núcleo central da UERGS, estabelecendo vínculo como Polos de Inovação Tecnológica Centros Tecnológicos de Excelência e Parques Tecnológicos), Implantação e Ampliação dos Serviços de Pesquisa, Pós-Graduação, Aporte Tecnológico e Inovação aos Processos Produtivos Locais (criar e desenvolver linhas de pesquisa focadas na inovação tecnológica) e Programas e Projetos de Extensão para o Desenvolvimento Regional, Difusão Científica e Cultural (fomentar e orientar a estruturação das atividades de extensão mediante elaboração e execução de programas e projetos de extensão, ao desenvolvimento de núcleos de extensão). Órgão responsável: Secretaria da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico.

- RS Tecnópole – destaque para a ação Apoio aos Parques e Polos Tecnológicos (apoiar e coordenar a integração entre universidades, centros de pesquisa e o setor produtivo em nível regional, por meio dos Polos de Inovação Tecnológica nas regiões dos COREDE's e, no âmbito do estado, pela implementação do Programa Gaúcho de Parques Científicos Tecnológicos). Órgão responsável: Secretaria da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico.

Os programas e ações relacionados indicam que as manifestações populares estão atendidas no PPA 2012-2015 do Rio Grande do Sul.

Comércio Exterior

Não há manifestações com essa temática. Apesar disso, o PPA contempla uma ação específica dentro do Programa Fomento às Micro e Pequenas Empresas. Trata-se da Capacitação Empresarial: Gestão e Comércio Exterior (orientar as Micro e Pequenas Empresas quanto ao acesso a mercados, através de canais de comercialização, interligando produtores e empresários gaúchos com os mercados nacional e internacional). Órgão responsável: Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa.

Conservação e gestão de recursos hídricos

Aproveitamento da água da chuva, preservação de arroio e estudos de viabilidade técnica e ambiental para a construção de barragem para uso múltiplos da águas, microaçudes são as manifestações incluídas nessa temática. Importante salientar a existência de manifestações pontuais, como a solicitação da construção de barragem em afluentes do Rio Quaraí e preservação do Arroio de Santa Maria.

Programas do PPA relacionados:

- Programa Estadual de Irrigação e Usos Múltiplos da Água – destaque para as ações Elaboração de projetos, construção de barragens e sistemas associados, gestão de usos múltiplos da água e compensações ambientais (ampliar a área irrigada), Construção de microaçudes e capacitação de técnicos e agricultores (promover a construção de microaçudes escavados, aterrados e mistos, com a finalidade de servir de barramento das águas das chuvas, armazenadas em períodos chuvosos para utilização em épocas de seca). Órgão responsável: Secretaria de Obras Públicas, Irrigação e Desenvolvimento Urbano.

Os programas e ações relacionados indicam que as manifestações populares estão atendidas no PPA 2012-2015 do Rio Grande do Sul, exceto construção de barragem em afluentes do Rio Quaraí e preservação do Arroio de Santa Maria, as quais não estão inclusas com tal especificação no PPA 2012-2015.

Controle do Desmatamento

Não há manifestações com essa temática e no PPA não há programas e ações relacionados diretamente com o controle do desmatamento.

Defesa Agropecuária

Criação de um decreto do governo do estado autorizando os municípios com Sistema de Inspeção Animal para que possam comercializar em todo o estado é uma das manifestações pautadas nessa temática.

Programas do PPA relacionados:

- Promoção da Defesa Agropecuária – Sanidade Animal e Vegetal - destaque para a ação Inspeção de produtos de origem animal (garantir as condições higiênico-sanitárias dos produtos de origem animal). Órgão responsável: Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio.

Os programas e ações relacionados indicam que as manifestações populares estão atendidas no PPA 2012-2015 do Rio Grande do Sul.

Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável

Divisões de áreas que estão sem função de desenvolvimento social e desenvolvimento dos municípios, criação de banca estadual de ofertas de imóveis rurais produtivos ou ambientais, fornecimento de recursos para adequar os agricultores quanto a áreas de preservação permanentes são as manifestações inseridas nessa temática. Uma das inserções demonstra preocupação legal, como é possível observar: “Meio Ambiente: disponibilizar recursos para adequar os agricultores quando as áreas de preservação permanentes, tendo em vista a Legislação vigente e a necessidade de adequação as novas regras” (Manifestação 776 – município de São José do Ouro – COREDE Nordeste).

Programas do PPA relacionados:

- Cadeias Produtivas e Fomento Agropecuário – destaque para a ação Mais Terra, Mais Alimento (fomentar a aquisição de terras pelos agricultores de forma individual ou coletiva – até 50 hectares). Órgão responsável: Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio.

- Fortalecimento das Cadeias Produtivas Locais e Regionais nas Economias de Base Familiar e Cooperativa – destaque para a ação Apoio ao Desenvolvimento de Sistemas Agroecológicos (apoiar a produção de produtos orgânicos, o manejo sustentável da biodiversidade, extrativismo sustentável). Órgão responsável: Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo.

- Tutela e Gestão Ambiental Integrada – destaque para as ações Implementação de Planos, Programas e Projetos Ambientais (captar recursos, identificar parceiros, elaborar, desenvolver e implementar projetos, estudos e atividades necessárias à gestão ambiental estadual, regional ou local, à melhoria socioambiental e ao desenvolvimento sustentável nos meios urbanos e rurais do estado) e Implementação dos Projetos de Zoneamento Ecológico-Econômico (consolidar um banco de dados georreferenciado que possibilite a definição de Unidades de Gestão e Planejamento Territorial que comporão o Zoneamento Ecológico-Econômico do estado do RS – ZEE/RS). Órgão responsável: Secretaria do Meio Ambiente.

Os programas e ações relacionados indicam que as manifestações populares estão atendidas no PPA 2012-2015 do Rio Grande do Sul, exceto criação de banca estadual de ofertas de imóveis rurais produtivos ou ambientais.

Educação Básica

Com grande número de manifestações, essa temática concentra muitas solicitações voltadas para manutenção das escolas, com pedidos de cobertura de quadra esportiva, melhoria e ampliação do espaço físico e das salas de aula, reformas em geral. Tais solicitações populares são bastante pontuais e especificam inclusive o nome das escolas a serem atendidas, tendo um viés mais orçamentário para atender problemas específicos e de curto prazo, diferentemente do conteúdo do PPA, o qual tem foco nas necessidades regionais e de médio prazo. Grande parte dessas manifestações repete-se, aparecendo várias vezes, demonstrando que a comunidade escolar entendeu que o processo de inserção de solicitações ou sugestões ao PPA considere o número de participações. Porém não é isso que ocorre, visto que cada

manifestação foi lida e procurou-se inseri-la de alguma forma nos Programas e Ações do PPA, independentemente de sua frequência.

Políticas públicas visando o fortalecimento e a expansão do acesso a Escolas de Tempo Integral, apoio ao Programa Escola Aberta para a Cidadania, capacitação continuada para os professores de escolas urbanas e rurais, inclusão de equipes multidisciplinares nas escolas para melhor atender os alunos, ampliação do número de vagas, garantia de educação de qualidade, universalização do Ensino Médio, garantia de transporte escolar, modernização tecnológica das Escolas Estaduais, educação para o trânsito com inclusão na formação formal no currículo das escolas desde as séries iniciais preparando o condutor de automóveis para a habitação a partir dos 16 anos também estão presentes nessa temática.

Programas do PPA relacionados:

- Qualificação da Democratização do Acesso e Permanência com Sucesso na Educação Básica – destaque para as ações Atendimento da Educação Básica com Qualidade Social e Cidadania (atender, com qualidade social e cidadania, os alunos da Educação Básica. Universalização do Ensino Médio), Acompanhamento da Realidade Educacional (realizar diagnósticos da demanda e do atendimento escolar), Viabilização do Transporte Escolar (garantir o transporte escolar com qualidade aos alunos das escolas estaduais). Órgão responsável: Secretaria da Educação.

- Qualificação da Valorização dos Profissionais da Educação – destaque para as ações Formação Continuada dos Profissionais da Educação do Sistema Estadual de Ensino (oportunizar formação continuada nas áreas do conhecimento visando à qualificação do professor), Políticas de Formação Continuada (formular proposta para formação continuada e permanente, para todos os profissionais em Educação), Políticas de Recursos Humanos (suprir de recursos humanos as escolas, a partir do diagnóstico das reais necessidades). Órgão responsável: Secretaria da Educação.

- Década de Ação pela Segurança no Trânsito – destaque para a ação Educação para a Segurança no Trânsito (consolidar ações de educação com a adesão ao programa promovido pela ONU para a Década Mundial de Ação pela Segurança no Trânsito, realizando atividades educativas, campanhas, ações de fiscalização e conscientização, inclusive com as demais esferas de governo, promovendo a transversalidade). Órgão responsável: Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos.

Os programas e ações relacionados indicam que as manifestações populares estão

atendidas no PPA 2012-2015 do Rio Grande do Sul.

Educação Superior

O fortalecimento e a revitalização da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS, com aumento de professores, melhoria da infraestrutura e acervo bibliográfico, implantação de novas unidades, estruturação de parques tecnológicos e incubadoras na UERGS são a tônica dessa temática. Ressalta-se que cidadãos de dois COREDE's solicitam “que a reestruturação da Uergs seja um objetivo estratégico para o Governo do Rio Grande do Sul” (Manifestação 388 – município de São Borja – COREDE Fronteira Oeste / Manifestação 411 – município de Sananduva – COREDE Nordeste).

Ampliação do número de vagas para cursos na área de Gestão Pública, implantação de cursos universitários, apoio a polos de educação à distância, moradia para estudantes de nível superior, fornecimento de bolsas de estudo para incentivar a permanência na universidade são também manifestações classificadas como Educação Superior.

Há manifestação solicitando a criação de Universidade Federal na região da Serra, mas é necessário enfatizar que o PPA envolve apenas matérias da competência estadual e nesse caso a atribuição é da União. Na mesma linha, há sugestão envolvendo o Instituto Federal Farroupilha de São Borja.

Programas do PPA relacionados:

- Inclusão Social e Promoção Acadêmica – destaque para as ações Integração entre a Educação Básica e a Educação Superior, Inclusão Digital e Atenção Social (ampliar serviços de formação e acesso aos meios de informação eletrônicos; promover serviços de atenção ao público em situação de fragilidade social) e Promoção acadêmica e assistência socioeconômica (criar programas de promoção nas atividades de ensino, pesquisa e extensão para os acadêmicos regularmente matriculados e serviços complementares de assistência socioeconômica aos acadêmicos hipossuficientes e com deficiência física). Órgão responsável: Secretaria da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico.

- Programa Modernização e Desenvolvimento da Educação Superior Pública – destaque para as ações Estruturação Física, Adequação Patrimonial e Administrativa das Instalações da UERGS (recuperar e ampliar os serviços correspondentes às unidades no âmbito de cada Campus Regional, provendo edificações e áreas às necessidades de

acessibilidade, apoio administrativo, infraestrutura de ensino, pesquisa e extensão, tais como laboratórios, bibliotecas, brinquedoteca, auditórios entre outros), Formação Inicial e Continuada (qualificar a formação de docentes, discentes e técnicos da comunidade universitária e regional), Fortalecimento, Capacitação e Aprimoramento das Condições de Trabalho dos Servidores (desenvolver projetos de formação, aprimoramento e intercâmbio dos técnicos e docentes, visando à melhoria contínua dos serviços prestados), Implantação e Ampliação dos Serviços de Pesquisa, Pós-graduação, Aporte Tecnológico e Inovação aos Processos Produtivos Locais (criar e desenvolver linhas de pesquisa focadas na inovação tecnológica), Programas e Projetos de Extensão para o Desenvolvimento Regional, Difusão Científica e Cultural (fomentar e orientar a estruturação das atividades de extensão mediante elaboração e execução de programas e projetos de extensão, ao desenvolvimento de núcleos de extensão, e a divulgação do conhecimento acadêmico e da cultura regional), Parcerias SE/UERGS/Instituições de Ensino Superior para Formação de Professores Pesquisadores em sua Área de Atuação (fornecer crédito educativo - PROCRED, oportunizando formação aos profissionais da Educação, visando atender às ações educacionais em nível de pós-graduação, especialização, mestrado e doutorado profissional. Auxiliar casas de estudantes autônomas que não possuem vínculo orgânico com outras instituições, em cumprimento ao dispositivo constitucional). Órgão responsável: Secretaria da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico.

Observa-se que as manifestações classificadas na temática Ensino Superior que mencionam a UERGS encontram-se em praticamente todas as ações do Programa Modernização e Desenvolvimento da Educação Superior Pública, demonstrando sua abrangência.

De forma geral, os programas e ações relacionados indicam que as manifestações populares estão atendidas no PPA 2012-2015 do Rio Grande do Sul, exceto as que não são de competência estadual e as muito específicas, como ampliação do número de vagas para cursos na área de Gestão Pública. Apesar de a UERGS fazer parte da Rede Gaúcha de Ensino Superior a Distância – REGESD e trabalhar com educação à distância, esse tema específico não é citado no PPA, portanto a manifestação apoio a polos de educação à distância não é atendida.

Educação Profissional e Tecnológica

Criação de mais escolas e cursos técnicos, oportunidades de capacitação no meio rural, qualificação técnica voltada ao mercado de trabalho e às oportunidades locais, melhoria da infraestrutura e manutenção das escolas são algumas das manifestações dessa temática.

Constata-se que há preocupação em atender às necessidades regionais, a partir de sugestões de criação de cursos com foco nas peculiaridades locais, como pode ser exemplificado a seguir: “cursos de qualificação pós médio para fomentar a preparação de mão-de-obra qualificada nas diversas regiões, em acordo com as vocações regionais” (Manifestação 83 – município de Porto Alegre – COREDE Metropolitano Delta do Jacuí). Nessa linha, verifica-se que há preocupação em capacitar os moradores de determinada região para evitar a evasão ou importação de mão-de-obra de outros locais.

Igualmente como a temática Educação Básica, há manifestações pontuais, envolvendo determinado município ou escola, como se pode perceber a seguir:

Atualmente o estado RS, mantém cursos técnicos em diversas áreas em várias coordenadorias regionais de educação. A 19ª Coordenadoria Regional de Educação deve buscar uma Escola Técnica do estado, sendo assim Quaraí já se habilitou através da Escola Estadual Dr. Luis Pacheco Prates para ser a Escola pioneira em cursos Técnicos na área de informática na Região. Entendemos que Quaraí ao longo dos tempos vem buscando investir e conquistar espaços nas mais diversas áreas, portanto, seria justo no momento em que o estado investirá em qualificação técnica, propiciar Quaraí com o curso Técnico em Informática (Manifestação 155 – município de Quaraí – COREDE Fronteira Oeste).

O mesmo ocorre nessa solicitação: “A escola General Neto enviou proposta de implantação de curso técnico para qualificar o jovem e adulto para o mercado de trabalho, e também para a reforma na mesma, pois necessita de um ginásio escolar” (Manifestação 178 – município de Santana do Livramento – COREDE Fronteira Oeste). A partir desses dois exemplos, vale frisar que o PPA engloba toda a administração pública estadual, portanto não tem como contemplar demandas tão específicas, com nome de escolas e municípios. Essas manifestações têm maior afinidade com a Lei Orçamentária Anual, que particulariza os gastos previstos para o exercício.

Programas do PPA relacionados:

- Qualificação e Ampliação da Oferta de Educação Profissional e Tecnológica – destaque para as ações Implantação Gradativa de Institutos Estaduais de Educação Profissional (implantar gradativamente Institutos Estaduais de Educação Profissional, bem

como Escolas Técnicas Agrícolas que atuem como irradiadores do conhecimento tecnológico e profissional em parceria com o Governo Federal), Ampliação de Vagas na Educação Profissional (ampliar a oferta de vagas para Educação Profissional nas modalidades e cursos mantidos pela Rede Estadual), Ampliação, Conservação e Qualificação dos Espaços Físicos, do Mobiliário e dos Equipamentos (ampliar, qualificar e adequar os espaços físicos das Escolas de Educação Profissional), Criação e Adequação dos Cursos às Necessidades Locais e Regionais, de acordo com os Arranjos Produtivos Locais, com Acompanhamento dos Egressos da Educação Profissional (ofertar cursos técnicos articulados com as necessidades locais e regionais). Órgão responsável: Secretaria da Educação.

De forma geral, os programas e ações relacionados indicam que as manifestações populares estão atendidas no PPA 2012-2015 do Rio Grande do Sul, exceto as muito específicas que citam nomes de escolas.

Energia Elétrica

As manifestações classificadas nessa temática envolvem melhoria das condições de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, a partir de solicitações como apoio a projetos de energia eólica, aumento de carga de energia elétrica no meio rural, criação de programa estadual para implantação de redes de energia trifásica e qualificação das redes monofásicas para o meio rural, isenção fiscal na energia elétrica para agricultores familiares, reforço e aumento da capacidade de carga de energia elétrica.

Dentre essas solicitações, destaca-se a preocupação com a energia eólica, assunto que aparece diversas vezes e em COREDE's diferentes, demonstrando a percepção da população em incentivar a busca por fontes alternativas de energia e divulgar sua conscientização ambiental. Há a presença de manifestações pontuais, como se constata a seguir:

Implantação da geração de energia elétrica na barragem ao Blang, em São Francisco de Paula - Implementação de parques para a geração de energia eólica na região da Serra - Criação de infraestrutura turística nos reservatórios (barragens) de água da CEEE, como forma de implementação de produtos turísticos (ex.: barragens do Blang, Salto e Divisa, em São Francisco de Paula (Manifestação 442 – município de São Francisco de Paula – COREDE Hortênsias).

Além de especificar a Barragem situada no município de São Francisco, é solicitada a

implementação de parques de energia eólica no COREDE Serra. Da mesma forma, outras manifestações como essa especificam suas solicitações, como essa que “sugere a inclusão no PPA de colocação de luz trifásica no interior do município de Carlos Barbosa” (Manifestação 283 – município de Carlos Barbosa – COREDE Serra). Quanto à energia eólica igualmente há manifestações específicas, como a “viabilização da Usina Norobios” (Manifestação 510 – município de São Luiz Gonzaga – COREDE Missões), e também determinando a localidade em que os parques de energia eólica podem ser instalados – nesse caso são citados Serra do Caverá em Rosário do Sul e o COREDE Serra.

Programas do PPA relacionados:

- Energia para o Rio Grande – destaque para as ações Expansão da Transmissão (construir / ampliar linhas de transmissão), Expansão da Geração (ampliar a capacidade de produção de energia, objetivando o aumento da participação no mercado, aumento da rentabilidade, através da renovação e ampliação do parque existente, bem como participações em novos projetos das diversas fontes de energia: Eólica), Expansão, Renovação e Melhorias das Instalações de Rede de Distribuição (atender as Redes de Distribuição, levando-se em conta: a Expansão, a Renovação, a Melhoria, a Operação e Manutenção, o Programa Luz Para Todos - PLT Rural, que inclui as obras de reforço e melhoria com objetivo de incremento de carga no meio rural), Manutenção e Operação da Geração (manter e operar o parque gerador, promovendo a modernização e adequação das usinas existentes), Manutenção e Operação da Transmissão (executar as programações de manutenção preventiva e preditiva das subestações e linhas de transmissão e operar a rede básica de transmissão). Órgão responsável: Secretaria da Infra-Estrutura e Logística.

- Infraestrutura para o Desenvolvimento Econômico – destaque para a ação Expansão da Oferta de Energias (coordenar a execução de estudos e projetos de viabilidade econômica e planos para a promoção de investimentos para a geração de energia). Órgão responsável: Secretaria do Desenvolvimento e Promoção do Investimento.

- Promoção e Financiamento da Política Industrial do Rio Grande do Sul – destaque para a ação Financiamento de Setores Prioritários (apoiar, com as ferramentas de financiamento desenvolvidas, o aumento da competitividade e o adensamento empresarial dos setores considerados prioritários pelo Sistema de Desenvolvimento. A energia eólica é um deles). Órgão responsável: Secretaria do Desenvolvimento e Promoção do Investimento.

De forma geral, os programas e ações relacionados indicam que as manifestações

populares estão atendidas no PPA 2012-2015 do Rio Grande do Sul, exceto as muito específicas que citam nomes de municípios ou regiões.

Enfrentamento ao Crack e a Outras Drogas

Combate, prevenção, tratamento e recuperação ao crack, ao álcool e a outras drogas concentram a maioria das manifestações classificadas nessa temática. Programa de combate às drogas e ao crack, investimento na prevenção e no tratamento da drogadição por meio de programas antidrogas e de prevenção à drogadição (dependência química e alcoolismo), acolhimento do dependente químico, construção de centros de recuperação / fazendas terapêuticas públicas para dependentes químicos, políticas públicas para jovens dependentes químicos são algumas das manifestações.

Percebe-se foco no público-alvo das manifestações envolvendo mulheres, crianças e adolescentes: “atendimento a dependentes químicos voltados para crianças e adolescentes” (Manifestação 76 – município de Santa Cruz do Sul – COREDE Vale do Rio Pardo) e “criação de espaço para tratamento e recuperação de mulheres em situação de drogas” (Manifestação 403 – município de Rio Grande – COREDE Sul).

Muitas manifestações relacionam mais de uma área, constatando-se que os cidadãos sentem os impactos das drogas em diversos setores, tais como mercado de trabalho, educação, lazer, esporte, segurança pública, saúde como se exemplifica a seguir:

Devido o município de Caxias do Sul ser uma cidade pólo industrial, que acolhe e agrega, principalmente população jovem em busca de emprego, como potencial de risco, existe a necessidade de promover políticas públicas em torno de tratamento para jovens dependentes químicos, com trabalho intersetorial, com ampliação dos serviços substitutivos, com prioridade essencial de ações do governo (Manifestação 302 – município de Caxias do Sul – COREDE Serra).

A preocupação com o futuro dos jovens, sua inserção no mercado de trabalho e toda a problemática social envolvida são demonstradas nessa solicitação de enfrentamento às drogas e tratamento aos dependentes químicos.

Programas do PPA relacionados:

- Programa de Combate ao Uso Indevido de Drogas – destaque para as ações Enfrentamento ao Crack e à Drogadição (promover a articulação dos entes públicos e da

sociedade civil vinculada ao tema, visando à prevenção, ao tratamento integral), Sistema Estadual de Combate às Drogas (estimular e articular políticas públicas voltadas à prevenção, tratamento e repressão ao tráfico, venda e consumo de drogas ilícitas. Articular a integração de ações de prevenção e combate às drogas). Órgão responsável: Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos.

- Programa de Promoção dos Direitos Humanos – destaque para a ação Prevenção e Combate às Drogas, Atenção às Crianças e Adolescentes e à Juventude (promover a prevenção do uso indevido de drogas. Construir espaços físicos de acolhimento a grupos vulneráveis, como dependentes químicos). Órgão responsável: Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos.

- Qualificação da Democratização do Acesso e Permanência com Sucesso na Educação Básica – destaque para a ação Acompanhamento da Realidade Educacional (promover ações de natureza socioeducativa antidrogas). Órgão responsável: Secretaria da Educação.

- Qualificação da Rede de Atenção à Saúde no RS – destaque para a ação Implantação de Linhas de Cuidado: mãe-bebê; criança; adolescente; mulher; homem; idoso; bucal; mental; DST/AIDS; PAN; PIM; populações vulneráveis (implantar Linhas de Cuidado a partir das unidades básicas de saúde – produto: Leito de álcool e drogas em hospital geral implantado). Órgão responsável: Secretaria da Saúde.

Apesar de não haver manifestações populares sobre reinserção social dos dependentes químicos, algumas ações do PPA, como Enfrentamento ao crack e à drogadição, contemplam essa medida. Os programas e ações relacionados indicam que as manifestações populares estão atendidas no PPA 2012-2015 do Rio Grande do Sul.

Esportes e Grandes Eventos Esportivos

Implementação de programas esportivos regionais, políticas públicas voltadas ao esporte e ao lazer, centros esportivos por município com pista de atletismo, atenção e investimentos na área esportiva das instituições de ensino por meio da construção de quadras poliesportivas e da disponibilização de educadores físicos e voluntários, melhoria no esporte e lazer, criação de centros de desenvolvimento cultural, esportivo e recreativo para adolescentes e jovens estão entre as manifestações classificadas nessa temática.

Determinada manifestação solicita a implantação de “coordenadorias regionais de esporte, objetivando desenvolver ações para as crianças, jovens e adolescentes, para envolver em atividades desportivas, diminuindo os riscos de envolver -se com drogas e violência” (Manifestação 540 - município de Frederico Westphalen – COREDE Médio Alto Uruguai) e demonstra a preocupação do cidadão em sugerir políticas públicas focadas em crianças e adolescentes e em estruturar administrativamente a coordenação das políticas de esporte.

Nas manifestações classificadas nessa temática há junção das políticas públicas de estímulo ao esporte e dos programas de educação. Constatase que a escola é vista pelo cidadão como um meio de socialização, conscientização de crianças e adolescentes, na qual a prática esportiva ocorre com mais facilidade e infraestrutura. Prevaecem as solicitações voltadas para a construção de quadras poliesportivas, a maioria delas especificando o nome das escolas e municípios a serem atendidos. O público alvo das manifestações são crianças, adolescentes e comunidade, como se pode perceber no exemplo a seguir:

Construir espaços de esporte, cultura e lazer que garantam as famílias e em especial a crianças e adolescentes o desenvolvimento pleno de sua cidadania. Estes espaços sem dúvida poliesportes, pista de skate, teatro, salas de inclusão digital, bibliotecas e brinquedotecas trarão melhorias na convivência familiar e comunitária, diminuição da violência e do uso abusivo de drogas (Manifestação 370 – município de Rio Grande – COREDE Sul).

Há apenas duas manifestações populares sobre a Copa 2014. Uma delas é classificada na temática voltada para o esporte: “Divulgação de informações sobre a Copa do Mundo por parte da Secopa” (Manifestação 487 – município de Caxias do Sul – COREDE Serra) e a outra está ligada ao Transporte Rodoviário, pois se refere a esse grande evento esportivo como uma meta temporal para finalização de uma obra de asfaltamento: “[...] De maneira organizada e bem planejada é possível sim, até a Copa de 2014, termos a ligação com São Joaquim - 15 km por ano não é impossível. São mais de 22 anos de luta por essa estrada” (Manifestação 172 – município de Bom Jesus – COREDE Campos de Cima da Serra).

Programas do PPA relacionados:

- RS Copa 2014 – destaque para a ação Plano de Comunicação RS Copa 2014 (elaborar materiais de divulgação impresso e eletrônico para as Câmaras Temáticas. Orientar e gerenciar a comunicação de todas as informações do projeto Copa 2014 no âmbito do governo do estado). Órgão responsável: Secretaria do Esporte e Lazer.

- Desenvolvimento do Esporte e Lazer – destaque para as ações Construção de Ginásio Poliesportivo (construir ginásio poliesportivo com salas multifuncionais e acessibilidade plena), Repasse de Recursos da Lei Pelé aos Municípios / Entidades (atender municípios e entidades nas atividades de promoção e desenvolvimento do esporte e do lazer). Órgão responsável: Secretaria do Esporte e Lazer.

De forma geral, os programas e ações relacionados indicam que as manifestações populares estão atendidas no PPA 2012-2015 do Rio Grande do Sul, exceto as muito específicas que citam escolas e municípios, as que se referem à criação de centros esportivos por município com pista de atletismo, centros de desenvolvimento cultural, esportivo e recreativo e implantação de coordenadorias regionais de desporto, visto que não estão previstos no PPA.

Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

Criação de um fundo de catástrofes estadual para atender necessidades emergenciais que venham a acometer os municípios gaúchos, criação de Coordenadoria de Defesa Civil junto ao COREDE Médio Alto Uruguai com o objetivo de implantar sistemas regionalizados dos órgãos de estado de acordo com a área geográfica de cada COREDE, criação de estrutura regional com corpo técnico e equipamentos para o atendimento às emergências ambientais dentro do comitê Rio Tramandaí são as manifestações classificadas nessa temática.

Constatam-se manifestações focadas nas necessidades regionais, visando ao rápido atendimento e resposta aos desastres ambientais. A justificativa para a criação de unidades administrativas do Poder Público nas regiões parte do anseio de “evitar a dependência aos órgãos estaduais distantes da nossa região” (Manifestação 347 – município de Osório – COREDE Litoral). Observa-se que provavelmente essas solicitações de criação de Coordenadorias de Defesa Civil já estejam atendidas, pois a Defesa Civil possui Coordenadorias espalhadas pelo estado, entre elas a Coordenadoria Regional de Santo Ângelo (REDEC 5), que congrega muitos municípios do COREDE Médio Alto Uruguai, e a Coordenadoria Regional de Imbé (REDEC 8), que congrega a maioria dos municípios pertencentes ao COREDE Litoral.

Programas do PPA relacionados:

- Defesa Civil – destaque para as ações Aparelhamento da Defesa Civil do estado (aparelhar a Defesa Civil com equipamentos de proteção individual (EPI) necessários para atuação preventiva e de resposta em situações de emergência), Atendimento a Comunidades em Caso de Calamidade Pública ou Situação de Emergência (atender as comunidades atingidas por eventos adversos, através da coordenação de ações de recuperação, assistência e socorro; adquirir equipamentos e materiais de ajuda humanitária, alimentos, medicamentos, roupas, etc., para auxiliar municípios), Promoção da Estruturação das COMDECS (orientar os municípios para a estruturação das Coordenadorias Municipais de Defesa Civil). Órgão responsável: Casa Militar.

- Gestão, Financiamento e Infraestrutura do SUS – destaque para a ação Política de Enfrentamento aos Desastres Ambientais (estruturar uma política de saúde para o enfrentamento aos desastres ambientais). Órgão responsável: Secretaria da Saúde.

Os programas e ações relacionados indicam que as manifestações populares estão atendidas no PPA 2012-2015 do Rio Grande do Sul, exceto a criação de um fundo de catástrofes estadual para atender necessidades emergenciais que venham a acometer os municípios gaúchos.

Habitação

Plano estadual de habitação de interesse social, programa permanente de habitação, universalização da habitação rural e urbana, produção habitacional, construção de casas populares para pessoas carentes, sistema de financiamento estadual de habitação, cooperativismo habitacional, redução do déficit habitacional, regularização fundiária, programa para construção e reformas de casas nos assentamentos rurais, criação de uma linha especial de crédito no Banrisul para a habitação rural. Essas são as principais manifestações classificadas nessa temática.

Entre elas há ainda solicitações para a articulação estadual com programas federais, como Minha Casa Minha Vida e Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Há inclusive sugestão de como a administração pública estadual deve negociar o repasse de recursos à União, conforme segue: “contrapartida do Governo do Estado no valor de R\$ 3mil por família complementando os recursos do Programa Nacional de Habitação Rural” (Manifestação 377 – município de São Lourenço do Sul – COREDE Sul).

Há ênfase a públicos-alvo específicos: comunidade carente e de baixa renda (“habitação popular para população de baixa renda e em situação de vulnerabilidade” – Manifestação 415 – município de Tramandaí – COREDE Litoral), quilombolas (“Habitação: recursos para a construção e melhoria das comunidades quilombolas” - Manifestação 255 – município de Tavares – COREDE Sul), mulheres chefes de família (“Habitação: construção de casas populares, preferencialmente para mulheres e chefes de família” – Manifestação 393 – município de Santana do Livramento – COREDE Fronteira Oeste), agricultores familiares (“Programa de habitação no campo - viabilizar o acesso à moradia digna aos agricultores familiares” – Manifestação 315 – município de Uruguaiana – COREDE Fronteira Oeste), pescadores (“Programa de habitação para pescadores” – Manifestação 417 – município de Terra de Areia – COREDE Fronteira Oeste).

Programas do PPA relacionados:

- Programa Estadual de Produção Habitacional – destaque para a ação Produção de Ações Habitacionais (promover ações habitacionais em lotes urbanos e rurais, em áreas de regularização fundiária, em áreas destinadas ao reassentamento de famílias provenientes de áreas de risco, em áreas de comunidades tradicionais (indígenas, pescadores artesanais e quilombolas) através de parcerias realizadas mediante convênios a serem firmados com municípios, cooperativas e a União Federal). Órgão responsável: Secretaria de Habitação e Saneamento.

- Programa Estadual de Produção do Desenvolvimento Urbano e de Regularização Fundiária – destaque para as ações Adequação Urbanística (promover e implementar ações integradas que objetivem a qualificação da mobilidade urbana, dos equipamentos urbanos e comunitários através de parcerias, mediante formalização de convênios a serem firmados com os Municípios e com a União. Visa ainda promover a sustentabilidade ambiental nas construções e reassentamentos de conjuntos ou núcleos de habitação de interesse social), Fomento às ações de regularização fundiária nos municípios (fomentar, subsidiar ações de regularização fundiária em nível municipal), Regularização Fundiária e Reassentamento em Áreas de Propriedade do estado (planejar e executar a regularização fundiária e o reassentamento em áreas de ocupação consolidada, de propriedade do estado). Órgão responsável: Secretaria de Habitação e Saneamento.

- Programa Banrisul de Crédito e Fomento – destaque para a ação Financiamento à Construção e Aquisição da Casa Própria (disponibilizar linha de crédito para atender a necessidade de construção e aquisição de casa própria). Órgão responsável: Secretaria da

Fazenda.

De forma geral, os programas e ações relacionados indicam que as manifestações populares estão atendidas no PPA 2012-2015 do Rio Grande do Sul, exceto as solicitações de sistema de financiamento estadual de habitação e cooperativismo habitacional. Apesar de não haver previsão de criação de uma linha de crédito especial para a habitação rural, conforme solicitado, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul possui financiamento para a casa própria que certamente pode ser utilizado na área rural.

Igualdade de Gênero

Políticas públicas em prol do desenvolvimento e dos direitos das mulheres, com investimento em programas de capacitação para combater as desigualdades e gerar autonomia econômica às mulheres estão entre as principais manifestações classificadas nessa temática.

Na inserção das manifestações dessa temática, se percebe a participação de cidadãos e da sociedade civil organizada, como Mulheres em Movimento de Uruguaiana. Consta-se ainda o caráter múltiplo das sugestões de políticas públicas para o público feminino, envolvendo as áreas de Segurança Pública, Saúde, Educação, Mercado de Trabalho, Habitação, entre outras. Um exemplo disso é a manifestação a seguir, feita por uma cidadã do COREDE Serra:

Efetiva implantação da Delegacia da Mulher em Bento Gonçalves - Geração da autonomia econômica das mulheres: que haja investimentos para o desenvolvimento de capacitações técnicas profissionalizantes, conforme a necessidade detectada em cada região, disponibilizando vagas para homens e mulheres de forma igualitária. Sabemos que ao estimular a participação das mulheres em novos espaços profissionais estamos contribuindo com a redução da desigualdade e discriminação de gênero no mundo do trabalho. Trata-se também, de contribuir com o aumento da renda das mulheres que entendemos estar intimamente relacionado ao combate à desigualdade (Manifestação 468 – município de Bento Gonçalves – COREDE Serra).

Pode-se concluir que os cidadãos têm consciência da necessidade de uma junção de esforços do poder público para solucionar problemas complexos e de grande abrangência.

Programas do PPA relacionados:

- Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres – destaque para a ação Realização

de campanhas, capacitações e produção de conhecimento sobre temática de gênero (realizar campanhas que possam disseminar informações e prevenção à violência contra as mulheres e que fortaleçam a equidade de gênero na sociedade). Órgão responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres.

- Emprego, Trabalho e Renda – destaque para a ação Próximo Passo (realizar cursos de qualificação profissional, com carga mínima de 200h/aula, em diversas áreas econômicas para mulheres cadastradas no CADUNICO). Órgão responsável: Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social.

- Mais Cultura RS – destaque para a ação Promoção da Cidadania Cultural e Direitos Humanos das Mulheres (criar editais específicos para manifestações e produções culturais das mulheres). Órgão responsável: Secretaria da Cultura.

Os programas e ações relacionados indicam que as manifestações populares estão atendidas no PPA 2012-2015 do Rio Grande do Sul.

Igualdade Racial

Políticas de promoção da igualdade racial no estado são algumas das manifestações classificadas nessa temática. Relacionada a essa temática, há inclusive uma crítica a um órgão estadual: “na Secretaria de Direitos Humanos não há estrutura para a promoção de igualdade racial no RS” (Manifestação 286 – município de Caxias do Sul – COREDE Serra).

Programa do PPA relacionado:

- Programa de Promoção dos Direitos Humanos – destaque para a ação Igualdade Racial, Erradicação da Miséria e Combate à Discriminação (promover ações para a melhoria da qualidade de vida, a garantia da igualdade de oportunidades e acesso e a erradicação da pobreza nas comunidades descendentes do povo africano; incentivo à auto-organização e ao resgate da autoestima das comunidades negras rurais e quilombolas). Órgão responsável: Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos.

O programa e a ação relacionados indicam que as manifestações populares estão atendidas no PPA 2012-2015 do Rio Grande do Sul.

Inclusão Digital

Mapeamento das regiões e localidades sem acesso à internet, expansão dos laboratórios de informática e abertura às comunidades carentes, subsídio / financiamento para aquisição de computadores por famílias de baixa renda, ampliação de espaços públicos e gratuitos com acesso à internet sem fio, ampliação do programa regional de inclusão digital, democratização da informática nos processos de aprendizado, acesso facilitado à internet no meio rural e no interior do estado, Programas de Inclusão Digital, acesso à internet universal com prioridade ao meio rural e população de baixa renda são algumas das manifestações classificadas nessa temática.

Há manifestações específicas e focadas em determinados municípios, como demonstra a exemplo a seguir:

O município de Constantina, busca assim como muitos do estado o acesso a Internet Banda Larga, para o meio rural e cidade. - objetivos: - desenvolvimento social e cultural - avançar nas propostas de construção da sociedade - tornar ferramenta de pesquisa e auxílio a agricultores familiares e a estudantes que buscam a pesquisa ao desenvolvimentos e aperfeiçoamento de suas atividades - apoio as agroindústrias - fortalecer as empresas e a capacitar os funcionários a produção e a qualificação, além da qualidade ao que se produz - divulgar as atividades e potencialidades locais - se conectar ao mundo e o mundo ao local onde nossos cidadãos vivem. OBS: gostaríamos de dar toda a contrapartida humana e logística necessária para viabilizar e se tornar o município base, embrião de experiência que poderá servir a exemplo a todo nosso estado (Manifestação 686 – município de Constantina - COREDE Rio da Várzea).

Além disso, há foco pontual em certas regiões do estado, nas quais os cidadãos percebem a necessidade de inclusão digital, como se pode observar: “programa que possibilite a internet banda larga a todas as comunidades da região (Manifestação 525 - COREDE Médio Alto Uruguai)”.

Programas do PPA relacionados:

- Infraestrutura para o Desenvolvimento Econômico – destaque para a ação Apoio à Expansão da Banda Larga (apoiar o programa de Ampliação da Banda Larga e Inclusão Digital). Órgão responsável: Secretaria do Desenvolvimento e Promoção do Investimento.

- Plano Gaúcho de Inclusão Digital – destaque para as ações Apoio ao Programa Gaúcho de Banda Larga (prestar apoio técnico ao desenvolvimento do Programa Gaúcho de Banda Larga junto aos órgãos do Governo - SCIDT, CEEE, PROCERGS e Sulgás), Internet nas Escolas (fomentar o acesso da comunidade escolar à internet, em consonância com as

diretrizes pedagógicas, envidando esforços para implantação do Programa Um Computador por Aluno e Professor (PROUCA), como suporte educacional e exercício da cidadania), Parcerias para a Inclusão Digital (estabelecer parcerias que incrementem o acesso da população do Rio Grande do Sul à internet), Telecentros RS (implantar telecentros, garantindo a estrutura física e o pessoal para o seu pleno funcionamento). Órgão responsável: Secretaria de Comunicação e Inclusão Digital.

- RS TecnoÓlope – destaque para a ação Apoio à Inclusão Digital (apoiar programas que promovam a inclusão digital através da articulação com municípios e instituições do estado no intuito de prover acesso à Banda Larga, bem como ações nas áreas de saúde e educação que contribuam para a Inclusão Digital de setores e regiões menos favorecidas do estado). Órgão responsável: Secretaria da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico.

- Qualificação, Recuperação e Ampliação da Infraestrutura Física e Pedagógica e Viabilização da Modernização Tecnológica das Escolas Estaduais - destaque para a ação Modernização Tecnológica (implantar projeto-piloto para aquisição e uso pedagógico de um computador por aluno e professor). Órgão responsável: Secretaria da Educação.

Os programas e ações relacionados indicam que as manifestações populares estão atendidas no PPA 2012-2015 do Rio Grande do Sul, exceto as muito específicas, citando municípios e regiões do estado.

Infraestrutura de Comunicações

Das três manifestações classificadas nessa temática, uma visa à dotação às Secretarias de estado de orçamento e recursos financeiros condizentes com as necessidades de infraestrutura de comunicação e as outras objetivam à melhoria nas transmissões das mídias públicas (TVE, Rádio Cultura) e à recuperação da credibilidade e aperfeiçoamento da TVE, canal de televisão do estado, com sugestão de criação de retransmissoras em regiões estratégicas com jornalismo local e regional, possibilitando a divulgação das potencialidades e traz ainda uma série de pontos:

Constantina ser pólo microrregional com abrangência de municípios dentre 8 a 20 municípios com informações jornalísticas diárias. Divulgar a organização social e iniciativas ao desenvolvimento econômico e social local e regional. Oportunizar a pequenos municípios a divulgação de noticiários de sua realidade diferente do que se produz hoje sobre grandes centros e em especial ao destaque que a mídia produz "criminalidade" - informar de fatos e projetos associativos e de cooperativas e de empresas que impulsionam o desenvolvimento - OBS: buscar a ação como experiência concreta em Constantina expandindo em todo estado (Manifestação 689 – município de Constantina – COREDE Rio da Várzea).

Percebe-se que essa manifestação visa o desenvolvimento regional e estadual, ao mesmo tempo em que procura destacar e favorecer um município, com a justificativa de que o Estado deve inspirar-se nas ações já realizadas localmente.

Programas do PPA relacionados:

- Reestruturação Tecnológica e Inserção em Novas Mídias Digitais – destaque para as ações Ampliação da Cobertura da TVE e Rádio FM Cultura (contribuir para democratizar a comunicação e ampliar o acesso à informação), Estabelecimento de Parcerias (estabelecer parcerias com o objetivo de viabilizar a reestruturação tecnológica e a produção artística e cultural do RS), Reestruturação da Programação da TVE e Rádio FM Cultura (reestruturar a programação dos veículos da Fundação Cultural Piratini), Reestruturação do Parque Técnico da TVE e Rádio FM Cultura (reestruturar o parque técnico da TVE e da Rádio FM Cultura, através da aquisição e instalação de equipamentos). Órgão responsável: Secretaria de Comunicação e Inclusão Digital.

- Programa de Comunicação Social – destaque para as ações Coordenação das Políticas Públicas de Democratização das Comunicações (formular, coordenar e executar as ações de participação, ensino e fomento no campo da comunicação no estado) e Planejamento de Relações Públicas do Gabinete do Governador e da Administração Estadual (planejar, coordenar, supervisionar e implantar projetos de comunicação relacionados às iniciativas do Gabinete do Governador e dos demais órgãos da Administração Estadual, sejam eles voltados tanto aos públicos internos como externos, promovendo relações institucionais). Órgão responsável: Secretaria de Comunicação e Inclusão Digital.

Os programas e ações relacionados indicam que as manifestações populares estão atendidas no PPA 2012-2015 do Rio Grande do Sul, exceto as muito específicas, citando municípios e regiões do estado.

Integração Regional Sul-Americana

Implantação de projeto de integração cultural com o Uruguai, valorização cultural e turística das cidades de fronteira com a disponibilização de recursos para investimento em projetos das "cidades gêmeas" de fronteira cujo foco seja a integração dos povos e a valorização histórica e cultural da região do pampa : são essas as duas únicas manifestações classificadas nessa temática.

É perceptível que há um interesse local pela viabilização das solicitações inseridas pelos cidadãos, visto que a primeira manifestação pertence ao município de Quaraí – COREDE Fronteira Oeste e a segunda ao município de Jaguarão – COREDE Sul, localidades que ficam na fronteira do estado com países do Mercosul.

De acordo com os objetivos estratégicos do governo do estado, descritos no Plano Plurianual 2012-2015, um de seus focos de atuação estatal é “Fomentar a cooperação e integração federativa e a cooperação internacional, em especial com o Mercosul” (RIO GRANDE DO SUL, 2011). Apesar disso, não é localizado Programa no PPA específico sobre essa temática.

Justiça

Criação de Varas Cíveis e Criminais, fomento do estado para a criação de Varas Criminais relativas a drogas, criação de um Centro Integrado de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica no mesmo espaço físico ou no entorno de Núcleos com representantes da Defensoria Pública (orientação jurídica) e Vara de Violência doméstica (representação criminal), implantação de Juizados especializados em violência doméstica e familiar contra as mulheres são as manifestações classificadas nessa temática.

Junto à solicitação de novas Varas, há uma solicitação específica da elevação da Comarca de Uruguaiana à entrância final: “Criação de novas Varas Cíveis, e no mínimo, mais uma Criminal; Elevação da Comarca de Uruguaiana à entrância final” (Manifestação 323 – município de Uruguaiana – COREDE Fronteira Oeste).

Programa do PPA relacionado:

- Manutenção e Ampliação da Capacidade Operacional do Tribunal de Justiça – destaque para a ação Ampliação e Melhoria dos Espaços Físicos (dar suporte à atuação das

varas, foros, comarcas, do Tribunal de Justiça e atividades administrativas com ampliação da capacidade instalada, construção e reformas de prédios, otimizando a prestação de serviços pelo Poder Judiciário). Órgão responsável: Tribunal de Justiça.

O programa e a ação relacionados indicam que as manifestações populares não estão plenamente atendidas no PPA 2012-2015 do Rio Grande do Sul, pois não estão previstas criação de Varas Cíveis e Criminais específicas, implantação de Juizados especializados ou elevação da Comarca de Uruguaiana à entrância final.

Juventude

O jovem do meio rural destaca-se nas manifestações classificadas na temática Juventude. Criação de Centros de Referência da Juventude, instituição de linha de crédito especial para os jovens rurais, programas de formação e desenvolvimento de projetos produtivos para permanência do jovem no meio rural, abertura dos centros de formação da Emater para o uso da juventude, reestruturação do Conselho Estadual de Juventude, desenvolvimento de programa de acompanhamento de saúde, tanto física como mental, nas escolas estaduais, para tratar questões como gravidez na adolescência, DSTs, violência e drogadição, humanização da segurança pública para evitar ferir a dignidade dos jovens. Essas são algumas das manifestações classificadas nessa temática.

Constata-se o caráter múltiplo das manifestações, que envolvem áreas de Educação, Saúde, Mercado de Trabalho, Segurança Pública, Desenvolvimento Rural. Um exemplo disso pode ser observado a seguir: “Geração de renda: cursos e oficinas para a juventude rural” (Manifestação 323 – município de Uruguaiana – COREDE Fronteira Oeste), visto que pode ser classificada nas temáticas de Mercado de Trabalho e também de Juventude.

Solicita-se a institucionalização do tema Juventude na administração pública estadual, a partir de manifestações como: “criação de um departamento especial de jovens na Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo” (Manifestação 377 – município de São Lourenço do Sul – COREDE Sul), “criação de uma Secretaria Estadual da Juventude” (Manifestação 251 – município de Osório – COREDE Litoral), “retomada do SINE como projeto de geração de emprego e renda com propostas específicas para a juventude” (Manifestação 427 – município de Caxias do Sul – COREDE Serra).

Quanto à proposição de Bolsa Juventude do Plano Estadual de Assistência

Estudantil/PROUNI-RS é importante lembrar que o Programa Universidade para Todos – PROUNI é de competência federal, portanto não integra o PPA gaúcho.

Programas do PPA relacionados:

- Programa de Promoção dos Direitos Humanos – destaque para a ação Prevenção e combate às drogas, atenção às crianças e adolescentes e à juventude (promover políticas para a efetivação e defesa dos direitos humanos da juventude, a fim de viabilizar uma condição de maior autonomia e independência). Órgão responsável: Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos.

- Emprego, Trabalho e Renda – destaque para a ação Geração de oportunidade de trabalho e renda para jovens (realizar cursos de qualificação para jovens de 18 a 29 anos, com o objetivo de preparar o jovem para o mercado formal de trabalho e para ocupações alternativas geradoras de renda). Órgão responsável: Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social.

Os programas e ações relacionados indicam que as manifestações populares estão parcialmente atendidas no PPA 2012-2015 do Rio Grande do Sul, pois a institucionalização do tema Juventude na administração pública estadual não está focada na peça de planejamento. Além disso, não há previsão no PPA de linha de crédito especial para os jovens rurais, não existem ações específicas para a Emater, reestruturação do Conselho Estadual de Juventude ou humanização da segurança pública para evitar ferir a dignidade dos jovens.

Licenciamento Socioambiental

Redução dos prazos quanto à questão ambiental para as empresas se instalarem no RS, fortalecimento do Sistema Integrado de Gestão Ambiental – SIGA/RS, financiamento a programas de capacitação de licenciadores, fiscais e conselheiros são as manifestações classificadas nessa temática.

Interessante observar que, apesar de errar o nome do programa ambiental, o cidadão soube sintetizar a principal função do mesmo: “Fortalecer o programa SIGA - Sistema de Gerenciamento Ambiental, onde os municípios gerenciam as atividades potencialmente poluidoras de impacto local. Financiar programas de capacitação de licenciadores, fiscais e conselheiros” (Manifestação 570 – município de São José do Ouro – COREDE Nordeste). De

acordo com o Portal do Meio Ambiente RS, o Sistema Integrado de Gestão Ambiental (SIGA/RS) é gerenciado pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente e capacita os órgãos municipais de meio ambiente na gestão do uso dos elementos da natureza e controle das fontes de poluição, avaliando o impacto local. Habilitadas ao exercício do poder de polícia, as Secretarias municipais podem expedir licenciamentos de impacto local, contribuindo com o estado na gestão compartilhada das políticas ambientais.

Programas do PPA relacionados:

- Tutela e Gestão Ambiental Integrada – destaque para as ações Implementação de planos, programas e projetos ambientais (captar recursos, identificar parceiros, elaborar, desenvolver e implementar projetos, estudos e atividades necessárias à gestão ambiental estadual, regional ou local, à melhoria socioambiental) e Promoção da Gestão do Conhecimento e de Pessoas da SEMA, FEPAM e FZB (qualificação dos servidores da SEMA, FEPAM e FZB, mediante o desenvolvimento e a implantação de programa permanente de qualificação presencial ou à distância). Órgão responsável: Secretaria do Meio Ambiente.

Os programas e ações relacionados indicam que nem todas as manifestações populares estão atendidas no PPA 2012-2015 do Rio Grande do Sul. Não está registrada explicitamente na peça orçamentária a anuência quanto ao pedido de redução dos prazos quanto à questão ambiental para as empresas se instalarem no RS, visto que esse processo é técnico, criterioso e depende de diversas análises.

Já o Sistema Integrado de Gestão Ambiental – SIGA/RS não é citado nesse PPA, apenas é inserido o indicador “Taxa de Implementação do Sistema de Gestão Ambiental Integrado” para medir o programa Tutela e Gestão Ambiental Integrada. Apesar de a grafia ser bastante similar, não é possível afirmar que se refere ao SIGA/RS.

Em relação ao financiamento a programas de capacitação de licenciadores, fiscais e conselheiros, também não há menção direta à capacitação desse público específico, porém acredita-se que a ação Promoção da Gestão do Conhecimento e de Pessoas da SEMA, FEPAM e FZB pode realizar essa função.

Mercado de Trabalho

Implantação de políticas para geração de emprego e renda no campo e na cidade, especialização / qualificação profissional, melhor distribuição de emprego e renda, adoção de medidas igualitárias de promoção e prevenção da saúde dos servidores de regime estatutário do estado, implantação de programa regional de resgate da cidadania, trabalhando e inclusão, implantação de Sistema Estadual Público de Emprego, Trabalho e Renda conectado com o Sistema Nacional de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego, revitalização das comissões municipais de emprego e renda para articulação e mobilização local e regional são algumas das manifestações classificadas nessa temática.

Há menção a públicos-alvo específicos, como deficientes, jovens e mulheres. A seguir alguns exemplos: “Abertura e acessibilidade no mercado de trabalho para os deficientes auditivos” (Manifestação 161 – município de Santana do Livramento – COREDE Fronteira Oeste); “Criação de cursos de captação para o emprego de pessoas com deficiência” (Manifestação 309 – município de Quaraí – COREDE Fronteira Oeste); “Geração de renda: cursos e oficinas para a juventude rural” (Manifestação 323 – município de Uruguaiana – COREDE Fronteira Oeste); “Geração de Emprego e Renda: investir em seu povo, através de incentivo a juventude, mulheres, aposentados, trabalhadores, através do acesso aos direitos sociais em todos os níveis” (Manifestação 393 – município de Santana do Livramento – COREDE Fronteira Oeste).

Ocupações específicas, como servidores públicos, agricultores e artesãos, também são citadas, como pode ser observado na Manifestação 679 – município de Caxias do Sul – COREDE Serra, a qual solicita maior assistência da Fundação Gaúcha de Trabalho e Ação Social - FGTAS aos artesãos caxienses registrados e não participantes da Casa do Artesão.

Três manifestações citam o Sistema Nacional de Emprego – SINE, solicitando sua retomada e fortalecimento para a geração de emprego e renda, além de ações de intermediação de mão-de-obra, sobretudo, para a juventude e para as mulheres. Além disso, há a solicitação de novo Posto do Sistema Nacional de Emprego – SINE em um município, sob a justificativa de que “há necessidade, pois há somente em Alegrete e São Francisco a 40 km de distância” (Manifestação 152 – município de Manoel Viana – COREDE Fronteira Oeste).

Solicitações específicas, focadas em um município e na parte de infraestrutura também estão presentes, como por exemplo: “Construção de um espaço físico, com auditório para abrigar os sindicatos de trabalhadores (municipários, construção civil, silvicultura) e

movimentos sociais (associações rurais, união das associações rurais de Encruzilhada do Sul, conselhos comunitários e de desenvolvimento)” (Manifestação 254 – município de Encruzilhada do Sul – COREDE Vale do Rio Pardo). Encruzilhada do Sul ainda ganha destaque com a solicitação de “investimentos em projetos para agregar valor a toda matéria prima produzida no município (granito, fruticultura, produtos agrícolas, hortigranjeiros, produtos de origem animal - laticínios e confecções) Justificativa: existe no município um grande potencial de produção que não é aproveitado, principalmente pela falta de comercialização dos produtos. Objetivo: Gerar renda na área urbana e rural, com qualidade de vida e sustentabilidade” (Manifestação 508 – município de Encruzilhada do Sul – COREDE Vale do Rio Pardo).

Programas do PPA relacionados:

- Emprego, Trabalho e Renda – destaque para as ações Apoio a Ações de Geração de Trabalho e Renda (apoiar o desenvolvimento de iniciativas de geração de renda de caráter individual e coletivo), Desenvolvimento do Artesanato como Geração de Trabalho e Renda (apoiar a organização do trabalho artesanal no RS), Fortalecimento e Ampliação das Comissões de Emprego (formação, apoio técnico e a revitalização das Comissões de Emprego: fóruns; seminários e cadastro), Geração de Oportunidade e Renda para Jovens (realizar cursos de qualificação para jovens de 18 a 29 anos, com o objetivo de preparar o jovem para o mercado formal de trabalho e para ocupações alternativas geradoras de renda), Gestão, Acompanhamento e Avaliação das Ações do Trabalho Emprego e Renda (Realizar supervisão e avaliação das ações desenvolvidas na área do Trabalho, Emprego e Renda), Intermediação de Emprego Formal no Mercado de Trabalho (colocar trabalhadores no mercado de trabalho formal, a partir da captação de vagas junto a empresas, fazendo pré-seleção e encaminhamento dos candidatos de acordo com o perfil da vaga ofertada pelas Agências FGTAS/Sine do RS), Qualificação Profissional e Social (realizar cursos de qualificação profissional para trabalhadores empregados, desempregados, pessoas em situação de vulnerabilidade social, autônomos, domésticos e artesãos, voltados à Copa 2014, Pólo Naval e Energia Termelétrica. Qualificar pessoas com deficiência para inclusão no mercado de trabalho em atendimento à legislação vigente). Órgão responsável: Fundação Gaúcha de Trabalho e Ação Social - FGTAS.

- Mulheres Construindo Autonomia RS – destaque para a ação Promoção de Capacitação Profissional para o Mundo do Trabalho (realizar capacitações profissionais para a promoção da autonomia das mulheres rurais e urbanas, viabilizando a maior inserção das

mulheres no mercado de trabalho considerando suas diversidades). Órgão responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres.

- Programa Estadual de Gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – destaque para a ação Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana (Capacitar agricultores, pessoas em situação de vulnerabilidade social e gestores para a implementação de políticas públicas que levem ao desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e renda e inclusão social). Órgão responsável: Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social.

- Valorização do (a) Servidor (a) Público (a) – destaque para a ação Promoção da Saúde do (a) Trabalhador (a) (instituir ações em defesa da saúde do (a) servidor (a) público (a) estadual). Órgão responsável: Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos.

Os programas e ações relacionados indicam que as manifestações populares estão parcialmente atendidas no PPA 2012-2015 do Rio Grande do Sul, exceto a adoção de medidas igualitárias de promoção e prevenção da saúde dos servidores de regime estatutário do estado, devido à especificidade da manifestação “Implementar SESMETs - Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho nos segmentos públicos de regime estatutário” (Manifestação 165 – município de Porto Alegre – COREDE Metropolitano Delta do Jacuí) e também porque esse comparativo não está previsto na peça de planejamento.

Minerais Estratégicos

Não há manifestações classificadas nessa temática. Com relação a minerais, o PPA contempla uma ação específica dentro do Programa Energia para o Rio Grande. Trata-se da Expansão da Mineração do Carvão (implantar as Minas de Candiota 2, Candiota 3, Candiota 4 e Mina do Iruí em função do sucesso de empreendimentos termoelétricos associados a estas unidades mineiras no Leilão A - 5 ou outros mercados que venham a ser viabilizados), apesar disso não é específico para Minerais Estratégicos.

Mobilidade Urbana

Aumento dos investimentos na infra-estrutura e superação dos principais gargalos de transporte na região, aproveitando as diversas soluções multimodais, melhoria nas condições das estradas e a interconexão apropriada ao transporte rodoviário, duplicações das estradas, intersecções vicinais, trevos, passagens, construções de terceiras faixas, pontes, passarelas, viadutos, priorizar o transporte público de massas, trem regional, duplicação de estradas de grande fluxo na região, priorizando estradas estruturantes que possibilitem a integração regional e inter-regional, investimento em transporte público nas cidades com mais de 50 mil habitantes para melhorar a qualidade de vida. Essas são algumas das manifestações classificadas nessa temática.

As solicitações dos cidadãos centram-se em melhorias regionais, cujo foco principal é o COREDE Serra. Mesmo assim, são amplas e podem servir como sugestões para aplicação nas demais regiões e em todo o estado.

Programa do PPA relacionado:

- Programa Estadual de Planejamento e Desenvolvimento Metropolitano, Regional e Municipal - destaque para as ações Aperfeiçoamento do Processo de Gestão Territorial e Mobilidade Urbana (implantar o Sistema e suporte institucional para o Planejamento e Gestão da RMPA e Aglomerações Urbanas. Apoio e assessoramento às Prefeituras Municipais com vistas ao planejamento regional) e Promoção do Desenvolvimento da Mobilidade Urbana da RMPA e Aglomerações Urbanas do RS (realizar estudos e implantar planos e projetos de mobilidade urbana). Órgão responsável: Secretaria de Obras Públicas, Irrigação e Desenvolvimento Urbano.

O programa e as ações relacionados indicam que as manifestações populares estão atendidas no PPA 2012-2015 do Rio Grande do Sul, exceto quanto às especificações.

Mudanças Climáticas

Não há manifestações classificadas nessa temática. Com relação às mudanças climáticas, o PPA contempla uma ação específica dentro do Programa Defesa Civil. Trata-se da ação Implementação do Sistema de Monitoramento e Alertas Meteorológicos para a

Prevenção de Desastres Naturais (instalar uma Sala de Situação para o Monitoramento e Alertas Meteorológicos, visando à Prevenção de Desastres Naturais Relacionados a Fenômenos Climáticos de modo a propiciar uma atuação mais efetiva do Sistema Estadual de Defesa Civil na Prevenção, Preparação e Resposta aos Desastres Naturais relacionados a Fenômenos Climáticos).

Oferta de água

Investimento na captação de água, banco de projetos para ampliação de sistemas de água, reestruturação contratual para concessão ou exploração da área de abastecimento de água, substituição das antigas redes de abastecimento de água, programa Água para todos - com captação, tratamento e distribuição de água potável, construção de redes comunitária de abastecimento de água, construção de poços artesianos e redes de distribuição de água em localidades onde ocorre estiagem e não há acesso aos sistemas de água tratada, criação de um fundo municipal de 5% do valor arrecadado sobre taxas e serviços aos municípios que possuem contratos com a Corsan são as manifestações incluídas nessa temática.

Especificação quanto ao “fortalecimento do comitê hidrográfico da Bacia do Rio Tramandaí, para implantação da próxima fase” (Manifestação 351 – município de Osório – COREDE Litoral) está presente entre as solicitações dos cidadãos.

Programas do PPA relacionados:

- Mais Saneamento para o Rio Grande – destaque para as ações Expansão e Melhorias dos Sistemas de Abastecimento de Água (expandir redes e ligações de água; substituir redes de água; otimizar e/ou melhorar os sistemas de abastecimento), Perfuração de Poços Tubulares (promover a perfuração de poços para produção de água potável para comunidades que não têm acesso às redes de abastecimento da Corsan), Repasse dos Recursos do Orçamento Geral da União (OGU) (repassar o montante dos recursos oriundos do Orçamento Geral da União (OGU) para expansão e/ou melhorias de Sistemas de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário, conforme convênio de repasses CORSAN x estado). Órgão responsável: Secretaria de Habitação e Saneamento.

- Gestão de Obras Públicas – destaque para a ação Promoção de Planos Estratégicos de Desenvolvimento Regional (promover, viabilizar, desenvolver e acompanhar Planos, Projetos e Ações estratégicas de desenvolvimento sustentável, envolvendo os usos múltiplos da água

nas Regiões Hidrográficas do Estado). Órgão responsável: Secretaria de Obras Públicas.

De forma geral, os programas e ações relacionados indicam que as manifestações populares estão atendidas no PPA 2012-2015 do Rio Grande do Sul, porém não há referência ao programa federal Água para Todos, à reestruturação contratual para concessão ou exploração da área de abastecimento de água, à construção de redes comunitária de abastecimento de água e à criação de um fundo municipal de 5% do valor arrecadado sobre taxas e serviços aos municípios que possuem contratos com a Corsan.

Petróleo e Gás

Qualificação para a cadeia produtiva do petróleo e de energia alternativa, elaboração de plano regional sobre o uso domiciliar do Gás Natural, captação do gás para a região, visando trazer indústrias que o usam são algumas das manifestações classificadas nessa temática. Há poucas manifestações específicas, como “Instalação de rede de GNV pra a região do Litoral Norte” (Manifestação 253 – município de Osório – COREDE Litoral).

Programas do PPA relacionados:

- Infraestrutura para o Desenvolvimento Econômico – destaque para as ações Desenvolvimento de Infraestrutura para a Indústria Oceânica, Petróleo e Gás – PGPIN (planejar, elaborar projetos e coordenar a execução de obras de infraestrutura necessárias ao desenvolvimento da indústria oceânica, petróleo e gás, de modo a proporcionar o desenvolvimento industrial, ambiental e social com qualidade de vida para as populações residentes na área de abrangência da indústria) e Promoção do Desenvolvimento da Indústria Oceânica, Petróleo e Gás – PGPIN (promover o desenvolvimento da indústria oceânica, petróleo e gás e a atração de investimentos para indústria por meio da elaboração e implementação de plano de desenvolvimento, projetos para atração de investimentos,). Órgãos responsáveis: Secretaria do Desenvolvimento e Promoção do Investimento.

- Promoção e Financiamento da Política Industrial do Rio Grande do Sul – destaque para a ação Financiamento de Setores Prioritários (apoiar, com as ferramentas de financiamento desenvolvidas, o aumento da competitividade e o adensamento empresarial dos setores considerados prioritários pelo Sistema de Desenvolvimento, que são: petróleo e gás natural, entre outros). Órgão responsável: Secretaria do Desenvolvimento e Promoção do

Investimento.

- Energia para o Rio Grande – destaque para a ação Planejamento, Estudos e Desenvolvimento Tecnológico de Sistemas de Distribuição de Gás Natural (desenvolver pesquisas e planejamento nas áreas de energia, alternativas e em geral, associadas ao negócio gás natural). Órgão responsável: Secretaria da Infra-Estrutura e Logística.

Os programas e as ações relacionados indicam que as manifestações populares estão atendidas no PPA 2012-2015 do Rio Grande do Sul, exceto quanto às especificações.

Planejamento Urbano

Adequação urbanística e a preocupação de que o desenvolvimento tenha uma infraestrutura paisagística apreciável e organizada são algumas das manifestações dessa temática.

Programa do PPA relacionado:

- Programa Estadual de Produção do Desenvolvimento Urbano e de Regularização Fundiária – destaque para a ação Adequação Urbanística (promover e implementar ações integradas que objetivem a qualificação da mobilidade urbana, dos equipamentos urbanos e comunitários através de parcerias, mediante formalização de convênios a serem firmados com os Municípios e com a União). Órgão responsável: Secretaria de Habitação e Saneamento.

O programa e a ação relacionados indicam que as manifestações populares estão atendidas no PPA 2012-2015 do Rio Grande do Sul.

Política de Desenvolvimento Produtivo

Priorização dos arranjos produtivos locais, crédito produtivo e orientado, investimento e promoção do microcrédito, fomento ao cooperativismo e organizações associativas, restabelecimento do Programa Redes de Cooperação e Extensão Empresarial, instituição de escolas de cooperativismo e economia solidária, criação de programa de crédito para financiamento de atividades do trabalhador informal e das micro e pequenas empresas,

política pública e repasse a fundo perdido de recursos às instituições comunitárias de crédito, recursos para aquisição de máquinas e implementos agrícolas, institucionalização de departamentos específicos de crédito rural na Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo e no Banrisul, disponibilização de um sistema de seguro complementar para os agricultores familiares produtores de hortaliças e fruticulturas. Essas são algumas das manifestações classificadas nessa temática.

No fomento ao cooperativismo foram resumidas manifestações sobre implantação de cooperativas de produtores e compradores, criação de um sistema de cooperativismo para os camponeses, apoio à formação de cooperativas e acesso aos mercados institucionais, recursos para cooperativas que trabalhem com resíduos sólidos e reciclagem para compra de prensas e equipamentos, fomento à criação e qualificação de cooperativas de reciclagem, formação de cooperativa de trabalhadores, criação de linhas de crédito especiais para cooperativas e agroindústrias, estímulo a criação de consórcios e cooperativas de trabalhadores na área de reciclagem e destinação final dos resíduos urbanos entre outras. Além de o cooperativismo ter sido uma marca dentro dessa temática, há ênfase em solicitações envolvendo o crédito rural e o fomento aos investimentos no setor agrícola, dessa forma, constata-se que o agricultor é o público-alvo dessa temática.

Há manifestações específicas tanto na localização geográfica quanto no conteúdo, conforme se pode observar a seguir: “[...] subsídios aos pequenos produtores rurais na aquisição do calcário produzido na região [...]” (Manifestação 336 – município de Bagé – COREDE Campanha).

Programas do PPA relacionados:

- Promoção do Desenvolvimento da Economia Gaúcha – destaque para as ações Promoção e Desenvolvimento dos Arranjos Produtivos (APLs) (fortalecer os APLs por meio da capacitação da governança, do apoio à elaboração de planos de desenvolvimento produtivo para aumento da competitividade, do estímulo à organização de empresas em APLs, do apoio à inovação, da formação de agendas para execução de ações transversais), Extensão Produtiva (implantar Núcleos de Extensão Produtiva no Estado para capacitar pequenas e médias empresas do setor produtivo nas áreas de gestão, processos produtivos, estratégia competitiva e acesso a mercados, desenvolvimento tecnológico e de inovações), Fomento e Incentivo à Criação e Fortalecimento de Cadeias Produtivas de Economia Solidária (fortalecer a sustentabilidade dos Empreendimentos Econômicos Solidários - EES, através da apropriação de todo o processo de produção e comercialização por cadeia produtivas e apoiar os

municípios gaúchos na regulamentação e implementação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos – Produto Cooperativa de Economia Solidária Contratada pelo município para coleta seletiva) e Promoção do Desenvolvimento de Programas Setoriais Integrados (promover o desenvolvimento de setores produtivos da Nova Economia (semicondutores, saúde avançada, reciclagem, meio ambiente, entre outros) e tradicionais, considerados estratégicos e/ou prioritários para o RS). Órgão responsável: Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa.

- Fomento às Micro e Pequenas Empresas – destaque para as ações Articulação e Apoio à Inserção Produtiva de Pequenos Empreendimentos Associativos Urbanos e Rurais (desenvolver ações voltadas ao apoio financeiro a projetos de inserção produtiva de pequenos produtores urbanos e rurais associados, direcionados ao desenvolvimento local e regional), Programa Gaúcho de Microcrédito (coordenar a institucionalização e o fomento da Rede RS de Microcrédito). Órgão responsável: Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa.

- Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Empreendimentos da Economia Solidária – destaque para a ação Implantação do Programa de Finanças Solidárias aos Empreendimentos da Economia Solidária (estabelecer programa de crédito, para os Empreendimentos Econômicos Solidários - EES urbanos, nos moldes do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Órgão responsável: Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa.

- Programa Banrisul de Crédito e Fomento – destaque para as ações Financiamento ao Microcrédito (financiar, com recursos do Banrisul, as pessoas físicas, micro e pequenas empresas), Financiamento ao Investimento Agropecuário (financiar, com recursos repassados do BNDES/Finame e próprios do Banrisul, a aquisição de máquinas, equipamentos agrícolas e animais, construção de unidades de beneficiamento, infraestrutura nas propriedades e projetos de aquicultura). Órgão responsável: Secretaria da Fazenda.

- Desenvolvimento do Cooperativismo Gaúcho – destaque para a ação Apoio ao Crédito e Saneamento das Cooperativas (Apoiar o acesso a linhas de crédito e trabalhar na perspectiva de viabilizar fundo de aval para operações junto aos bancos a fim de beneficiar as cooperativas). Órgão responsável: Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo.

- Qualificação da Infraestrutura Rural – destaque para a ação Patrulha Agrícola (adquirir e recuperar máquinas para melhoria da infraestrutura rural). Órgão responsável: Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo.

- Qualificação e Ampliação da Oferta de Educação Profissional e Tecnológica – destaque para a ação Realização de Parcerias para a Revitalização das Escolas e Incentivo ao Cooperativismo (estimular o estudo e a prática do cooperativismo como ferramenta de gestão nas Escolas com Educação Profissional incorporando o Cooperativismo nas políticas públicas para a Educação no Estado). Órgão responsável: Secretaria da Educação.

- Programa Estadual de Planejamento e Desenvolvimento Metropolitano, Regional e Municipal – destaque para a ação Promoção do Desenvolvimento Social, Econômico e Ambiental da RMPA e Aglomerações Urbanas do estado (desenvolvimento de trabalhos técnicos e operações que envolverão a Implantação do Sistema de Informações Sócioeconômicas e de dados Georreferenciados da RMPA; a Conclusão do Atlas Social na RMPA e Aglomerações Urbanas; a Construção de Galpões de Reciclagem; o Fomento e o Apoio à Instalação de Cooperativas e Associações de Recicladores de lixo; a Elaboração do Plano Diretor dos Resíduos Sólidos; a Intervenção em Áreas de Risco; a Implantação de Ecoparque; a Recuperação de Áreas Degradadas e a Implantação da Agencia das Águas – Produto Cooperativa e Associação de Recicladores de Lixo Instalada). Órgão responsável: Secretaria de Obras Públicas, Irrigação e Desenvolvimento Urbano.

Os programas e ações relacionados indicam que as manifestações populares estão atendidas no PPA 2012-2015 do Rio Grande do Sul, exceto criação de programa de crédito para financiamento de atividades do trabalhador informal, repasse a fundo perdido de recursos às instituições comunitárias de crédito, institucionalização de departamentos específicos de crédito rural na Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo e no Banrisul, disponibilização de um sistema de seguro complementar para os agricultores familiares produtores de hortaliças e fruticulturas, solicitações que não são citadas na peça de planejamento.

Previdência Social

Incentivo aos aposentados quanto à geração de renda é a única manifestação classificada nessa temática. Duas outras manifestações citam os quilombolas – “disponibilização de equipes do INSS para atendimento periódico nas comunidades quilombolas” (Manifestação 255 – município de Tavares – COREDE Sul) e “promoção do acesso dos quilombolas às políticas públicas como a aposentadoria rural” (Manifestação 357 –

município de Santana do Livramento – COREDE Fronteira Oeste). Esse fato demonstra a preocupação do cidadão gaúcho com esse grupo étnico, porém é necessário lembrar que tais inserções não são de atribuição da administração pública estadual, visto que o INSS e a aposentadoria rural são de competência federal. Sendo assim, não estão classificadas nessa temática.

Já a manifestação que cita o incentivo aos aposentados quanto à geração de renda é escrita de forma genérica e não especifica o público alvo, não sendo possível constatar se são aposentados da iniciativa privada ou do poder público estadual. No PPA 2012-2015 há apenas um Programa ligado à temática da Previdência Social. Trata-se de Gestão da Previdência do Servidor Estadual, cuja ação refere-se à Gestão de Inativos e Pensões. Como os servidores públicos estaduais não são mencionados explicitamente nas manifestações populares, essa temática não possui Programas do PPA relacionados.

Promoção dos Direitos das Crianças e Adolescentes

Fortalecimento das políticas públicas voltadas à proteção de crianças e adolescentes por meio de recursos para capacitações dos trabalhadores e dos conselheiros de direitos e tutelares, qualificação aos Conselhos Tutelares, criação de Centros de Acompanhamento às Crianças e Adolescentes, formação de equipes multidisciplinares (Psicopedagogos, Psicólogos, Fonoaudiólogos) para atendimento a crianças com dificuldades de aprendizagem, garantia do cumprimento do Estatuto da Criança em todos os níveis, programa de estruturação de uma Rede Regional de Proteção a Criança e Adolescente, construção do Centro de Referência da Criança e Adolescente são as manifestações classificadas nessa temática.

Há solicitações específicas, como “Instalação no município de Santana do Livramento de uma casa de acolhida pra crianças e adolescentes vítimas de violência e /ou maus tratos e a implantação do Programa família acolhedora” (Manifestação 337 – município de Santana do Livramento – COREDE Fronteira Oeste).

Programas do PPA relacionados:

- Programa de Promoção aos Direitos Humanos – destaque para as ações Educação em Direitos Humanos, Participação Cidadã e Controle Social (sensibilizar e capacitar em direitos humanos líderes comunitários, conselheiros tutelares e integrantes das forças policiais, como Brigada Militar, Polícia Civil e SUSEPE), Prevenção e Combate às Drogas, Atenção às

Crianças e Adolescentes e à Juventude (promover políticas integradas à efetivação e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade; fortalecer a rede de proteção e atenção integral às crianças e adolescentes; prevenir e coibir qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão às crianças e adolescentes), Igualdade Racial, Erradicação da Miséria e Combate à Discriminação (combate à discriminação de toda ordem, à violência e agressões a grupos socialmente vulneráveis, como crianças, idosos, adolescentes, negros, indígenas, pessoas com deficiência e público LGBTT). Órgão responsável: Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos.

- Qualificação da Democratização da Gestão da Escola, CRE e SEDUC – destaque para a ação Articulação de Ações Transversais com Universidades, Órgãos Públicos, Organismos Internacionais e Instituições da Sociedade Civil (estabelecer parcerias com os Conselhos Tutelares, através de um trabalho em rede, visando à proteção das crianças e adolescentes e a qualificação no atendimento ao aluno). Órgão responsável: Secretaria da Educação.

- Qualificação da Democratização do Acesso e Permanência com Sucesso na Educação Básica – destaque para a ação Acompanhamento da Realidade Educacional (desenvolver, em parceria com os Municípios, Conselhos Tutelares, Ministério Público e Comunidade Escolar, a busca ativa da população fora da escola na faixa esperada e promover ações de natureza socioeducativa antidrogas, antiviolença, proibição do trabalho infanto-juvenil e de prevenção à gravidez precoce, fortalecendo os direitos preconizados pelo ECA, pela LDB e pelo PNE). Órgão responsável: Secretaria da Educação.

- Qualificação da Rede de Atenção à Saúde no RS – destaque para a ação Implantação de Linhas de Cuidado: Mãe-bebê; criança; adolescente; mulher; homem; idoso; bucal; mental; DST/AIDS; PAN; PIM; populações vulneráveis (implantar Linhas de Cuidado a partir das unidades básicas de saúde). Órgão responsável: Secretaria da Saúde.

- Gestão da Política Estadual da Assistência Social – destaque para a ação Ampliação da Rede de Proteção Social a Famílias (ampliar e cofinanciar a Rede de Proteção Social, Básica e Especial, de média e alta complexidade, constituída pelos serviços e benefícios executados nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), implantados nos municípios, com foco nas famílias em situação de vulnerabilidade social). Órgão responsável: Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social.

Os programas e ações relacionados indicam que as manifestações populares estão atendidas no PPA 2012-2015 do Rio Grande do Sul, exceto formação de equipes multidisciplinares (Psicopedagogos, Psicólogos, Fonoaudiólogos) para atendimento a crianças com dificuldades de aprendizagem. Apesar de não citar explicitamente a construção de Centro de Referência da Criança e Adolescente, o programa Gestão da Política Estadual da Assistência Social envolve os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), os quais atendem as famílias e certamente têm capacidade para atender a esse público.

Promoção dos Direitos Humanos / Reparação e Proteção dos Direitos Humanos

Devido à sua similaridade, as temáticas Promoção dos Direitos Humanos e Reparação e Proteção dos Direitos Humanos estão unificadas e analisadas conjuntamente.

Políticas de atenção aos idosos, promoção da cidadania, estruturação de rede de apoio à formação cidadã, capacitação e qualificação de trabalhadores para o convívio em comunidade, realização de conferência estadual de direitos dos idosos, construção de rede de proteção e defesa dos idosos, implementação de cursos de Libras para a comunidade, cursos de instrutores de Libras para deficientes auditivos e para formação de profissionais Intérpretes de Libras para a comunidade, abertura e acessibilidade no mercado de trabalho para os deficientes auditivos, investimento em programa de atenção às idosas, investimento nos conselhos municipais, políticas públicas para portadores de deficiência, cumprimento do Estatuto do Idoso, aprovação do Estatuto das pessoas com Deficiência, acessibilidade tem que ser pensada em todos os espaços com investimentos na política e ações. Essas são algumas das manifestações classificadas nessa temática.

Programas do PPA relacionados:

- Programa de Promoção aos Direitos Humanos – destaque para as ações Educação em Direitos Humanos, Participação Cidadã e Controle Social (promover a capacitação e sensibilização de funcionários públicos estaduais como multiplicadores em direitos humanos, para o adequado tratamento e prestação de serviços a grupos vulneráveis, como crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual, população LGBTT, idosos, negros, jovens e indígenas. Desenvolver um sistema de monitoramento e resposta a violações de direitos humanos contra grupos vulneráveis, na Região Metropolitana e interior do estado, em parceria

com uma rede institucionalizada de direitos humanos no âmbito estadual), Garantia de Direitos Humanos e Promoção da Cidadania (promover políticas para a efetivação e defesa dos direitos humanos da pessoa idosa), Igualdade Racial, Erradicação da Miséria e Combate à Discriminação (promover campanhas publicitárias e informativas visando conscientizar a população sobre matérias de Direitos Humanos, combate à discriminação de toda ordem, à violência e agressões a grupos socialmente vulneráveis, como crianças, idosos, adolescentes, negros, indígenas, pessoas com deficiência e público LGBTTT). Órgão responsável: Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos.

- Programa de Acesso e Garantia à Universalidade dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Pessoas com Altas Habilidades – destaque para as ações Atenção às Pessoas com Deficiência e às Pessoas com Altas Habilidades / Superdotação (prestar atendimento às pessoas com deficiência e com altas habilidades / superdotação e a sua comunidade em caráter referencial ao desenvolvimento, produção e multiplicação de metodologias e conhecimentos – Produto: Central de tradutores e intérpretes em LIBRAS implantada), Construção de uma Cultura de Acessibilidade (desenvolver atividades voltadas à produção de uma cultura capaz de assegurar a plena acessibilidade). Órgão responsável: Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos.

Os programas e ações relacionados indicam que as manifestações populares estão atendidas no PPA 2012-2015 do Rio Grande do Sul, exceto cumprimento do Estatuto do Idoso e aprovação do Estatuto das pessoas com Deficiência, que não são mencionados na peça de planejamento.

Promoção e Acesso à Cultura

Valorização cultural, políticas públicas voltadas para a Cultura, construção da Agenda Cultural Regional, Educação Patrimonial, investimento no desenvolvimento cultural do estado, incentivo à produção regional, criação de fundo de financiamento à cultura estadual com juros subsidiados, criação de prêmios estaduais, fomento a festivais de artes, capacitação e formação em produção e gestão cultural, descentralização e desburocratização da cultura, criação de programa de fomento às artes e à cultura, investimento mínimo na cultura nos moldes da PEC 150, obrigatoriedade do ensino de Artes nas escolas públicas, incentivo ao uso do Sistema Nacional de Cultura, realização de atividades culturais no meio rural, construção

de espaços culturais são algumas das manifestações classificadas nessa temática.

Constata-se a frequência de solicitações de maior participação dos municípios nas ações culturais, dentre as quais, “viabilizar o acesso e o fruir dos municípios aos bens culturais da região” (Manifestação 441 – município de Garibaldi – COREDE Serra), “criar subsídio para que a rede educacional do estado com o MINc invista em um programa de engajamento do projeto de instalação do sistema de cultura dos municípios através de criação de secretarias de cultura em todos os municípios” (Manifestações 296 e 550 – município de Bento Gonçalves – COREDE Serra). Eventos culturais também são foco de solicitação, como “apoio à Mostra da Arte Missioneira e Expo São Luiz” (Manifestação 511 – município de São Luiz Gonzaga – COREDE Missões) e a uma feira do livro em Santana do Livramento, porém essa última tem um teor mais informativo, como se pode observar:

A Feira Binacional do Livro é uma iniciativa que visa reunir em um único espaço, diversas ações com o objetivo de incentivar a leitura e a difusão do livro na fronteira - Santana do Livramento/ Riveira, também objetiva promover a integração cultural entre ambos os países incentivando assim a cultura da paz e o respeito à diversidade cultural. A data de realização da feira é outubro de 2011 (Manifestação 311 – município de Santana do Livramento – COREDE Fronteira Oeste).

Dessa forma, não é possível identificar qual a solicitação implícita, pois parece ter sido escrita com foco na divulgação do evento cultural.

Há algumas especificações, como fortalecimento do Projeto Festa do Mar (Manifestação 280 – município de Rio Grande – COREDE Sul), projetos culturais para a baixa temporada (Manifestação 252 – município de Imbé – COREDE Litoral), desenvolvimento de programas de fomento à cultura, principalmente no Litoral Norte, pela carência de atividades nesta área (Manifestação 390 – município de Torres – COREDE Litoral), Inventário do Patrimônio Cultural e Natural da Região do Vale do Rio Pardo (Manifestação 399 – município de Santa Cruz do Sul – COREDE Vale do Rio Pardo), investimento em aparelhos culturais na região da Produção (museus, teatros, centros culturais e outros) (Manifestação 732 – município de Passo Fundo – COREDE Produção). Outra especificação solicita o cuidado com o patrimônio histórico de Passo Fundo a partir da “revitalização do Complexo Histórico/Cultural, formado pelos Prédios do Museu Histórico Regional e Museu de Artes Visuais Ruth Schneider, pelo Teatro Municipal Múcio de Castro e pela Academia Passo-Fundense de Letras” (Manifestação 548 – município de Passo Fundo – COREDE Produção). A manifestação a seguir sugere executar incentivos culturais após a ocorrência de desastres ambientais:

A proposta visa estabelecer regras de compensação no setor cultural, beneficiando as populações dos municípios atingidos por barragens e ou outros grandes empreendimentos, assim como acontece a compensação por danos ambientais. Esta ação reforçaria ainda mais a transversalidade dos atos do Governo, tendo em vista que os objetivos propostos terão que ser executados de forma integrada entre as pastas de educação, saúde, meio ambiente e cultura, todos em fim (Manifestação 529 – município de Bom Jesus – COREDE Campos de Cima da Serra).

Essa solicitação congrega o enfrentamento a desastres ambientais à questão cultural, para que os bens culturais não sejam perdidos junto com as catástrofes e para que não exista apenas a preocupação com a reconstrução material e também o cuidado com os bens imateriais, dos quais o patrimônio cultural faz parte.

Programa do PPA relacionado:

- Mais Cultura RS – destaque para as ações Ampliação do Acesso a Bens Culturais (ampliar as ações culturais nos diversos municípios do Rio Grande do Sul), Apoio a Eventos Culturais (potencializar eventos culturais realizados no Estado como feiras, festivais, festas populares, concursos, seminários culturais), Construção, Reforma e Modernização de Espaços Culturais (construir, reformar e modernizar espaços culturais públicos; garantir condições de acessibilidade nestes espaços; adquirir áreas para construção), Cultura nas Escolas (promover atividades culturais de preservação do patrimônio e memória, literatura, música, artes visuais, dança, teatro, circo, cinema e outras manifestações artísticas em escolas do Rio Grande do Sul), Desenvolvimento da Economia da Cultura (ampliar e fortalecer o FAC. Realizar feiras da economia da cultura e das diversas linguagens artísticas. Promover o “Turismo Cultural”), Implantação do Sistema Estadual da Cultura (aderir ao Sistema Nacional de Cultura, criar o Plano Estadual Cultura, desenvolver Planos Setoriais de Cultura, fortalecer sistemas setoriais e apoiar a implantação dos Sistemas Municipais e intermunicipais de Cultura), Preservação e Conservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial e Ampliação de Acervos (promover a preservação e conservação do acervo móvel e imóvel, prédios tombados, acervo bibliográfico, discográfico, museológico, museográfico, cenográfico, audiovisual, fotográfico, cinematográfico e cênico-cultural das Instituições da Secretaria da Cultura), Promoção e Incentivo a Ações Culturais e Preservação da Memória da Cultura Gaúcha (contemplar a diversidade étnica, os territórios culturais, eventos e as festas populares do Rio Grande do Sul através de cursos, palestras, seminários e eventos). Órgão responsável: Secretaria da Cultura.

O programa e as ações relacionados indicam que as manifestações populares estão atendidas no PPA 2012-2015 do Rio Grande do Sul, exceto as muito específicas que citam

municípios e regiões, além de outras solicitações, como a criação de um fundo de financiamento a cultura estadual com juros subsidiados para aquisição de equipamentos e a desburocratização da cultura simplificando processos, procedimentos, editais, prêmios, incentivos e prestações de contas de projetos culturais.

Promoção e Proteção dos Direitos dos Povos Indígenas

Solicitações de demarcação de terras indígenas, acesso aos benefícios públicos por parte dos índios que residem nas zonas urbanas, feiras para divulgação dos trabalhos das comunidades indígenas resumem as manifestações classificadas nessa temática. Entre os registros inseridos no Portal da Participação estão: demarcação de novas áreas indígenas em áreas de agricultura familiar consolidada que está gerando conflitos, garantia do direito à terra aos agricultores que ocupam áreas de conflito com indígenas ou outros, Feira Estadual Itinerante dos Povos Indígenas com o objetivo de conhecer, divulgar, integrar, valorizar e socializar as experiências das comunidades indígenas do RS enfatizando a questão cultural e da sustentabilidade social, ambiental e econômica.

Há manifestações específicas, com foco em “indígenas de Passo Fundo: criação de um mecanismo que facilite o acesso aos benefícios públicos por parte dos índios urbanos” (Manifestação 714 – município Passo Fundo – COREDE Produção). Apesar do foco em indígenas que vivem nesse município gaúcho, o conteúdo da manifestação pode ser aplicado regionalmente, pois visa o acesso dos indígenas a benefícios públicos, de âmbito geral, tanto municipal, estadual quanto federal.

Programas do PPA relacionados:

- Reforma Agrária, Ordenamento Fundiário e Apoio às Comunidades Quilombolas e Indígenas – destaque para as ações Apoio ao Reconhecimento, à Demarcação, à Regularização e à Titulação de Áreas Quilombolas e Indígenas (instaurar processos de titulação de áreas quilombolas; realizar laudos antropológicos; adquirir pequenas áreas emergenciais para garantir a sustentação das famílias), Fortalecimento Etnossustentável de Comunidades Indígenas (realizar o diagnóstico socioambiental de áreas indígenas; elaborar planos de desenvolvimento Etnossustentável e projetos integrados para áreas indígenas; formar agentes de desenvolvimento local e ação social). Órgão responsável: Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo.

- Soberania e Segurança Alimentar, Abastecimento e Erradicação da Pobreza Extrema no Meio Rural – destaque para a ação Inclusão Produtiva de Famílias em Situação de Pobreza Extrema (combater a pobreza extrema no meio rural do RS, através da inclusão produtiva de agricultores familiares, comunidades quilombolas, indígenas, pescadores artesanais e assentados da reforma agrária). Órgão responsável: Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo.

- Programa de Promoção dos Direitos Humanos – destaque para a ação Igualdade Racial, Erradicação da Miséria e Combate à Discriminação (promover ações para a melhoria da qualidade de vida, a garantia da igualdade de oportunidades e acesso e a erradicação da pobreza [...] Promover campanhas publicitárias e informativas visando conscientizar a população sobre matérias de Direitos Humanos, combate à discriminação de toda ordem, à violência e agressões a grupos socialmente vulneráveis, como crianças, idosos, adolescentes, negros, indígenas, pessoas com deficiência e público LGBTTT). Órgão responsável: Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos.

Os programas e ações relacionados indicam que as manifestações populares não estão atendidas plenamente no PPA 2012-2015 do Rio Grande do Sul, pois não há referência à solicitação acesso aos benefícios públicos por parte dos índios que residem nas zonas urbanas e a feiras específicas para divulgação dos trabalhos das comunidades indígenas.

Reforma Agrária

Acesso a terra para os agricultores familiares que produzem como arrendatários ou meeiros por meio de Programa articulado com o Programa Nacional de Reforma Agrária do Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, projeto de regularização, legalização, acesso a terra por meio da reforma agrária com recursos públicos, criação de instituto de terras no RS, limitação do número de hectares por proprietário na reforma agrária, qualificação dos assentamentos são algumas das manifestações classificadas nessa temática.

A sugestão seguinte é muito específica, pois cita alguns municípios gaúchos: “Reassentamento imediato das famílias que residem, ou já foram indenizadas, oriundas das áreas indígenas da Serrinha, Ibiraiaras, Caseiros, Planalto e outras” (Manifestação 377 – município São Lourenço do Sul – COREDE Sul). Seu conteúdo demonstra uma especificação que, dependendo da importância e do impacto no contexto estadual, pode ser incluída no PPA.

Há preocupação com a situação dos agricultores que estão sem terra, visto que “os agricultores que estão nesta condição não tem acesso a políticas públicas de habitação de crédito rural, pois não tem títulos das terras” (Manifestação 383 – município Eldorado do Sul – COREDE Metropolitano Delta do Jacuí). Como é possível observar, há junção de áreas e temáticas em uma mesma manifestação, visto que os cidadãos percebem que muitas vezes certas situações geram problemas multifacetados e que precisam ser solucionados de forma conjunta por diversos órgãos públicos. Uma sugestão para a qualificação dos assentamentos, igualmente, envolve diversos pontos nas áreas de Educação, Juventude, Saúde, Meio Ambiente, Esporte, Cultura, Mercado de Trabalho, Agricultura, entre outras, e os especifica, como é possível observar:

Melhorias nas áreas de: - educação Construção de novas escolas nos assentamentos São Leopoldo, Roseli Nunes e Novo Pampeiro. Ampliação da Escola Antônio Conselheiro no assentamento Bom Será. Implantação de escolas infantis nos assentamentos. Implantação de escolas de nível médio com qualificação técnica nos assentamentos. Implantação de escolas de turno integral com qualidade educacional. Apoio para implantação de três casas familiar nos assentamentos. Fortalecimento e reestruturação da UERGS campus Livramento. Aumentar o repasse de recursos para o transporte de alunos na zona rural de Santana do Livramento. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) Pronaf - Jovem Rural, linha de crédito especial para os jovens rurais Programas que incentivem o lazer, a prática de esporte, valorização cultura e inclusão digital - saúde implantação do ESF no campo construção de postos de saúde nos assentamentos reestruturação do hospital Santa Casa Aquisição de uma unidade móvel de atendimentos nos assentamentos Capacitação em políticas públicas para a saúde em parceria com a UERGS - produção agropecuária familiar Programa de infra estrutura produtiva Programa de irrigação e captação de água Programa de recuperação do solo numa perspectiva agroecológica Programa de incentivo ao reflorestamento Programa de incentivo a apicultura Linha de crédito diferenciada Constituição de uma linha de crédito subsidiada para a ampliação do capital social das cooperativas dos assentados Programa de aumento da produtividade e da renda leiteira Incentivo a produção de arroz orgânico Fruticultura; incentivo aos pomares existentes e implantação de novos. Criação de agroindústrias. Apoio no transporte do produto para a comercialização nos programas PNAE e PAA Produção de gado de corte e ovinos - habitação e saneamento programa para construção e reformas de casas nos assentamentos - grupo de jovens e mulheres (políticas públicas) Pronaf Mulher, incentivo ao acesso do financiamento Programas de incentivo a instalação de agroindústria de beneficiamento dos produtos cultivados nos assentamentos agregando valor, somando na geração da renda familiar Programa que contemple a construção e estruturação de áreas comunitárias nos assentamentos Programa de coleta do lixo reciclável produzido nos assentamentos (Manifestações 333 e 334 – município Santana do Livramento – COREDE Fronteira Oeste).

O público alvo predominantemente é formado pelos agricultores, mas há espaço também para solicitações envolvendo outros cidadãos: “assentar trabalhadores sem terra, peões de estâncias, mulheres campeira, juventude cultiva a tradição gaúcha, criar programas de reforma agrária que resgatem a dívida com o povo negro e seus descendentes, através do

acesso a terra” (Manifestação 462 – município Pelotas – COREDE Sul). Além disso, uma das inserções demonstra números para delimitar seu público alvo, conforme pode ser observado:

Busca apoiar projetos estratégicos que melhorem a vida de agricultores familiares, assentados da reforma agrária [...]. O público rural beneficiário desta estratégia constitui-se no território por cerca de 32 mil propriedades de agricultores familiares com alto potencial produtivo; 6 mil famílias de pescadores profissionais artesanais, o que representa entre 70 a 80% dos pescadores do RS; 3.969 famílias distribuídas em 117 assentamentos de reforma agrária, 40% dos assentamentos do RS e mais de 40 comunidades quilombolas (Manifestação 462 – município Pelotas – COREDE Sul).

Ao fazer comparações com o estado, essa inserção procura mostrar a importância da solicitação e justificar porque deve ingressar na peça de planejamento.

Programa do PPA relacionado:

- Reforma Agrária, Ordenamento Fundiário e Apoio às Comunidades Quilombolas e Indígenas – destaque para as ações Assentamento de Sem-Terra, Reassentamento e Indenização dos Agricultores Desalojados de Áreas Indígenas, Quilombolas e Áreas Atingidas por Barragens (assentar famílias acampadas), Qualificação da Infraestrutura Básica e Produtiva dos Assentamentos (qualificar a infraestrutura básica e produtiva dos assentamentos), Regularização Fundiária (trabalhar para a legalização das propriedades através da regularização fundiária de agricultores que não possuem concessão de uso e titulações das áreas onde estão produzindo). Órgão responsável: Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo.

O programa e as ações relacionados indicam que as manifestações populares estão atendidas no PPA 2012-2015 do Rio Grande do Sul, exceto as muito específicas com a inserção de nomes de municípios e regiões. Além disso, a sugestão instituto de terras no RS não está inserida no Plano Plurianual gaúcho.

Resíduos Sólidos

Estruturação da cadeia produtiva da reciclagem, fortalecimento das organizações de catadores de materiais recicláveis, incentivo à reciclagem do lixo, instalação de aterro sanitário para o tratamento de resíduos sólidos na região são algumas das manifestações classificadas nessa temática.

Entre as manifestações citando o termo “resíduos sólidos” há muitas com foco em cooperativas, como por exemplo, pedidos de recursos para equipar cooperativas da área de resíduos sólidos e reciclagem, fomento à criação e qualificação de cooperativas de reciclagem (Manifestação 246 – município Balneário Pinhal – COREDE Litoral). Tais manifestações são classificadas na temática Política de Desenvolvimento Produtivo, devido ao foco no cooperativismo e tomando por base as classificações iniciais feitas pelo DEPLAN, que inseriu as cooperativas de reciclagem de lixo ou que atuam com resíduos sólidos nessa temática. Apesar disso, os técnicos do DEPLAN classificaram uma manifestação voltada à estruturação da cadeia produtiva da reciclagem na temática Resíduos Sólidos, cujo texto integral está compilado a seguir:

Estruturar uma rede de organizações de catadores, com vista na comercialização conjunta, o beneficiamento dos materiais recicláveis, a capacitação técnica destes sujeitos (principais atores da cadeia da reciclagem), a aquisição de equipamentos para tal fim, em parcerias com entidades a fim de contribuir para uma gestão integrada dos resíduos sólidos, em parceria com todas as esferas do poder público (municipal, estadual, nacional), para que a região possa atender e se desenvolver conforme os preceitos de desenvolvimento sustentável, instituídos através da política nacional de resíduos sólidos (Manifestação 34 – município de Santa Cruz do Sul – COREDE Vale do Rio Pardo).

Constata-se que essa manifestação aborda conteúdo das duas temáticas – Resíduos Sólidos e Política de Desenvolvimento Produtivo – visto que envolve o tema da reciclagem, mas também contém aspectos de desenvolvimento, comercialização, financiamento para os catadores de resíduos. Considerando tais aspectos, essa manifestação pode receber ambas classificações, visto que atende às duas temáticas e apresentando um detalhamento que pode ser subsídio para os gestores públicos de forma a atender mais de uma área.

Destaque para manifestação que demonstra domínio dos conceitos que envolvem o Plano Plurianual, como pode ser observado a seguir: “Prog:Gestão de resíduos sólidos Demanda: tratamento de resíduos sólidos urbanos Prod: usina de tratamento e reciclagem” (Manifestação 149 – município Santana do Livramento – COREDE Fronteira Oeste).

Outra manifestação que contém diversas instruções ao governo do estado pode ser citada aqui:

Propomos a inclusão de incentivo às organizações dos catadores de material reciclável. Disponibilizar recursos para incentivar a implantação da coleta seletiva, a projetos que contemplem a estruturação de espaços de triagem, com balança, empilhadeiras, e outros equipamentos necessários ao preparo dos materiais para a comercialização. Proporcionar acesso à alfabetização, educação de jovens e adultos, reforço escolar, atividades culturais e esportivas, para os filhos dos catadores e para os catadores. Cursos profissionalizantes, proporcionando a opção por outras atividades. Uruguaiana tem projeto não implantado que visa à instalação de aterro sanitário e coleta seletiva. Atualmente há na cidade duas organizações de catadores, mas há um grande número de pessoas que não pertencem a nenhuma delas, que também recolhem material nas ruas. Entre os três principais compradores, intermediários, um comercializa mensalmente aproximadamente 350 toneladas. A ACLAN - Associação de Catadores Amigos da natureza tem um cadastro com 85 famílias. Essas famílias, cadastradas pela ACLAN, recolhem material diretamente no lixão, onde outras 30 famílias, que não pertencem a nenhuma entidade, também recolhem material. A venda do material recolhido é feita de forma INDIVIDUAL às empresas revendedoras (Manifestação 473 – município de Uruguaiana – COREDE Fronteira Oeste).

Manifestação específica está presente nessa temática. O Plano municipal de resíduos sólidos (Rosário, São Gabriel, Santa Margarida) é solicitado na Manifestação 321 – COREDE Fronteira Oeste.

Programas do PPA relacionados:

- Tutela e Gestão Ambiental Integrada – destaque para a ação Implementação de Planos, Programas e Projetos Ambientais (captar recursos, identificar parceiros, elaborar, desenvolver e implementar projetos, estudos e atividades necessárias à gestão ambiental estadual, regional ou local, à melhoria socioambiental e ao desenvolvimento sustentável nos meios urbanos e rurais do estado – Produto Plano Estadual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos elaborado e implementado). Órgão responsável: Secretaria Estadual do Meio Ambiente.

- Programa Estadual de Planejamento e Desenvolvimento Metropolitano, Regional e Municipal – destaque para a ação Promoção do Desenvolvimento Social, Econômico e Ambiental da RMPA e Aglomerações Urbanas do estado (desenvolvimento de trabalhos técnicos e operações que envolverão a Implantação do Sistema de Informações Sócioeconômicas e de dados Georreferenciados da RMPA; a Conclusão do Atlas Social na RMPA e Aglomerações Urbanas; a Construção de Galpões de Reciclagem; o Fomento e o Apoio à Instalação de Cooperativas e Associações de Recicladores de lixo; a Elaboração do Plano Diretor dos Resíduos Sólidos; a Intervenção em Áreas de Risco; a Implantação de Ecoparque; a Recuperação de Áreas Degradadas e a Implantação da Agencia das Águas – Produto Plano Diretor de Resíduos Sólidos Elaborado). Órgão responsável: Secretaria de Obras Públicas, Irrigação e Desenvolvimento Urbano.

- Mais Saneamento para o Rio Grande do Sul – destaque para as ações Estruturação do Sistema Estadual de Saneamento e Ampliação do Acesso aos Serviços de Saneamento Básico (manter e ampliar os níveis de cobertura dos serviços de saneamento básico (Água tratada, Esgotamento Sanitário, Resíduos sólidos e Drenagem)) e Fomento de Novos Negócios (iniciar inserção na área de resíduos sólidos, principalmente no que tange ao tratamento do lixiviado). Órgão responsável: Secretaria de Habitação e Saneamento.

- Energia para o Rio Grande – destaque para a ação Planejamento, Estudos e Desenvolvimento Tecnológico de Sistemas de Distribuição de Gás Natural (desenvolver pesquisas e planejamento nas áreas de energia, alternativas e em geral, associadas ao negócio gás natural. Projetos envolvidos: Gás Seguro; Motor a Gás para Ônibus; Produção de Biogás (aterros sanitários, dejetos animais e industriais); Projetos de Cogeração/Climatização; e Conversão de frotas de transporte). Órgão responsável: Companhia de Gás do Rio Grande do Sul - Sulgás.

Os programas e ações relacionados indicam que as manifestações populares estão atendidas no PPA 2012-2015 do Rio Grande do Sul, exceto as muito específicas com a inserção de nomes de municípios e regiões.

Saneamento

Investimento em esgotamento sanitário nos município e em saneamento básico ambiental, apoio à elaboração de planos municipais de saneamento, programa de saneamento básico regional, auxílio técnico para elaboração de planos municipais de saneamento, política de saneamento público que atenda aos menos favorecidos, implantação ou ampliação dos sistemas de esgotamento sanitário pelos municípios com recursos do PAC, Banco de Projetos para ampliação de sistemas de esgoto, instituição de fundo estadual ou sistema de financiamento estadual de saneamento, ampliação da rede de coleta de esgoto e ampliação das Bacias de tratamento bem com a substituição de redes deficitárias, facilitar e priorizar com agilidade obras para o setor de saneamento a partir da antecipação da elaboração e maturação dos projetos de engenharia são algumas das manifestações classificadas nessa temática.

A manifestação 167 – município de Rosário do Sul – COREDE Fronteira Oeste refere-se à “construção de poços artesianos para o interior do município de Rosário do Sul” e tem a classificação na temática Saneamento, fornecida pelos técnicos do DEPLAN. Apesar disso,

sabe-se que os poços artesianos são ligados ao abastecimento de água para consumo humano ou para irrigação em pequenas propriedades e, segundo o PPA 2012-2015, fazem parte dos produtos da Secretaria de Desenvolvimento Rural Pesca e Cooperativismo. O PPA atual faz uma distinção entre poços artesianos e poços tubulares, colocando-os em áreas diversas. Situação similar ocorre na manifestação 168 – município de Rosário do Sul – COREDE Fronteira Oeste, a qual mesmo referindo-se a “desenvolvimento rural” e tendo em seu texto “Instalação de poços artesianos no 5º Distrito de Rosário do Sul localidade do Campo Seco”, está classificada na temática Saneamento, pelos técnicos do DEPLAN.

Nessa temática chama atenção a grande quantidade de manifestações específicas, citando locais – principalmente municípios – nos quais se quer melhorias no saneamento. A seguir alguns exemplos: “Execução da rede de esgoto em Xangri-lá e ligação com a estação de tratamento da CORSAN” (Manifestações 269 e 272 – município de Xangri-lá – COREDE Litoral), “A Escola Estadual Dr. Hector Acosta, localizada em Santana do Livramento, reivindica: [...] canalização e destinação correta dos resíduos/ esgoto da escola” (Manifestação 319 – município de Santana do Livramento - COREDE Fronteira Oeste), “expansão da rede de esgoto pluvial e cloacal - meta 100% da população. Reestruturação contratual para concessão ou exploração da área de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotos do município” (Manifestação 323 – município de Uruguaiana - COREDE Fronteira Oeste), “ampliar e estimular que todos os municípios da Serra tenham sistema de coleta e tratamento dos esgotos doméstico e industrial” (Manifestação 441 – município de Garibaldi - COREDE Serra), “ampliar e estimular que todos os municípios do litoral tenham sistemas de coleta e tratamento dos esgotos domésticos e industriais” (Manifestação 460 – município de Capão da Canoa - COREDE Litoral), “Saneamento: - os municípios da região não possuem tratamento dos esgotos e resíduos sólidos, sendo urgente a implantação de política regional de saneamento - criação de consórcio regional para tratamento de resíduos sólidos - inclusão de pequenos municípios no PAC- criar programa PAC-RS - Planos de saneamento em todos os municípios com apoio técnico da Corsan” (Manifestação 507 – município de Guaporé - COREDE Serra), “Criar um Programa Permanente de Saneamento Básico na região do CODEMAU - Definir um cronograma para implantar de forma gradativa o saneamento básico em todos os municípios da região do CODEMAU” (Manifestação 606 – município de Frederico Westphalen - COREDE Médio Alto Uruguai), “Saneamento básico: investimentos - disponibilizar recursos e financiamento para priorizar instalações de água e esgoto em todos os municípios que compõem a AVENOR, contribuindo na melhoria da saúde e meio ambiente” (Manifestação 776 – município de São José do Ouro - COREDE Nordeste),

“disponibilizar recursos e financiamentos para priorizar instalações de água e esgoto em todos os municípios que compõem a AVENOR e AMUNOR, contribuindo na melhoria da saúde e meio ambiente. Criação de rede coletora e estação de tratamento do esgoto doméstico e de limpeza de ruas e terrenos das cidades da região Nordeste” (Manifestação 802 – município de Sananduva - COREDE Nordeste).

A interligação com outras áreas ocorre em maior parte com o abastecimento de água, seguida do meio ambiente e da saúde. Destaque para a manifestação a seguir, que denota preocupação em relacionar essa temática com a saúde, porém sem detalhamentos: “Dotar os municípios de saneamento básico integrado com sistema de saúde pública” (Manifestação 525 – município de Frederico Westphalen - COREDE Médio Alto Uruguai).

Programa do PPA relacionado:

- Mais Saneamento para o Rio Grande do Sul – destaque para as ações Apoio à Implantação de Sistema de Saneamento (implantar o Sistema de Saneamento no estado), Elaboração de Estudos, Planos, Sistemas de Informações, Código de Saneamento e Fundo Estadual (Viabilizar o desenvolvimento de Planos de Saneamento, Código de Saneamento, Sistemas de Informação e Fundo Estadual de Saneamento), Estruturação do Sistema Estadual de Saneamento e Ampliação do Acesso aos Serviços de Saneamento Básico (manter e ampliar os níveis de cobertura dos serviços de saneamento básico (Água tratada, Esgotamento Sanitário, Resíduos sólidos e Drenagem)), Expansão e Melhorias do Sistema de Esgotamento Sanitário (expandir e/ou substituir redes e ligações de esgoto; substituir redes de esgoto; ampliar sistemas de esgotamento sanitário; implantar sistemas de esgotamento sanitário), Perfuração de Poços Tubulares (promover a perfuração de poços para produção de água potável para comunidades que não têm acesso às redes de abastecimento da Corsan). Órgão responsável: Secretaria de Habitação e Saneamento.

O programa e as ações relacionados indicam que as manifestações populares estão atendidas no PPA 2012-2015 do Rio Grande do Sul, exceto as muito específicas com a inserção de nomes de municípios e regiões.

Segurança Alimentar e Nutricional

Implantação de restaurantes populares e cozinhas comunitárias, campanhas contra o

desperdício de alimentos, promoção de atividades da educação alimentar, políticas, programas e ações que configurem o direito humano à alimentação, programa estadual de aquisição de alimentos nos moldes do governo federal, divulgação da multimistura de alimentos, programas de segurança alimentar da pessoa mais carente e de toda população, promoção de ações de segurança alimentar e nutricional que estimulem a produção de alimentos seguros e promovam a comercialização dos produtos da agricultura familiar, com destaque para o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA são as manifestações classificadas nessa temática.

Programas do PPA relacionados:

- Programa Estadual de Gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – destaque para as ações Apoio Técnico e Financeiro a Projetos na Área de Segurança Alimentar (elaborar e acompanhar projetos na área de Segurança Alimentar), Gestão da Política de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável (Coordenar a Política de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável, através de ações de qualificação, apoio técnico e implantação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável), Restaurantes Populares (implantar e implementar restaurantes populares), Implantação de Hortas e Cozinhas Comunitárias (implantar hortas e cozinhas comunitárias, proporcionando educação ambiental, produção de alimentos, capacitação profissional e geração de renda. Projeto Prioritário vinculado ao Programa RS Mais Igual). Órgão responsável: Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social.

- Soberania e Segurança Alimentar, Abastecimento e Erradicação da Pobreza Extrema no Meio Rural – destaque para as ações Apoio à Aquisição de Alimentos (PAA) da Agricultura Familiar (apoiar a viabilização da compra da produção de produtos da agricultura familiar para doação a entidades assistenciais ou para formação de estoques). Órgão responsável: Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo.

Os programas e ações relacionados indicam que as manifestações populares estão atendidas no PPA 2012-2015 do Rio Grande do Sul, exceto as muito específicas com a inserção de nomes de municípios e ainda a divulgação da multimistura de alimentos.

Segurança Pública

Com muitas manifestações classificadas nessa temática, há diversificação nas

solicitações, que vão desde reestruturação, aparelhamento e melhoria da infraestrutura dos órgãos de segurança pública estadual, até a criação de Delegacias Especializadas, Centro de Proteção a Grupos Vulneráveis (mulheres, idosos, crianças, homossexuais) e presídio modular regional.

Políticas públicas de segurança, realização de concursos públicos anuais e regionalizados, valorização profissional, capacitação aos servidores no atendimento às vítimas, enfrentamento à violência contra a mulher, aprimoramento do serviço de perícia do Instituto Geral de Perícias, investimento em tecnologia e em sistemas corporativos, ampliação de vagas prisionais, construção de penitenciárias regionais, geração de renda e cursos profissionalizantes aos apenados, policiamento ostensivo nas áreas urbanas e rurais, criação de Delegacia Regional, construção de UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora), manutenção e ampliação do Programa Educacional de Resistência à Violência e às Drogas desenvolvido pela Brigada Militar, redução da criminalidade com a implementação do PRONASCI nas cidades da região, criação de programa interinstitucional regional de combate ao crime organizado, tráfico de drogas e entorpecentes, segurança nas escolas são algumas das manifestações classificadas nessa temática.

Enfrentamento à violência contra a mulher é composto por manifestações diversas, entre as quais criação de Centro de Referência de Atendimento à Mulher com fornecimento de melhor atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica, “fortalecer as ações desenvolvidas pela Casa de Passagem do Vale, entidade da sociedade que desenvolve o trabalho de casa abrigo para mulheres vítimas de violência. [...] Reestruturação da rede de proteção as mulheres em situação de risco” (Manifestação 54 – município de Lajeado – COREDE Vale do Taquari), Delegacia da Mulher 24h com equipe completa para atendimento, programa de erradicação da violência doméstica com a criação de uma infraestrutura para acolhimento das vítimas e em paralelo tratamento para os agressores, casa de acolhimento para mulheres vítimas de maus tratos. Além de

Criação de um Centro Integrado de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica, montando no mesmo espaço físico ou no entorno das Delegacias Especializadas, Núcleos com representantes da Defensoria Pública (orientação jurídica), Vara de Violência doméstica (representação criminal), Secretaria da Saúde (psicólogos, assistentes sociais, para acolhimento inicial no evento da ocorrência e acompanhamento familiar continuado), além da ampliação rede de apoio e acolhimento às vítimas e do quadro de profissionais qualificados para atender a essa demanda específica (Manifestação 164 – município de Porto Alegre – COREDE Metropolitano Delta do Jacuí),

A melhoria da infraestrutura física dos órgãos de segurança pública, por sua vez, é

marcada por reforma, manutenção e construção de prédios das Delegacias de Polícia, construção de muros. Há muitas especificações, tanto em relação aos municípios citados, quanto aos detalhes sobre o aparelhamento dos órgãos de segurança pública, tais como renovação da frota com a compra de viaturas (ostensivas e discretas) e pick-ups, armamento, coletes, equipamento de informática, rádios, navegadores GPS, filmadoras digitais, Caminhão Auto Bomba Tanque, pistolas, munição, recomposição de equipamentos de proteção individual e comunicações, computadores, condicionadores de ar, instalação de telefonia com ramal nas Delegacias de Polícia com acesso aos cartórios, investigações e secretarias com comunicação e atendimento melhor à população, impressoras multifuncionais, binóculos, investimentos em câmeras de vigilância e equipamentos para monitoramento, entre outros. Inclusive, há sugestões pormenorizadas para a compra das viaturas, como se pode observar a seguir: “Por isso, no intuito de qualificar as compras e economizar verbas, sugiro que as viaturas a serem adquiridas e distribuídas para as Delegacias de Polícia do interior sejam escolhidas entre os modelos de tração 4x4 existentes no mercado” (Manifestação 90 – município de São Pedro do Sul – COREDE Central).

Analisando o nível de detalhamento de muitas solicitações, acredita-se que os cidadãos que inseriram tais manifestações no Portal da Participação fazem parte de órgãos da Segurança Pública estadual ou possuem bons conhecimentos sobre o trabalho diário dos servidores, tendo acesso às suas principais necessidades físicas e administrativas, pois há solicitações detalhadas dos veículos (Manifestações 113), é sugerida a criação de um cargo administrativo (Manifestação 116 – município de Carazinho – COREDE Produção), entre outros exemplos. Interessante observar as manifestações que seguem: “Sou policial civil, amo de coração minha profissão, e luto constantemente por melhorias na minha instituição” (Manifestação 117 – município de Cruz Alta – COREDE Alto Jacuí). A manifestação seguinte é mais emblemática, pois demonstra a realidade vivida por um policial civil, o qual, para trabalhar e atender às demandas da comunidade, já precisou gastar do seu próprio bolso:

Sou policial civil e trabalho na área de investigação policial e apesar da alta tecnologia existente atualmente a polícia não está equipada com equipamentos tecnológicos que é necessário (filmadoras de vários tipos, binóculos com visão noturna, computadores portáteis, rádios comunicadores com pontos discretos, tantos outros). Com raras exceções e apoio da comunidade ou judiciário e Ministério Público algumas DPs conseguem esses equipamentos. Eu mesmo comprei alguns equipamentos com meu dinheiro o que acho um absurdo ter que pagar para trabalhar (Manifestação 117 – município de Cruz Alta – COREDE Alto Jacuí).

As manifestações de servidores estaduais seguem: “[...] rever nosso salário, que está

muito aquém do razoável, pela nossa atividade de risco, e todo o estresse que vivemos. E dar a devida atenção às nossas promoções por tempo de serviço e merecimento. Resumindo: valorizar o trabalho das Polícias!”(Manifestação 120 – município de Porto Alegre – COREDE Metropolitano Delta do Jacuí).

Dentre as manifestações classificadas nessa temática, diversas solicitações de recomposição salarial estão presentes, porém essas não integram o PPA por estar em desacordo com seus objetivos.

Programas do PPA relacionados:

- Administração e Modernização do Sistema Prisional – destaque para as ações Administração Prisional (prover os meios necessários para manutenção, qualificação, adequação e funcionamento do Sistema Prisional), Geração e Recuperação de Vagas no Sistema Prisional (desenvolver e executar projetos adequados para geração e recuperação de vagas nas diferentes situações de recolhimento no Sistema Prisional), Inclusão Social com Cidadania (fornecer os meios para proporcionar a inclusão social com cidadania e assistência ao preso, egressos e familiares). Órgão responsável: Secretaria da Segurança Pública.

- Prevenção e Repressão à Criminalidade – destaque para as ações Administração da Área de Saúde da SSP (implementar e desenvolver ações que possibilitem a qualificação do atendimento à saúde dos servidores da SSP e seus familiares, tanto por meio da administração e instrumentalização das estruturas orgânicas, como de políticas de valorização do bem-estar físico e mental de seus servidores), Formação e Qualificação dos Servidores da SSP (formar e qualificar os servidores da Secretaria da Segurança Pública, mediante a realização de cursos, palestras e seminários, entre outros), Prevenção e Combate a Incêndio, Realização de Buscas e Salvamentos e de Atividades de Defesa Civil (manter as atividades que já são realizadas pelo Corpo de Bombeiros, e implantá-las através da realização de investimentos específicos que possibilitem a constante melhoria dos serviços prestados à comunidade), Realização das Funções de Polícia Judiciária para a Prevenção e Repressão Qualificada ao Crime (Realizar as atividades atinentes às atribuições de Polícia Judiciária, estabelecidas na legislação vigente, em especial: (a) na realização da investigação criminal qualificada, e (b) na execução da estratégia de reestruturação e modernização dos processos de trabalho), Realização das Funções de Polícia Ostensiva e Preservação da Ordem Pública (prevenir e reprimir a criminalidade com agilidade, eficiência e eficácia), Realização de Perícias Criminais e de Serviços de Identificação (operacionalizar as rotinas pertinentes às perícias criminais, médico-legais, laboratoriais e serviços de identificação civil e criminal). Órgão responsável: Secretaria

da Segurança Pública.

- Programa Estadual de Segurança Pública com Cidadania (PROESCI/RS) – destaque para as ações Projetos de Prevenção Social à Violência (executar projetos que reduzam a vulnerabilidade das pessoas à violência através da garantia dos direitos fundamentais, por meio de mecanismos capazes de prever, prevenir, planejar, solucionar pacificamente os conflitos e controlar as ameaças e coerções ilegítimas) e Territórios da Paz (criar, instalar e efetivar áreas destinadas às ações preventivas de forma prioritária). Órgão responsável: Secretaria da Segurança Pública.

- Prevenção e Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres – destaque para as ações Apoio às Iniciativas de Prevenção à Violência contra Mulheres e Meninas (elaborar uma política intersetorial que desenvolva uma Rede Estadual de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres; realizar capacitação de profissionais das áreas de segurança pública, saúde, educação, assistência social, justiça e demais áreas da rede), Qualificação e Fortalecimento da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência (apoiar a estruturação e criar serviços especializados regionais ou municipais como centros de referência e casas-abrigo). Órgão responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Os programas e ações relacionados indicam que as manifestações populares estão atendidas no PPA 2012-2015 do Rio Grande do Sul, exceto as muito específicas, relacionadas a municípios e regiões, bem como a construção de penitenciárias regionais e presídio modular regional.

Transporte Ferroviário

Projeto da Ferrovia Norte-Sul (Ferrosul), trem regional, ampliação dos investimentos na infra-estrutura e superação dos principais gargalos de transporte na região aproveitando as diversas soluções multimodais (rodoviário, ferroviário, aéreo, hidroviário, etc.), investimento no transporte ferroviário, construção do Trem Bala São Borja- Santa Maria- Porto Alegre pela iniciativa privada são as manifestações classificadas nessa temática.

A Ferrovia Norte-Sul (Ferrosul), que interligará São Paulo até o porto de Rio Grande, destaca-se, totalizando a maioria das manifestações. Há solicitações para que determinado município seja atendido pela ferrovia, como “incluir a luta pela passagem da Ferrosul em nossa região e particularmente em Rio Pardo onde se forma um grande elo de integração de

todos estes modais” (Manifestação 278 – município de Rio Pardo – COREDE Vale do Rio Pardo), e incentivos de que o projeto seja inserido no PPA para ser implementado. Outro exemplo é a inserção a seguir: “Implementação da Ferrosul - Levantamento de demanda e definição dos recursos necessários para a elaboração do projeto de recuperação da malha ferroviária e reativação do transporte ferroviário, entre Livramento/Dom Pedrito, Bagé, Pelotas e o Porto de Rio Grande” (Manifestação 162 – município de Santana do Livramento – COREDE Fronteira Oeste). Consta-se que tal solicitação está inserida no PPA 2012-2015.

A solicitação de trem regional também merece destaque, com mais de uma manifestação, nos COREDE’s Serra e Litoral. Consta-se que a necessidade desse modal de transporte é justificada pelas potencialidades regionais, como turismo: “trem regional/turismo Torres-Tramandaí” (Manifestação 460 – município de Capão da Canoa – COREDE Litoral).

Programas do PPA relacionados:

- Gestão das Políticas Públicas de Infraestrutura e Logística – destaque para a ação Articulação de Ações para Construção de Ferrovia (articular a construção do trecho sul da ferrovia Norte Sul, promovendo a integração, garantindo transporte de baixo custo e impulsionando o desenvolvimento econômico, interligando a matriz modal rodoviária, hidroviária e ferroviária). Órgão responsável: Secretaria da Infra-Estrutura e Logística.

- Programa Estadual de Planejamento e Desenvolvimento Metropolitano, Regional e Municipal – destaque para as ações Aperfeiçoamento do Processo de Gestão Territorial e Mobilidade Urbana (implantar o Sistema e suporte institucional para o Planejamento e Gestão da RMPA e Aglomerações Urbanas. A ação promoverá o implemento de seus objetivos através do desenvolvimento de trabalhos técnicos e operações que envolverão [...] a Realização do Plano Integrado Rodo-Ferrovário), Promoção do Desenvolvimento da Mobilidade Urbana da RMPA e Aglomerações Urbanas do RS (realizar estudos e implantar planos e projetos de mobilidade urbana – Produto Projetos do Sistema de Transporte Metropolitano PITMUrb, rodoviário, hidroviário e ferroviário detalhados e adequados e implementados), Promoção das Ações Integradas de Infraestrutura Urbana (elaborar estudos, projetos, propostas e obras de infra estrutura urbana nas áreas de interesse social identificadas nos Planos Municipais de Desenvolvimento, ou decorrentes de propostas de integração regional – Produto Estudo de Qualificação da Rede Integrada para Trem Regional (Caxias do Sul - Bento Gonçalves) Realizado). Órgão responsável: Secretaria de Obras Públicas, Irrigação e Desenvolvimento Urbano.

Os programas e ações relacionados indicam que as manifestações populares estão atendidas no PPA 2012-2015 do Rio Grande do Sul, exceto as muito específicas, relacionadas a municípios e regiões.

Transporte Rodoviário

Muitas manifestações específicas marcam essa temática. Entre elas estão desenvolvimento de logística de transporte de carga, qualificação da infraestrutura de transportes multimodal regional, melhorar a malha rodoviária, estudo sobre meios de transportes existentes e interligações a pontos estratégicos, interligação adequada entre BRs, RSs e as zonas urbanas e industriais, programa de recuperação permanente das rodovias estaduais, pavimentação asfáltica, duplicação de rodovias, construção de estradas vicinais, melhoria de vias de acesso rurais, conservação de estradas, recapeamento asfáltico, fiscalização das rodovias, redução dos valores cobrados e/ou fim dos pedágios nas estradas.

Apesar de haver manifestações de longo prazo, com foco no desenvolvimento do transporte rodoviário estadual e regional, a maioria delas é específica, citando rodovias que necessitam de reparos ou melhorias. Tal realidade pode ser constatada nos exemplos a seguir: “Pavimentação asfáltica ecológica nas rodovias e ruas que ligam as praias a Br101 e a Estrada do Mar” (Manifestação 9 – município de Torres – COREDE Litoral); concluir RS 403, 410, 422, 347, entre outras; duplicação da RS 040; asfaltamento da RS 566 e 176; projeto para ligação asfáltica entre Bom Jesus / RS e São Joaquim / SC; concluir obras asfálticas entre municípios gaúchos do COREDE Médio Alto Uruguai.

Há também manifestações mais genéricas, sem especificação do local, como “Pavimentação asfáltica de estradas rurais que conduzem aos recantos naturais, às serras e montanhas, as lagoas e aos rios, às cascatas e aos parques” (Manifestação 10 – município de Torres – COREDE Litoral).

Chamam atenção as inserções que tratam de transferência de estradas ao gerenciamento federal ou estadual, tais como “Passagem da RS60 para o estado” (Manifestações 309 e 409 – município de Quaraí – COREDE Fronteira Oeste); “Efetiva transferência para o estado da estrada Rosário do Sul - Dom Pedrito” (Manifestação 309 – município de Rosário do Sul – COREDE Fronteira Oeste); “Federalização da RS 101, entre Osório e Mostardas” (Manifestação 268 – município de Capivari do Sul – COREDE Litoral). Essa última continua sendo tema de debates entre a sociedade e o Estado, que aprova a

transferência da responsabilidade para a União.

Há ligação da temática com diversas áreas, como turismo, logística, segurança pública, desenvolvimento produtivo, mercado de trabalho, geração de emprego, agricultura, integração regional, como se pode observar a seguir: “Duplicação da RS 118 entre Gravataí e a RS 040 e a pavimentação da mesma até o Parque de Itapuã poderão atrair investimentos tanto em turismo rural, agroecologia e industrial” (Manifestação 389, município de Viamão – COREDE Metropolitano Delta do Jacuí); “Construção de uma rótula ou outro aparelho viário que a melhor técnica indicar, na rodovia RS122, km 86, a fim de evitar novos acidentes de trânsito e pela segurança de todos que nela transitam. Aproximadamente 250 crianças cruzam diariamente este trecho da via” (Manifestação 503 – município de Caxias do Sul – COREDE Serra) e também abaixo:

Asfaltamento 176 - Visando à integração e o desenvolvimento econômico da região, encurtando as distâncias dos grandes centros, barateando custo de fretes visto que essa RS tem 40% do escoamento de produtos da região, desenvolvimento turístico, uma ligação importante do Mercosul, dando proximidade aos polos educacionais e universidades como Instituto Federal Farroupilha e Unipampa, também muito usada a rota para a sivanicultura que está se desenvolvendo na região e poderá gerar mais emprego (Manifestação 138 – município de Manoel Viana – COREDE Fronteira Oeste).

Novamente, os cidadãos expressam a junção de áreas e setores do estado para a solução de problemas que afetam a sociedade gaúcha.

Programas do PPA relacionados:

- Programa Estadual de Planejamento e Desenvolvimento Metropolitano, Regional e Municipal – destaque para as ações Promoção do Desenvolvimento da Mobilidade Urbana da RMPA e Aglomerações Urbanas do RS (realizar estudos e implantar planos e projetos de mobilidade urbana – Produto Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica Para Transporte Hidroviário Elaborado / Projetos do Sistema de Transporte Metropolitano PITMUrb, rodoviário, hidroviário e ferroviário detalhados e adequados e implementados). Órgão responsável: Secretaria de Obras Públicas, Irrigação e Desenvolvimento Urbano.

- Transportes Multimodais – destaque para as ações Ampliação da Capacidade de Rodovias (aumentar a capacidade dos eixos rodoviários, através de duplicação de rodovias arteriais existentes e implantação da terceira e quarta faixas de trânsito, com a finalidade de adequá-las aos volumes de tráfego, aprimorando suas condições de mobilidade), Conservação e Manutenção de Rodovias Estaduais (conservar e manter, periodicamente, as rodovias

estaduais, pavimentadas ou não pavimentadas), Construção de Acessos Municipais com Integração à Malha Rodoviária Estadual (aumentar a extensão da rede rodoviária existente, possibilitando a integração das comunidades à malha rodoviária estadual, beneficiando mais usuários), Construção de Rodovias (executar todos os serviços destinados a expandir a extensão do sistema rodoviário estadual), Operação do Sistema Rodoviário Estadual (executar ações de planejamento, controle, fiscalização, gerenciamento, segurança e qualidade nos serviços de transporte de passageiros, estações rodoviárias, no transporte de cargas nas rodovias estaduais e administrar os pedágios), Planejamento e Gerenciamento da Malha Rodoviária do estado do RS (elaborar o Plano Diretor Rodoviário a partir do gerenciamento e do planejamento da malha rodoviária estadual), Restauração de Pavimentos (restaurar rodovias pavimentadas, incluindo obras de terraplenagem, drenagem, pavimentação e serviços complementares, bem como recuperar obras de arte correntes e especiais, serviços de meio ambiente e supervisão/fiscalização). Órgão responsável: Secretaria da Infra-Estrutura e Logística.

Os programas e ações relacionados indicam que as manifestações populares estão atendidas no PPA 2012-2015 do Rio Grande do Sul, exceto as muito específicas, relacionadas a municípios, regiões ou rodovias especificadas.

Transporte Aéreo

Projeto para construção de aeroporto regional, incentivo a outros modais de logística e linhas aéreas, investimentos na infraestrutura e superação dos principais gargalos de transporte na região aproveitando as diversas soluções multimodais (rodoviário, ferroviário, aéreo, hidroviário, etc.) são algumas das manifestações classificadas nessa temática.

Construção de aeroporto regional destaca-se, com manifestações advindas de diversos COREDE's, entre os quais Litoral, Vale do Rio Pardo, Fronteira Oeste, Hortênsias, Médio Alto Uruguai e Serra. A maioria solicita aeroporto regional de forma geral, porém algumas manifestações são mais específicas, como se constata a seguir: “Plano de funcionamento do Aeroporto Regional de Torres” (Manifestação 8 – município de Torres – COREDE Litoral), “Construção de um aeroporto regional, em São Francisco de Paula” (Manifestação 442 – município de São Francisco de Paula – COREDE Hortênsias), “Asfaltamento do Aeroporto Municipal(Rosário e São Gabriel)” (Manifestação 321 – município de Rosário do Sul –

COREDE Fronteira Oeste) e “Aeroportos de Rosário do Sul e de São Gabriel: - necessidade de acesso asfáltico a partir da BR 290 - alongamento e pavimentação das pistas dos dois aeroportos - modernização estrutural e operacional das instalações” (Manifestação 492 – município de São Gabriel – COREDE Fronteira Oeste).

Uma das manifestações, que também solicita a construção de aeroporto, demonstra conhecimento do cidadão quanto à organização do Plano Plurianual basear-se em Programa, Ação e Produto: “Prog: Aeroporto no RS Demanda: Construção de aeroporto Prod: Aeroporto construído” (Manifestação 145 – município de Santana do Livramento – COREDE Fronteira Oeste).

Programa do PPA relacionado:

- Transportes Multimodais – destaque para as ações Manutenção dos Aeroportos (manter as condições de operacionalidade dos aeroportos administrados pelo estado no que tange aos seus equipamentos e serviços), Modernização dos Aeroportos do estado (contratar projetos para aeroportos regionais ou internacionais novos ou existentes e consultoria, execução de obras de construção civil e reformas na infraestrutura aeroportuária), Realização de Estudos de Implantação de Novos Aeroportos (contratar consultoria para estudos de demanda, de localização de sítios aeroportuários e de impacto ambiental). Órgão responsável: Secretaria de Infra-Estrutura e Logística.

O programa e as ações relacionados indicam que as manifestações populares estão atendidas no PPA 2012-2015 do Rio Grande do Sul, exceto as muito específicas, relacionadas a municípios e regiões.

Transporte Hidroviário

Ampliar os investimentos na infra-estrutura e superar os principais gargalos de transporte na região aproveitando as diversas soluções multimodais (rodoviário, ferroviário, aéreo, hidroviário, etc.) é uma das manifestações classificadas nessa temática.

Forte presença de manifestações específicas, centradas em municípios e regiões, tais como: “Porto de Rio Pardo” (Manifestação 61 – município de Santa Cruz do Sul – COREDE Vale do Rio Pardo); “Construção do túnel submerso na ponta dos pescadores, entre Rio Grande e São José do Norte, ligando a BR392 á BR101 em benefício do único porto marítimo

do estado, esta ligação será uma nova via de acesso ao porto. Hoje dependendo só da BR392 é urgente esta obra” (Manifestação 400 – município de Rio Grande – COREDE Sul).

Programas do PPA relacionados:

- Programa Estadual de Planejamento e Desenvolvimento Metropolitano, Regional e Municipal – destaque para as ações Promoção do Desenvolvimento da Mobilidade Urbana da RMPA e Aglomerações Urbanas do RS (realizar estudos e implantar planos e projetos de mobilidade urbana – Produto Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica Para Transporte Hidroviário Elaborado / Projetos do Sistema de Transporte Metropolitano PITMUrb, rodoviário, hidroviário e ferroviário detalhados e adequados e implementados). Órgão responsável: Secretaria de Obras Públicas, Irrigação e Desenvolvimento Urbano.

- Transportes Multimodais – destaque para as ações Expansão da Área Portuária (criar novas áreas para atividade portuária, atendendo às necessidades do crescimento da movimentação de cargas e organização da atividade pesqueira), Modernização e Adaptação da Infraestrutura no Porto do Rio Grande (modernizar a infra-estrutura, recuperando, adaptando e revitalizando as instalações do Porto do Rio Grande). Órgão responsável: Secretaria de Infra-Estrutura e Logística.

Os programas e ações relacionados indicam que as manifestações populares estão atendidas no PPA 2012-2015 do Rio Grande do Sul, exceto as muito específicas, relacionadas a municípios e regiões.

Turismo

Turismo rural, ecológico e sustentável, com valorização às potencialidades e peculiaridades regionais destacam-se dentre as manifestações classificadas nessa temática. Dentre elas estão criação de Coordenadoria Regional do Turismo ou Centro de Referência para o Desenvolvimento do Turismo, investimento em qualificação técnica e profissional continuada na área turística, formação de guias de turismo, viabilização turística, qualificação dos espaços turísticos, apoio a exposições e feiras, valoração do cicloturismo, ecoturismo sustentável, implantação de novos negócios e novos roteiros turísticos, melhoria na sinalização turística, calendário de eventos, divulgação turística, incentivo ao turismo do Pampa, criação de estruturas fixas de informações turísticas, levantamento dos equipamentos

nos municípios e destinos turísticos, revitalização das rotas turísticas, incentivo ao turismo regional, valorização turística das cidades históricas como forma de preservação de memória do estado, planejamento estratégico para o turismo no RS.

Manifestações específicas fazem-se presentes, como potencializar o turismo do Vale do Rio Pardo, estrutura para turismo no litoral, fortalecimento do projeto Festa do Mar (Manifestação 280 – município de Rio Grande - COREDE Sul), construção de centro de eventos regional em Santana do Livramento, sob a justificativa que “junto com o turismo de compras se desenvolveria também o turismo cultural e histórico” (Manifestação 352 – município de Santana do Livramento - COREDE Fronteira Oeste), promover o turismo – “incentivar rede hoteleira devido ao encontro BR 101, rota do sol e estrada do mar” (Manifestação 365 – município de Terra de Areia - COREDE Fronteira Oeste), fortalecimento turístico na região do COREDE Médio Alto Uruguai com “estruturação e consolidação da região turística das Hidrominerais; Fortalecimento da Rota Gemas e Jóias; Fortalecimento da Rota Águas e Pedras que encantam; Desenvolver programas de sinalização e divulgação das potencialidades turísticas da região” (Manifestação 645 – município de Frederico Westphalen - COREDE Médio Alto Uruguai). Além de pedido de uma coordenadoria do desenvolvimento turístico na Fronteira Oeste: “implantação de uma Coordenadoria Regional do Turismo para atender a região norte que envolve os municípios de São José do Norte, Tavares (Lagoa do peixe de proteção ambiental), Mostardas, Palmares do Sul (praia do Quintão) Capivari do Sul, Cidreira e Pinhal” (Manifestação 270 – município de Palmares do Sul - COREDE Litoral).

Além de muito específica, uma das manifestações não expressa a solicitação do cidadão de forma clara, como se pode observar: “O Obelisco no atrativo turístico jazigo do Tenente Mário Portela Fagundes em Pinheirinho do Vale tem o objetivo de melhorar a infraestrutura do local, marco histórico onde tombou o Tenente Portela e seus companheiros de retaguarda da Coluna Prestes” (Manifestação 656 – município de Pinheirinho do Vale - COREDE Médio Alto Uruguai). Não é possível concluir se a solicitação é para a valorização, conservação ou recuperação do atrativo turístico. Essa manifestação demonstra a necessidade de cuidado do cidadão no momento de expressar suas reivindicações para que elas sejam absorvidas pelo Poder Público de forma clara e objetiva.

Junção com outras áreas e apoio de outros órgãos estaduais também estão presentes nas manifestações: “auxílio à criação de uma central regional de captação de eventos, através de política integrada com as secretarias e órgãos estaduais e federais e com os municípios locais” (Manifestação 11 – município de Torres – COREDE Litoral).

Programas do PPA relacionados:

- Conheça o Rio Grande – destaque para as ações Apoio ao Turismo das Cidades Históricas – Epopéia Farroupilha e Missões (apoiar financeiramente o Turismo como atividade geradora de renda, de forma a promover o desenvolvimento cultural e social em cidades históricas e localidades que possuam potencial turístico ligado à identidade e história farroupilha e missioneira), Cadeias Produtivas Locais e Regionais para o Turismo – Produção Associada ao Turismo (formatar, implementar e apoiar os planos e ações voltados ao desenvolvimento da produção associada ao Turismo), Consolidação do Turismo Rural Gaúcho (ordenar o segmento do turismo rural nas regiões turísticas, implementando projetos de qualificação da oferta turística), Desenvolvimento e Marketing de Produtos Turísticos (apoiar o desenvolvimento e formatação de produtos e roteiros turísticos). Órgão responsável: Secretaria de Turismo.

- Mais Cultura RS – destaque para a ação Desenvolvimento da Economia da Cultura (promover o “Turismo Cultural”). Órgão responsável: Secretaria da Cultura.

- Programa de Desenvolvimento Integrado do Turismo – destaque para as ações Fomento do Ecoturismo em Parques Estaduais e Entorno (desenvolver projetos de qualificação da oferta turística no entorno dos Parques Estaduais e aprimorar a recepção e estrutura de visitação das Unidades de Conservação), Informações, Estudos e Estatísticas do Turismo no Rio Grande do Sul (Sistematizar informações que sirvam como instrumentos de planejamento, gestão e promoção dos destinos gaúchos; consolidar dados estatísticos, visando subsidiar o desenvolvimento da política de Turismo), Infraestrutura e Equipamentos Turísticos para o Bem Receber (Articular e apoiar as regiões turísticas na melhoria de infraestrutura básica, prover infraestrutura turística e ações correlatas, especialmente na implantação de sinalização turística de atrativos nas áreas urbana e rural, roteirização turística e instalação e revitalização de Centros de Informação Turística), Qualificação Profissional e Empresarial do Turismo (Qualificar profissionais e empresários ligados direta e indiretamente ao Turismo), Regionalização do Turismo (Estruturar e consolidar destinos turísticos competitivos nas regiões, desenhando o ordenamento territorial da atividade turística no RS). Órgão responsável: Secretaria de Turismo.

Os programas e ações relacionados indicam que as manifestações populares estão atendidas no PPA 2012-2015 do Rio Grande do Sul, exceto as muito específicas, relacionadas a municípios e regiões.